



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

1ª Edição

**ITAPURANGA – GO
2025**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
1. A INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – IES.....	6
1.1. MISSÃO.....	8
1.2. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL.....	9
1.3. JUSTIFICATIVA DO CURSO.....	11
1.4. CONTEXTO EDUCACIONAL.....	13
1.5. FORMAS DE ACESSO AO CURSO.....	15
1.5.1 Vestibular.....	15
1.5.2 Enem.....	15
1.5.3 Prouni.....	15
1.5.4 Transferência.....	16
1.5.5 Portador de Diploma.....	16
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	17
2.1. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	18
2.2. OBJETIVOS DO CURSO.....	28
2.2.1 Objetivo Geral.....	28
2.2.2 Objetivos Específicos.....	28
2.3. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	29
2.3.1 Habilidades e Competências do Curso.....	31
2.4. ESTRUTURA CURRICULAR.....	33
2.4.1 Matriz Curricular.....	35
2.5. CONTEÚDOS CURRICULARES.....	40
2.5.1 Ementas e Bibliografias das Disciplinas.....	47
2.6. METODOLOGIA.....	48
2.6.1 Metodologia e Estratégias de Ensino-Aprendizagem.....	50
2.6.2 Formação para o Mundo do Trabalho e o Exercício da Cidadania.....	51
2.6.3 Práticas Pedagógicas Inovadoras.....	52
2.7. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	53
1.7.1. Objetivos do Estágio.....	55
1.7.2. Relação Teoria e Prática.....	56
1.7.3. Distribuição da Carga Horária do Estágio Supervisionado.....	58
2.8. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	59
2.9. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	60

2.10 APOIO AO DISCENTE	62
2.10.1 Programa de Integração Acadêmica, Acolhimento e Permanência do Aluno.....	63
2.10.2 Acessibilidade Metodológica e Instrumental	64
2.10.3 Programa de Monitoria.....	65
2.10.4 Programa de Nivelamento.....	67
2.10.5 Acompanhamento de Estágios Não Obrigatórios	68
2.10.6 Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP)	69
2.10.7 Programa de Abertura de Centros Acadêmicos	70
2.10.8 Programa de Internacionalização e Intercâmbio	71
2.10.9 Programa de Bolsas	73
2.10.10 Núcleo de Ensino e de Iniciação Científica – NEIC	74
2.10.11 Núcleo de Inovação Acadêmica e Empreendedorismo	75
2.11 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	77
2.11.1 Planejamento, Autoavaliação e Avaliação do Curso	78
2.12 TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	80
2.13. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	83
2.13.1. Sistema de Avaliação do Curso de Direito.....	86
2.13 NÚMERO DE VAGAS.....	89
3 CORPO DOCENTE	93
3.1. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	95
3.2. COORDENAÇÃO DE CURSO.....	98
3.2.1. Formação e Experiência do Coordenador.....	101
3.2.2. Regime de Trabalho do Coordenador de Curso	102
3.2.3. Articulação da Gestão do Curso com a Gestão Institucional.....	103
3.3. CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO	105
3.4. REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO	106
3.5. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE.....	107
3.6. EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR	108
3.7. ATUAÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO.....	110
3.8. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA ...	113
4. INFRAESTRUTURA	115
4.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL	116
4.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR.....	117
4.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES.....	118

4.4 SALAS DE AULA.....	119
4.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.....	120
4.6 BIBLIOTECA.....	121
4.6.1 Serviços e Acervo.....	123
4.6.2 Política de Renovação e Atualização do Acervo	124
4.6.3 Consulta do Acervo	125
4.6.4 Biblioteca Virtual	127
4.6.5 Bibliografia Básica por Unidade Curricular (UC)	129
4.6.6 Bibliografia Complementar por Unidade Curricular (UC).....	131
4.6.7 Periódicos Especializados.....	132
4.7 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS	133
4.7.1 Laboratórios Didáticos de Formação Básica e Específica	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141
ANEXOS – CONTEÚDOS CURRICULARES.....	143

APRESENTAÇÃO

A Faculdade Itapuranga – FAI, em consonância com sua missão institucional de promover a formação de profissionais éticos, críticos e comprometidos com o desenvolvimento regional e nacional, apresenta à comunidade acadêmica e à sociedade o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Graduação em Direito.

Este documento, elaborado de acordo com a legislação vigente e em observância às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Direito (Resolução CNE/CES nº 5/2018), busca traduzir a concepção pedagógica da Instituição no campo jurídico, estruturando-se a partir de uma proposta inovadora, comprometida com a qualidade acadêmica, a inclusão social e a responsabilidade cidadã.

O Curso de Direito da FAI será ofertado no município de Itapuranga-GO, com abrangência regional sobre o Vale do São Patrício e a Microrregião de Ceres, atendendo a uma população estimada em mais de 230 mil habitantes, em sua maioria carente de profissionais da área jurídica devidamente qualificados e de oportunidades de formação superior em sua localidade. Assim, a oferta do curso justifica-se pela demanda social, pelo desenvolvimento econômico crescente da região e pela necessidade de consolidação de um polo de formação jurídica no interior goiano.

Este PPC apresenta, de forma integrada e sistemática, a organização curricular, os objetivos formativos, o perfil do egresso, a estrutura de ensino, pesquisa e extensão, bem como a infraestrutura física, tecnológica e pedagógica necessária ao pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas. Além disso, contempla as políticas institucionais de acompanhamento e avaliação, que garantirão a constante atualização e consolidação do curso, em sintonia com as transformações da sociedade e do mercado de trabalho.

Dessa forma, a FAI reafirma seu compromisso com a educação superior de qualidade e com a formação de bacharéis em Direito preparados para o exercício profissional, conscientes de seu papel na promoção da justiça, da cidadania e da dignidade humana. Este PPC, portanto, constitui-se em um instrumento orientador e norteador do processo de ensino-aprendizagem, assegurando que o Curso de Graduação em Direito cumpra sua função social e acadêmica, ao mesmo tempo em que fortalece a identidade institucional da Faculdade Itapuranga como agente transformador da realidade local e regional.

1. A INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – IES

A Faculdade Itapuranga tem como mantenedora a Faculdade Itapuranga Ltda. – ME, inscrita no CNPJ 10.439.695/0001-66, que é de natureza jurídica Sociedade Empresária Limitada, com finalidades educacionais. Empresa com fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Itapuranga na Rua 47-A, Quadra E, centro, CEP 76.680-000.

Quadro 01. Dados da Mantenedora

FACULDADE ITAPURANGA LTDA – ME	
Mantenedora:	Faculdade Itapuranga Ltda – ME
Código da Mantenedora:	12807
CNPJ:	10.439.695/0001-66
Natureza Jurídica:	Sociedade Empresária Limitada
Endereço:	Rua 47-A, Quadra E, centro, CEP 76.680-000 – Itapuranga – GO
Representante Legal:	Robson Isac Fonseca Pinheiro
E-mail:	diretoria.administrativa@faiita.com.br

Fonte: FAI (2025)

A Faculdade Itapuranga (FAI) constitui-se em Instituição de Ensino Superior (IES), fundada em 13 de outubro de 2008, fruto dos anseios de empresários, líderes religiosos, políticos, intelectuais e famílias das comunidades de Itapuranga e região, que buscavam condições para que seus jovens tivessem acesso à educação superior sem a necessidade de deslocamento para centros urbanos maiores, como Ceres, Goiânia e Anápolis. A instalação da FAI representou, assim, uma importante alternativa para a fixação das famílias e para a interiorização da educação superior, invertendo o fluxo migratório em busca de oportunidades de formação acadêmica.

A trajetória da FAI demonstra seu compromisso com a expansão da educação superior de qualidade no Estado de Goiás. Em 2011, a Instituição obteve, por meio da Portaria nº 287, autorização de funcionamento para o curso de Licenciatura em Pedagogia, e, pela Portaria nº 285, para o curso de Bacharelado em Administração. Já em 2013, com a Portaria nº 620, foi autorizado o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, consolidando a presença da FAI como referência regional no ensino superior.

Para assegurar a qualidade dos cursos, a FAI conta com um corpo docente qualificado, composto por especialistas, mestres e doutores, com ampla experiência profissional e acadêmica. A Instituição desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, articuladas a parcerias estratégicas com empresas, prefeituras e sindicatos, além da concessão de bolsas de estudos que ampliam as oportunidades de acesso ao ensino superior. Sua infraestrutura contempla biblioteca informatizada, com acervo físico e digital atualizado, auditório com capacidade para 200 pessoas, laboratórios de informática e ambientes pedagógicos voltados à integração entre teoria e prática.

Embora jovem, a FAI já se consolidou como agente transformador na Região Noroeste e Central do Estado de Goiás, contribuindo significativamente para o desenvolvimento educacional, econômico e social. Sua presença modificou a perspectiva da população local, que passou a enxergar na formação superior uma possibilidade concreta de ascensão social, de construção do conhecimento e de fortalecimento da cidadania.

É nesse contexto institucional que a FAI apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito, alinhado às Diretrizes Curriculares Nacionais e às demandas da sociedade contemporânea. Este curso nasce com o compromisso de formar profissionais qualificados, com sólida formação humanística, científica e prática, preparados para atuar nos diferentes campos do Direito, promovendo a justiça, a democracia e o desenvolvimento da região e do país.

Quadro 02. Dados da Mantida

FACULDADE ITAPURANGA – FAI	
Mantida:	Faculdade Itapuranga
Código da Mantida:	13889
Endereço:	Rua 47-A, Quadra E, Centro – CEP: 76.680-000 – Itapuranga – GO
Telefone:	(62) 3312 1009
Organização Acadêmica:	Faculdade
Site:	www.faculdadeitapuranga.com.br
Categoria Administrativa:	Privada com fins lucrativos
Diretor Geral:	Danilo Cardoso Campos
E-mail:	diretoria.geral@faiita.com.br
Diretor Acadêmico:	Reinan de Oliveira da Cruz

E-mail:	diretoria.academica@faiita.com.br
Procurador Institucional:	Danilo Cardoso Campos
E-mail:	procuradorinstitucional@faiita.com.br
Portaria de Credenciamento Institucional:	Portaria nº 993 de 19 de julho de 2011
Portaria de Recredenciamento Institucional:	Portaria nº 804 de 08 de outubro de 2020

Fonte: FAI (2025)

1.1. MISSÃO

A FAI tem como missão formar profissionais empreendedores, éticos, compromissados com a sustentabilidade do desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental da cidade de Itapuranga, da região, do Estado de Goiás e do Brasil, com competências para criar soluções inovadoras para os desafios do mundo do trabalho e de uma sociedade em constante transformação.

Em consonância com sua missão, a FAI estabelece como finalidades institucionais a promoção do ensino superior de qualidade, comprometido com a formação integral do ser humano e com o desenvolvimento socioeconômico, cultural e científico da região em que está inserida. A Instituição busca ser um espaço dinâmico de produção e socialização do conhecimento, pautado pela ética, pela cidadania e pela responsabilidade social.

A FAI compreende a educação superior como instrumento de transformação da sociedade, de valorização do ser humano e de fortalecimento da democracia. Nesse sentido, assume como compromissos:

- I. oferecer cursos de graduação e pós-graduação que atendam às necessidades regionais e nacionais, assegurando a qualidade acadêmica e a relevância social da formação;
- II. incentivar a pesquisa e a iniciação científica como meios de desenvolvimento intelectual, inovação e contribuição para a solução de problemas locais, regionais e nacionais;
- III. promover a extensão universitária como elo entre a instituição e a comunidade, garantindo que o conhecimento produzido tenha aplicabilidade social e impacto positivo;

- IV. desenvolver ações que favoreçam a inclusão, a equidade e a acessibilidade, respeitando as diversidades e garantindo oportunidades a todos os estudantes;
- V. estimular a formação de profissionais éticos, críticos, reflexivos e capazes de atuar em diferentes contextos do mundo do trabalho, com consciência de seu papel social e responsabilidade com o bem comum;
- VI. valorizar o corpo docente e técnico-administrativo, garantindo formação continuada e condições de trabalho adequadas, de modo a consolidar uma cultura institucional de excelência.

Assim, ao alinhar suas finalidades institucionais à missão de formar cidadãos e profissionais comprometidos com a transformação social, a FAI reafirma seu propósito de consolidar-se como referência no ensino superior, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região do Vale do São Patrício, do Estado de Goiás e do Brasil.

1.2. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL

A Faculdade Itapuranga tem sua sede no município de Itapuranga, situado no interior do Estado de Goiás, com atuação voltada para a Microrregião de Ceres, composta por 22 municípios e uma população aproximada de 231.171 habitantes, localizada na região do Vale do São Patrício. Segundo o Censo do IBGE (2022), a população de Itapuranga era de 26.113 habitantes, com estimativa de 26.553 em 2025. O município possui área territorial de 1.281,404 km² e índice de escolarização de crianças entre 6 e 14 anos de 99,2%, evidenciando avanços significativos no campo educacional.

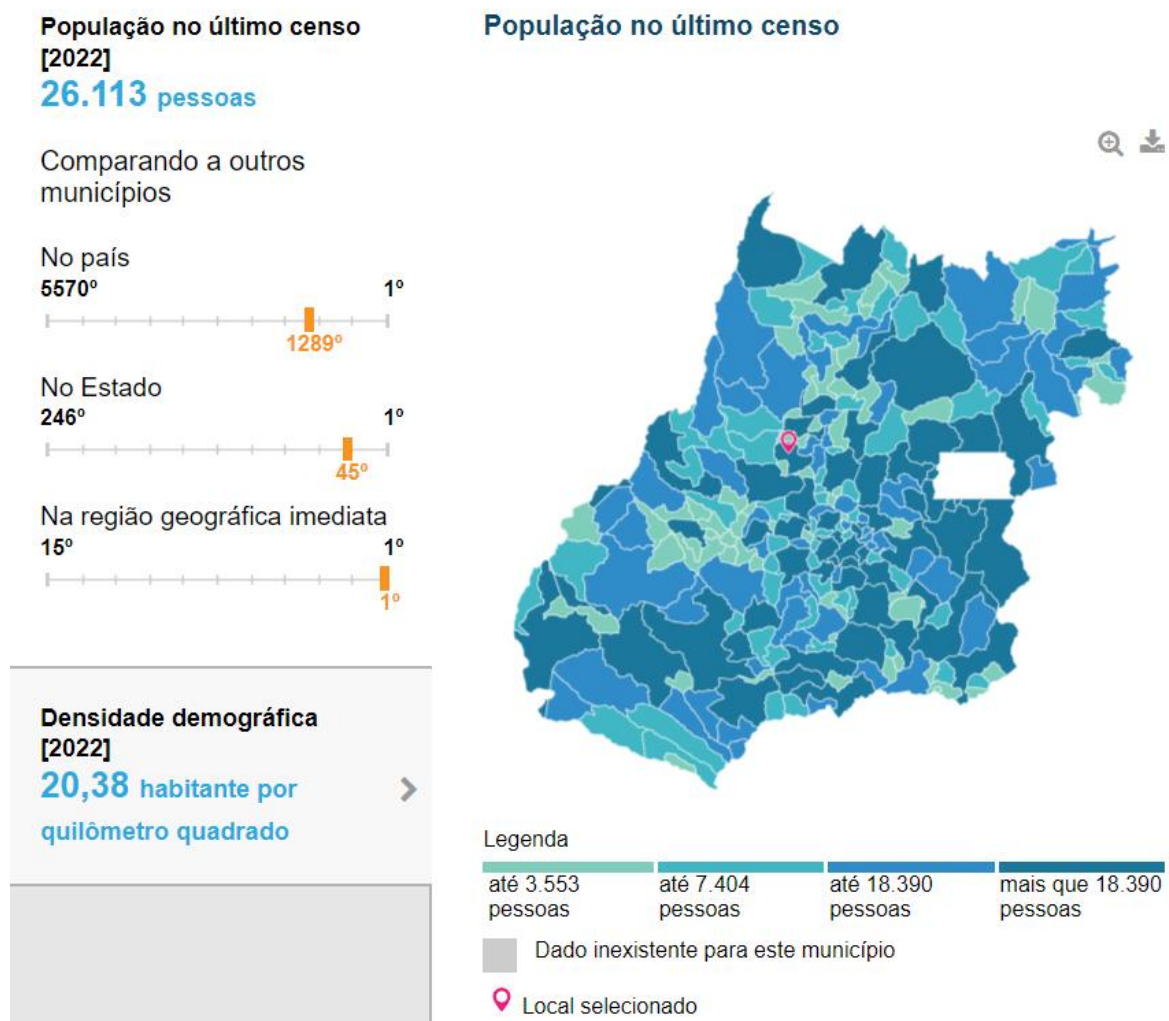
A economia local, inicialmente fundamentada na agricultura e, posteriormente, na pecuária, sempre teve forte relação com as atividades rurais. Ao longo das décadas, o município diversificou sua matriz econômica, com destaque para a instalação da usina de álcool, que modificou o cenário produtivo regional e impulsionou o comércio local.

A educação, desde os primeiros anos da formação do município, constituiu-se como um dos pilares para o desenvolvimento social. A partir da década de 1970, com o aumento populacional decorrente do êxodo rural, cresceu a demanda por instituições de ensino. Famílias de maior poder aquisitivo enviavam seus filhos para estudar em centros maiores, como Goiânia, enquanto as demais mobilizaram-se para

consolidar a oferta de ensino local. Esse movimento resultou na inauguração das primeiras escolas, garantindo à população de menor renda a oportunidade de formação educacional em sua própria região.

Esse histórico reforça o papel estratégico da Faculdade Itapuranga como promotora da interiorização do ensino superior e da democratização do acesso ao conhecimento, atendendo não apenas a Itapuranga, mas também a toda a microrregião de Ceres e ao Vale do São Patrício.

Figura 01. Dados da Cidade de Itapuranga – GO



Fonte: IBGE (2025)

A educação no município de Itapuranga passou por diferentes fases de desenvolvimento. Para atender à população rural, foram construídas escolas nas zonas rurais, muitas vezes com turmas conjugadas e sem infraestrutura adequada, refletindo a preocupação em fixar o homem ao campo. Durante o regime militar, esse

processo foi marcado por forte influência política, em que práticas escolares reproduziam símbolos de militarização, como desfiles cívicos que buscavam transmitir a ideia de uma pátria ordeira e sem conflitos, utilizando-se da educação como ferramenta de manutenção do regime vigente.

Atualmente, a cidade de Itapuranga apresenta traços de modernidade harmonizados com as tradições locais, preservadas por seus moradores. A arquitetura histórica do município e a valorização de elementos culturais demonstram o orgulho da população em relação às suas origens, sendo comum a referência carinhosa à cidade como “Xixá”.

Nesse cenário, a presença da Faculdade Itapuranga (FAI) assume papel estratégico, alinhada às características regionais e às demandas sociais e econômicas da microrregião. A instituição contribui significativamente para a formação de profissionais qualificados, atendendo às necessidades do município e da região do Vale do São Patrício, ao mesmo tempo em que se insere como vetor de desenvolvimento econômico e social do Estado de Goiás e do país.

1.3. JUSTIFICATIVA DO CURSO

A proposta de implantação do Curso de Graduação em Direito na FAI fundamenta-se em uma análise criteriosa do contexto socioeconômico do município de Itapuranga, da microrregião de Ceres e do Vale do São Patrício, regiões que, juntas, somam aproximadamente 231 mil habitantes. Historicamente marcada pela agricultura e pecuária, a economia local vem passando por transformações significativas nas últimas décadas, com a consolidação de cadeias produtivas ligadas ao agronegócio, ao setor sucroenergético e à agroindústria, além da expansão do comércio e dos serviços. Esse movimento de diversificação econômica gera novos desafios jurídicos, tributários, trabalhistas e contratuais, exigindo profissionais preparados para lidar com questões cada vez mais complexas e multidisciplinares.

O Estado de Goiás, que se destaca no cenário nacional pelo seu crescimento acima da média do PIB brasileiro e por sua capacidade de atração de investimentos, demanda profissionais capazes de atuar na interface entre o setor produtivo e as normas jurídicas que regulam as atividades econômicas e sociais. Nesse cenário, o bacharel em Direito ocupa posição estratégica, pois sua formação o habilita a transitar em diversas áreas do mercado, desde a advocacia privada até carreiras públicas

essenciais ao funcionamento da justiça, como Ministério Público, Magistratura, Defensoria Pública e Procuradorias, além da crescente demanda por profissionais que atuem em métodos adequados de resolução de conflitos, como mediação e arbitragem, fundamentais em um ambiente econômico dinâmico e plural.

No âmbito regional, a instalação do Curso de Direito da FAI representa a ampliação da interiorização da educação superior, reduzindo a necessidade de deslocamento de jovens para centros urbanos maiores, como Goiânia e Anápolis, que concentram grande parte dos cursos jurídicos do estado. A presença local de um curso dessa magnitude contribui para a fixação de talentos na região, favorecendo o desenvolvimento social e econômico e garantindo maior acesso da população a serviços jurídicos qualificados. É importante destacar que municípios da microrregião de Ceres apresentam demandas crescentes relacionadas ao direito de família, ao direito agrário, às questões fundiárias, ao direito ambiental e às demandas trabalhistas, áreas em que a atuação de bacharéis em Direito se torna indispensável.

A profissão jurídica continua entre as mais procuradas e valorizadas do Brasil, tanto pela amplitude de áreas de atuação quanto pela relevância social que desempenha. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contabiliza centenas de milhares de profissionais ativos, e a demanda segue aquecida em razão da expansão da economia, do fortalecimento institucional e do aumento da litigiosidade no país. Além disso, com o advento de novas tecnologias e o avanço da transformação digital, cresce a necessidade de profissionais do Direito preparados para lidar com temas emergentes, como proteção de dados, direito digital, compliance, direito internacional e contratos eletrônicos, áreas que se apresentam como campos promissores para os futuros egressos.

Em 2023, o Censo da Educação Superior indicou que o curso de Direito contava com cerca de 658 mil matrículas no Brasil, posicionando-se entre os cursos mais procurados pelos estudantes. Essa expressiva adesão reflete não apenas interesse acadêmico, mas também o reconhecimento da relevância da formação jurídica para a sociedade moderna, integrando práticas regulatórias, defesa de direitos e resolução de conflitos.

No contexto do estado de Goiás, embora os dados específicos por curso ainda sejam escassos, sabe-se que o sistema estadual de ensino superior comporta cerca de 265 mil matrículas distribuídas entre as instituições privadas e públicas. É relevante notar que a maior parte dessas matrículas ocorre em instituições privadas,

evidenciando um espaço competitivo e uma lacuna de oferta em regiões do interior do estado.

Assim, ao inserir-se nesse cenário, o Curso de Direito da FAI tem a oportunidade de atender à demanda reprimida de jovens e adultos da região que, até o momento, não dispõem de oferta local em Direito de qualidade, seja por custo, distância ou ausência de infraestrutura acadêmica. A combinação desses dados nacionais e estaduais reforça a solidez da justificativa para o curso: ele não seria apenas uma alternativa local, mas um projeto alinhado às dinâmicas do sistema de ensino superior brasileiro e ao perfil emergente da demanda por formação jurídica contemporânea.

Nesse sentido, a criação do Curso de Direito na Faculdade Itapuranga não apenas atende a uma necessidade local e regional de formação de profissionais qualificados, mas também se alinha às exigências contemporâneas de um mercado altamente competitivo e em constante transformação. O curso será estruturado de forma a articular sólida formação teórica, prática profissional orientada e compromisso ético-social, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais. Dessa forma, a FAI reafirma seu papel como instituição comprometida com a democratização do acesso ao ensino superior, com a qualificação profissional e com o fortalecimento da cidadania, consolidando-se como vetor de desenvolvimento humano, social e econômico para Itapuranga, para o Vale do São Patrício, para Goiás e para o Brasil.

1.4 CONTEXTO EDUCACIONAL

O Curso de Graduação em Direito da Faculdade Itapuranga – FAI está localizado na sede da Instituição, situada na Rua 47-A, Quadra E, Centro, CEP 76.680-000, Itapuranga-GO. O curso será ofertado na modalidade presencial, com carga horária total de 3.900 horas, distribuídas em 10 (dez) semestres. A matriz curricular contempla atividades teóricas, práticas jurídicas, estágios supervisionados, atividades extensionistas e complementares, assegurando uma formação sólida, crítica e reflexiva, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito.

A estrutura do curso prevê o desenvolvimento das competências gerais e específicas necessárias ao perfil do egresso, com uma sólida formação humanística, técnico-jurídica e prática, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e

extensão. O currículo garante a integração dos conteúdos de formação geral, técnico-jurídica e prático-profissional, além de incluir as práticas forenses e atividades de arbitragem, negociação, conciliação e mediação, a serem consolidadas no Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) a partir do 7º período do curso

Em consonância com a missão institucional da FAI, o Curso de Direito busca oferecer uma formação de qualidade, voltada à valorização da cidadania, da ética e da justiça social, alinhada às necessidades socioeconômicas da região de Itapuranga e do Vale do São Patrício. A proposta pedagógica foi concebida para atender às demandas locais e regionais, ao mesmo tempo em que garante ao egresso a capacidade de inserção no competitivo mercado de trabalho jurídico em nível estadual e nacional.

O regime de matrícula é semestral, com cada período letivo possuindo duração mínima de 20 semanas, assegurando o cumprimento de no mínimo 100 dias letivos por ano, conforme previsto na legislação vigente. A integralização curricular poderá ocorrer em um período mínimo de 5 (cinco) anos e máximo de 7 (sete) anos, garantindo a flexibilidade acadêmica necessária à trajetória de cada estudante.

Quadro 03. Dados do Curso

CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO	
Nome do Curso:	Direito
Formato de Oferta:	Presencial
Grau:	Bacharelado
Processo de Autorização de Curso:	202403803
Periodicidade:	Semestral
Número de Vagas – Matutino:	60 Vagas
Número de Vagas – Noturno:	60 Vagas
Número Total de Vagas:	120 Vagas
Período Mínimo de Integralização:	10 Semestres (05 Anos)
Período Máximo de Integralização:	14 Semestres (07 Anos)
Coordenadora de Curso:	Marcela Iossi Nogueira
E-mail:	direito@faiita.com.br

Fonte: FAI (2025)

1.5 FORMAS DE ACESSO AO CURSO

O ingresso no Curso de Graduação em Direito da Faculdade Itapuranga – FAI ocorre em consonância com a legislação brasileira, de modo a assegurar o acesso democrático ao ensino superior e a valorização da diversidade de perfis dos candidatos. A Instituição adota diferentes modalidades de ingresso, ampliando as oportunidades para aqueles que desejam ingressar no curso, respeitando sempre critérios de equidade e qualidade acadêmica.

1.5.1 Vestibular

O Concurso Vestibular constitui-se no processo seletivo tradicional da Instituição, em que o candidato é avaliado quanto ao domínio dos conteúdos e competências pertinentes ao ensino médio. Estão aptos a participar todos os concluintes dessa etapa da educação básica ou aqueles que se encontrem em processo de conclusão até o início das atividades letivas.

1.5.2 Enem

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é outra modalidade de acesso disponibilizada pela FAI. O candidato poderá utilizar a nota obtida nos últimos cinco anos, desde que seja igual ou superior a 400 pontos. Essa alternativa de ingresso busca valorizar o desempenho acadêmico já aferido em exame nacional de grande abrangência.

1.5.3 Prouni

A Faculdade Itapuranga participa do Programa Universidade para Todos (PROUNI), política pública do Governo Federal que possibilita o ingresso de estudantes de baixa renda no ensino superior privado por meio da concessão de bolsas integrais ou parciais. Para concorrer, o candidato deve atender aos requisitos socioeconômicos estabelecidos pelo MEC, além de comprovar a conclusão do ensino médio em escola pública ou em escola privada na condição de bolsista integral.

1.5.4 Transferência

O ingresso por Transferência Externa é destinado a alunos matriculados ou com matrícula trancada em curso autorizado ou reconhecido por outra Instituição de Ensino Superior credenciada pelo MEC. A solicitação está condicionada à existência de vagas no curso pretendido. Caso o número de interessados seja superior ao número de vagas disponíveis, será realizado processo seletivo específico, conduzido pela Instituição.

1.5.5 Portador de Diploma

Candidatos já graduados em curso superior reconhecido pelo MEC também podem ingressar no Curso de Direito da FAI na condição de portadores de diploma. Essa modalidade permite a solicitação de reaproveitamento de curso, dispensando o vestibular. Contudo, o ingresso depende da disponibilidade de vagas e, havendo concorrência superior à oferta, os candidatos participarão de processo seletivo específico.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

O Curso de Bacharelado em Direito da FAI foi concebido como uma proposta de contribuir para uma formação inovadora, crítica e contemporânea de profissionais da área jurídica. O Projeto Pedagógico do Curso de Direito pretende, a partir da realidade na qual o curso está inserido e do perfil do ingressante, apresentar os instrumentos e ações necessários para a formação do jurista, tendo como objetivo formar profissionais com visão generalista, ética, humanista, crítica e reflexiva, considerando os aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais que permeiam a sociedade brasileira.

O perfil de formação do Curso de Direito proposto pela FAI resulta da análise das demandas da sociedade regional, das Diretrizes Curriculares Nacionais da área e das competências exigidas do egresso. Visa, assim, integrar conhecimentos fundamentais ao operador do Direito; estimular a capacidade de analisar e resolver problemas jurídicos com visão sistêmica; aplicar raciocínio lógico, argumentativo e crítico; interpretar normas e princípios à luz da Constituição e dos Direitos Humanos; comunicar-se de forma clara e persuasiva; mediar e negociar conflitos; e, ainda, desenvolver autonomia intelectual e postura investigativa frente aos desafios contemporâneos.

O curso apresenta-se com a proposta de formar bacharéis em Direito preparados para atuar em todos os campos fundamentais da ciência jurídica, pautados pelo rigor científico, técnico e ético. Os conteúdos essenciais previstos na matriz curricular estão organizados de modo a permitir ao egresso integrar teoria e prática, desenvolver competências para a advocacia, a magistratura, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Procuradoria, os órgãos de controle, a gestão pública, a carreira docente e tantas outras áreas que demandam profissionais jurídicos qualificados, sempre atentos às dimensões sociais, ambientais, econômicas e culturais da atuação profissional.

No que se refere à área de conhecimento, o projeto Didático-Pedagógico assegura liberdade acadêmica, promovendo um contínuo esforço de adaptação e renovação, de modo a responder às exigências da realidade contemporânea, articulando a formação humanística e cidadã à sólida formação técnico-científica. A proposta do curso contempla desde as bases teóricas do Direito até o aprofundamento

em práticas jurídicas supervisionadas, mediação, conciliação e arbitragem, de forma a preparar o egresso para a complexidade do mundo do trabalho jurídico.

O Curso de Direito da FAI propõe-se, portanto, a formar, por meio do embasamento teórico, da experiência prática e da interdisciplinaridade, profissionais capazes de analisar criticamente as realidades sociais, jurídicas e institucionais, estabelecendo objetivos e metas para uma atuação ampla, propositiva e transformadora. Esse profissional utilizará os conhecimentos do campo das Ciências Jurídicas e Sociais, integrados a um conjunto coerente de conteúdos, competências, habilidades e atitudes, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso e com as necessidades da região, do país e do mundo contemporâneo.

Em linhas gerais, espera-se que o futuro graduado em Direito da FAI seja um profissional apto a compreender e aplicar o Direito com responsabilidade social, ética e comprometimento com a cidadania, a democracia e a justiça, consolidando, assim, o papel estratégico da Instituição na formação de operadores do Direito preparados para os desafios do século XXI.

2.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Os princípios pedagógicos que orientam a política de ensino da FAI são eixos estruturadores da relação ensino-aprendizagem, uma vez que possibilitam a materialização do perfil do egresso na oferta da capacidade de vincular a educação recebida na instituição ao mundo do trabalho, de relacionar teoria e prática e estar preparado para o exercício da cidadania, bem como mediar os processos científicos e tecnológicos com as práticas profissionais e conquistar autonomia intelectual por meio do pensamento crítico e flexível frente a novas condições de ocupação no mundo do trabalho.

As Políticas de Ensino da FAI são orientadas pelos princípios pedagógicos, amplamente contemplados na LDB (Lei nº 9.394/1996) e nas legislações específicas, a partir de uma visão dinâmica e inovadora, com uma metodologia de aprendizagem interdisciplinar e transdisciplinar, que se refere no decorrer dos cursos no desenvolvimento da prática baseado na teoria de ensino aprendizagem aplicada em aulas expositivas, práticas de ensino em laboratórios didáticos, palestras, simpósios, círculo do conhecimento, temáticas contemporâneas, disciplinas optativas, atividades complementares, estágios supervisionados e trabalhos de conclusão de curso (TCC).

A articulação da teoria com a prática fortalece a dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, dentro e fora do ambiente escolar, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como as diversas formas de práticas profissionais e a participação em atividades de extensão, as quais permitirão ao futuro profissional possibilidades de superar os desafios de renovadas condições do exercício profissional e de produção do conhecimento.

A aquisição e construção de conhecimentos, conceitos, princípios e fundamentos expressos na Matriz Curricular do Curso de Bacharel em Direito da FAI são desenvolvidos em aulas presenciais, por leituras e em pesquisas. Para tanto, estabelece como políticas de ensino de graduação:

- I. Manter estudos constantes da carga horária do curso de Direito, de modo a atender o mínimo exigido pelas diretrizes curriculares que orientam cada curso, deixando eventuais especializações para programas a serem desenvolvidos em cursos de pós-graduação *lato sensu*;
- II. Garantir que, no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Direito, haja lugar para a prática da monitoria, as atividades científico-culturais e artísticas, os estágios curriculares e extracurriculares e a participação em projetos de extensão junto à comunidade acadêmica e à comunidade externa;
- III. Flexibilizar o currículo do curso de graduação em Direito de modo a conter interdisciplinaridade, definir conteúdos teóricos básicos e práticas profissionalizantes essenciais para a constituição de competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos, na perspectiva do “aprender a aprender”;
- IV. Estabelecer procedimentos para o bom andamento de estágios, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), exercício da monitoria e demais atividades práticas que integram o currículo do curso;
- V. Aprimorar ações de nivelamento de conteúdos que deveriam ter sido adquiridos pelos alunos no ensino médio, principalmente no que tange às competências necessárias para a expressão escrita em língua portuguesa e fundamentos básicos de matemática, cálculo, raciocínio lógico, informática atualidades, entre outros conteúdos pertinentes ao estudo do Direito;
- VI. Aprimorar, na organização curricular do Curso de Direito da FAI, em disciplinas direcionadas à formação sociocultural e ética de forma a despertar a consciência sobre os acontecimentos do seu entorno social;

- VII. Adotar estratégias didático-pedagógicas adequadas ao fomento da capacidade empreendedora do aluno e que favoreçam o atendimento educacional especializado;
- VIII. Organizar um sistema de acompanhamento do aluno egresso, do curso de Direito, vistos não só como instrumentos de avaliação dos resultados finais do processo ensino-aprendizagem, como também de apoio para o prosseguimento dos estudos, na perspectiva da educação continuada;
- IX. Manter políticas para a renovação dos recursos materiais, equipamentos, laboratórios e biblioteca de acordo com as necessidades demonstradas no PPC do curso;
- X. Atualizar sistematicamente o PPC, a partir de suas avaliações internas e externas;
- XI. Analisar a evolução dos cursos existentes para a redefinição do PDI, respeitando seu período de vigência;
- XII. Dar continuidade aos cursos de capacitação específicos para as áreas de didática e metodologia do ensino aos docentes;
- XIII. Acompanhar a adequação dos currículos às novas exigências sociais, observadas as diretrizes curriculares do curso;
- XIV. Estimular a prática de elaboração e recursos didáticos por meio do uso de novas tecnologias de comunicação e informação;
- XV. Aprimorar os instrumentos de avaliação do desempenho escolar do corpo discente e da avaliação dos docentes pelos discentes, com o propósito de aperfeiçoar o programa de avaliação institucional;
- XVI. Aprimorar as ações integradoras das teorias e das práticas profissionais;
- XVII. Acompanhar o tempo efetivo de dedicação dos alunos às atividades acadêmicas e de produção científica realizada;
- XVIII. Aprimorar e incentivar o uso adequado da biblioteca e dos laboratórios como meio de aprendizagem;
- XIX. Aprimorar os programas de incentivo à leitura para o corpo docente e discente.

Estas políticas de ensino para o Curso de Direito fundamentam-se no Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e à Distância (2017) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A FAI tem comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), relativas aos princípios que norteiam a organização dos currículos dos cursos de graduação, que são:

- I. **Flexibilização:** sistema integrado e flexível, articulado ao ensino, pesquisa e extensão, permitindo trajetórias e liberdade de escolha aos envolvidos no processo;
- II. **Contextualização:** processo de articulação, diálogo e reflexão entre teoria e prática, incluindo a valorização do conhecimento extraescolar do aluno (práticas sociais e mundo do trabalho);
- III. **Competência:** capacidade do docente e do discente de acionar recursos cognitivos, visando resolver situações complexas;
- IV. **Problematização:** processo pedagógico desenvolvido por meio de situações problema, com vistas à elaboração de conhecimentos complexos;
- V. **Interdisciplinaridade:** processo de intercomunicação entre os saberes e práticas necessários à compreensão da realidade ou objeto de estudo, sustentando-se na análise crítica e na problematização da realidade.

Os conteúdos curriculares das disciplinas que compõem a estrutura curricular do Curso de Direito da FAI são selecionados considerando as diretrizes e princípios pedagógicos expressas no PDI e no PPC, de modo a proporcionar o embasamento teórico, metodológico, prático e atitudinal necessário para o desenvolvimento das competências requeridas para o exercício profissional, considerando-se as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de cada área, as necessidades de mercado e o perfil do egresso.

A seleção de conteúdo é feita com base no modelo de formação básica, formação humana e formação específica em consonância com a realidade em que a Instituição está inserida e com referenciais específicos, tais como:

- I. **Socioantropológico:** voltado para os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado;
- II. **Psicológico:** voltado para o desenvolvimento cognitivo do aluno; e,
- III. **Epistemológico:** voltado para as características próprias das diversas áreas do conhecimento.

As políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão constantes do PDI, serão implantadas no Curso de Direito por atividades articuladas ao ensino que, em

conjunto com as atividades curriculares, favorecem a prática dos conhecimentos teóricos aprendidos durante sua vida acadêmica e que contribuem para a reflexão e confirmação da sua escolha profissional.

A filosofia do curso está voltada para resgatar os valores humanistas e oferecer uma base sólida de conhecimento teórico-prático, social e ético, além de uma visão holística, de modo a atender às demandas da região, ao mercado de trabalho e à sociedade.

O curso organiza-se em um saber amplo de modo a construir e socializar as organizações, e sua gestão por meio da valorização dos potenciais humanos e da otimização dos recursos ambientais e institucionais, em benefício da sociedade.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito da FAI foi formulado procurando atender a Resolução CNE/CP nº 5/2018 que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e da Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021 que altera o art. 5º da Resolução nº 5/2018. Desta forma, este projeto contempla todo o conjunto das atividades de aprendizagem que assegure o desenvolvimento das competências estabelecidas no perfil do egresso.

A elaboração do Projeto teve ainda como referências:

- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, Artigos 205 a 214.
- LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Capítulo VI – Art. 43 a 67.
- PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) 2014-2024, Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014 que Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO 143/2022, DO CEE, que dispõe sobre as funções de regulação, avaliação e supervisão de instituições de Educação Superior, e Cursos de Graduação e Pós-Graduação, no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins.
- LEI N. 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004 que Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.
- RESOLUÇÃO Nº 155, DE 17 DE JUNHO DE 2020. Dispõe sobre as funções de regulação, avaliação e supervisão de Instituições de Educação

Superior, e Cursos de Graduação e Pós-Graduação, no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins.

- RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018 que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 2, DE 19 DE ABRIL DE 2021 que Altera o art. 5º da Resolução CNE/CES nº 5/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.
- EDUCAÇÃO AMBIENTAL, Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012 que Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, Resolução CNE/CP Nº1, de 17 de junho de 2004, Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, Resolução Nº 1, de 30 de maio de 2012 que Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- DIREITO EDUCACIONAL DE ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS, Resolução Nº 3, de 13 de maio de 2016, Define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas;
- INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, Portaria Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;

- LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Capítulo IV - Do direito à educação;
- LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012- Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
- DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005, Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- ESTÁGIO DE ESTUDANTES, Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, e nº 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;
- SISTEMA E-MEC, Portaria Normativa Nº 40, de 12 de dezembro de 2007, Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições;
- PROGRAMA DE INTERNACIONALIZAÇÃO, PORTARIA Nº 220, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017, Institui o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil e dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa;
- EXTENSÃO CURRICULARIZADA, RESOLUÇÃO Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras

providências. Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;

- LEI 9.394/96, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- RESOLUÇÃO CNE/CP 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
- RESOLUÇÃO CNE/CP 2, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior;

Pelo Parecer CES/CNE nº 776, de 03 de dezembro de 1997, os cursos de graduação têm assegurados a flexibilidade, a ampla na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização do currículo, assim como na especificação das unidades de estudos, ou seja, proporciona liberdade para o planejamento do curso de Direito de acordo com a demanda da região e o perfil do alunado.

Ainda, por este Parecer ou normativa, são definidos como objetivos da graduação:

- I. Incentivar uma sólida formação geral;
- II. Estimular práticas de estudo independentes, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;
- III. Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente da instituição educacional;
- IV. Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão, as quais poderão ser incluídas como parte da carga horária.

As normativas encontradas nas diretrizes curriculares favoreceu a elaboração de um projeto pedagógico que realmente atendesse as necessidades tanto dos acadêmicos quanto das normativas do MEC proporcionando assim um aprendizado de qualidade em todos os aspectos.

A Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Direito, proporcionou ao projeto do

curso orientações necessárias e importantes acerca do planejamento e desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Foi fonte de embasamento para a elaboração do projeto a partir do momento que faz das resoluções uma base para apresentação da conjugação de atividades teóricas e práticas, bem como a importância atribuída ao dinamismo das atividades relacionadas ao futuro profissional formado na FAI.

Assim o curso de graduação em Direito da FAI assegura, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, a prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania.

O PPC do Curso de Direito contempla em sua proposta a formação inicial, a continuidade do aprendizado e o desenvolvimento permanente do educando. O curso apresenta um currículo integrado às necessidades regionais e do mercado, e permanecerá em constante análise e atualização, sendo orientado para a confecção das melhores ações entre teoria e prática, a partir de atividades interdisciplinares, presentes em diversos momentos do curso e pela flexibilidade do currículo desenvolvida por meio das Atividades Complementares e Disciplinas Optativas. Assim sendo, seguindo o PDI, o curso possui várias políticas institucionais para garantir o alcance do perfil do egresso definido neste projeto.

O PPC do Curso de Direito contempla, em sua proposta, a formação inicial do bacharel, a continuidade do aprendizado e o desenvolvimento permanente do educando, em consonância com as DCN's e com o PDI da FAI. O curso apresenta um currículo integrado às demandas sociais e ao mercado jurídico, constantemente analisado e atualizado, buscando equilibrar teoria e prática na formação profissional. Essa integração se concretiza por meio das atividades interdisciplinares, das práticas jurídicas supervisionadas e da flexibilidade curricular garantida pelas Atividades Complementares e Disciplinas Optativas, favorecendo a ampliação de competências e habilidades essenciais à atuação do futuro jurista. Assim, em alinhamento às políticas institucionais, o curso estabelece diretrizes que asseguram a formação de

um egresso crítico, ético, humanista e comprometido com a cidadania, a democracia e a justiça social.

Quadro 04. Missão com Relação à Área de Atuação

POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	
POLÍTICA DE PESQUISA	Programa de Bolsas de Iniciação Científica, Trabalho de Conclusão de Curso, Projeto de Conclusão de Curso, Atividades Práticas e Estágio Supervisionado.
POLÍTICA DE ENSINO	Baseia-se nos seguintes princípios: formação Integral do ser humano; ensino e aprendizagem com qualidade; cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais; Sintonia com o mercado de trabalho; currículo atualizado, contextualizado, flexível, interdisciplinar e fundamentado no desenvolvimento de competências; pedagogia de projetos e articulação teoria e prática; avaliação formativa, contínua, diagnóstica, interventiva e baseada na teoria do desenvolvimento de competências; articulação entre teoria e prática; corresponsabilidade dos sujeitos, professor e aluno, envolvidos no processo ensino aprendizagem; Processo de ensino-aprendizagem integrado com a pesquisa e a extensão; compromisso com a permanência dos alunos na IES, evitando os índices de evasão; planejamento do processo ensino-aprendizagem baseado no Projeto Pedagógico do Curso e no Projeto Pedagógico Institucional; incentivo à empregabilidade e à formação continuada; formação continuada do corpo docente e corpo técnico-administrativo.
POLÍTICA DE EXTENSÃO	Cursos (Extensão, Nivelamento), Eventos, Produção Científica; sendo que, além da Extensão em forma de cursos complementares, ainda possui a de Extensão Comunitária com atendimento social à comunidade por meio de Programas de Ação Social, como: arrecadação de alimentos não perecíveis, ações em saúde; Empresa, Projeto Multicidadania, entre outros.

Fonte: FAI (2025)

Todas as ações desenvolvidas deverão ser comprovadas através de diversas ferramentas, como por exemplo: a política de ensino pode ser percebida através do índice de aprovação dos alunos e das atividades avaliativas, a política de extensão através dos projetos e relatórios das ações desenvolvidas em relação às ações sociais e as publicações e participação dos docentes e discentes em apresentações em congressos, seminários e outros. E por fim, as políticas de pesquisa podem ser verificadas através dos trabalhos desenvolvidos no programa de iniciação científica e nos trabalhos de conclusão de cursos ou nos projetos de conclusão de curso, assim como em se tratando dos estágios os relatórios de campo.

Assim sendo, seguindo o PDI, o curso possui várias políticas institucionais para garantir o alcance do perfil do egresso definido neste projeto.

2.2 OBJETIVOS DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso – PPC, segue as diretrizes curriculares do curso, está implementado considerando o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional, características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso, e apresenta os seguintes objetivos:

2.2.1 Objetivo Geral

O Curso de Direito da FAI tem como objetivo formar profissionais com sólida formação geral, humanística e técnico-jurídica, capacitados à interpretação, argumentação e aplicação do Direito, preparados para a solução de conflitos e o exercício ético das carreiras jurídicas, promovendo a justiça, a cidadania e a pacificação social.

2.2.2 Objetivos Específicos

- I. Desenvolver sólida formação geral e humanística, comprometida com valores éticos, democráticos, de justiça social e de cidadania.
- II. Estimular a compreensão crítica da realidade social, política, econômica e cultural, para atuação profissional responsável e transformadora.
- III. Assegurar ao estudante domínio da terminologia, da linguagem e da dogmática jurídica.
- IV. Proporcionar competências de interpretação, integração e aplicação das normas jurídicas em seus diferentes ramos.
- V. Consolidar a capacidade de pesquisa, leitura crítica da legislação, da doutrina e da jurisprudência.
- VI. Estimular o raciocínio lógico, a argumentação jurídica e a clareza na expressão oral e escrita.
- VII. Capacitar o aluno para a utilização de métodos adequados de resolução de conflitos (mediação, conciliação, arbitragem e negociação), conforme preveem as DCNs.

- VIII. Promover a articulação entre os conteúdos teóricos e as práticas jurídicas, especialmente no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) e estágios supervisionados.
- IX. Fomentar atividades práticas que assegurem experiência real e simulada em diferentes contextos jurídicos.
- X. Estimular a autonomia intelectual e a aptidão para a aprendizagem permanente, indispensável à atualização frente às transformações sociais e jurídicas.
- XI. Preparar profissionais capazes de atuar de forma crítica e propositiva em prol da justiça, da pacificação social e da defesa dos direitos humanos.
- XII. Favorecer a interação com a comunidade por meio da extensão universitária, contribuindo para a solução de demandas sociais e jurídicas regionais.

2.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O egresso do Curso de Graduação em Direito da FAI deverá apresentar uma sólida formação geral, humanística, com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania.

Tal formação qualifica-o para a existência humana em suas várias vertentes, com destaque para o desenvolvimento das dimensões que o exercício da cidadania contém, pautando-se, sempre, pelo primado da conduta ética, associada à responsabilidade social e profissional.

Aliando o conhecimento científico ao empírico, adquiridos na academia a partir de uma abordagem caracterizada pela interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, na qual os conhecimentos obtidos em sala de aula são aplicados aos estudos de casos simulados, bem como à efetiva participação no acompanhamento de casos concretos, das práticas jurídicas regulares e emergentes das disciplinas estágio supervisionado, o egresso em Direito pela FAI apresenta, ainda, substancial capacidade para apresentação de soluções jurídica inteligentes e seguras no cenário jurídico regional que é, em grande parte voltado para as demandas

de natureza empresarial, oriundas do forte setor da agricultura e pecuária.

Nesse sentido, o egresso do Curso de Direito da FAI, com formação humanística, técnico-jurídicas e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais, deverá assim que se formar:

- I. Demonstrar senso ético-profissional, associado à responsabilidade social, com a compreensão da causalidade e finalidade das normas jurídicas, e à busca constante da libertação do homem e do aprimoramento da sociedade, respeitando a diversidade de pensamentos, culturas, raças, gênero e crenças;
- II. Interpretar e produzir textos dentro de um contexto de interação social e jurídica;
- III. Apreender, transmitir, criticar e produzir criativamente no Direito, de forma articulada com o raciocínio lógico e consciência da necessidade de permanente atualização;
- IV. Resolver situações complexas e que necessitam de responsabilidade, espírito crítico e ético;
- V. Pesquisar e utilizar, de maneira independente, a legislação, a jurisprudência e todas as fontes do Direito;
- VI. Estabelecer estratégias destinadas a equacionar problemas, tomar decisões e buscar soluções em harmonia com as exigências sociais, entre as quais as relacionadas à discriminação em suas diferentes formas;
- VII. Desenvolver formas extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos;
- VIII. Utilizar, corretamente, as terminologias jurídicas;
- IX. Demonstrar visão atualizada de mundo e, em particular, consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço incluídos os relacionados ao meio ambiente;
- X. Atuar individualmente, mas de modo associado e coletivo no processo comunicativo próprio ao seu exercício profissional;
- XI. Dominar a gênese, os fundamentos, a evolução e o conteúdo do ordenamento jurídico vigente;
- XII. Dominar tecnologias e instrumentos necessários à compreensão e aplicação dos princípios e normas jurídicas.

XIII. Compreender o cenário jurídico de forma ampla na aplicação de conceitos, princípios e normas, para a promoção da justiça social.

Um profissional de Direito competente deve possuir como perfil:

1. Agir com ética;
2. Analisar criticamente as diversas situações do mundo jurídico;
3. Aplicar a interdisciplinaridade, de forma interagir com as demais ciências;
4. Participar da construção de uma sociedade mais humana e justa;
5. Ser um transformador ativo, engajado no processo contínuo pela busca da justiça social.

Fazer de cada Bacharel em Direito um agente da transformação social constitui o maior diferencial proposto pela FAI no Curso de Graduação em Direito, conjugando a teoria e a prática, um meio de sintonia entre as carências e oportunidades irradiadas pela própria sociedade.

Como síntese do seu compromisso, a FAI busca, dentro do contexto da realidade cultural da pós-modernidade, assegurar um ensino jurídico plasmado pelas normas educacionais vigentes no Século XXI, para que o profissional desempenhe suas funções em conformidade com os princípios humanistas e éticos.

Nesse sentido, o perfil profissional do egresso do Curso de Direito da FAI é concebido a fim de proporcionar ao aluno a capacidade de integrar à sua prática profissional aos aspectos históricos e regionais que implicam em dinâmicas de formação acadêmico-profissionais próprias e, considerando as características locais da cidade de Itapuranga e da região em que está inserida.

2.3.1 Habilidades e Competências do Curso

Atualmente é imprescindível que as IES proporcionem um ambiente no qual o acadêmico possa desenvolver suas habilidades e competência de acordo com a demanda do mercado de trabalho, mais específico, da sua profissão. Ou seja, proporcionar aos discentes competências e habilidades para o exercício profissional e que possa interagir nos mais diversos espaços de atuação.

O curso de graduação em Direito da FAI, possibilitará a formação profissional que revele, as competências cognitivas, instrumentais e interpessoais, que capacitem

o egresso a:

- I. interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
- II. demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- III. demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;
- IV. dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
- V. adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- VI. desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;
- VII. compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- VIII. atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- IX. utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;
- X. aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;
- XI. compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;
- XII. possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- XIII. desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e
- XIV. apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

Nesse contexto, o Curso de Graduação em Direito da FAI irá desenvolver no egresso atitudes e habilidades necessárias para a realização de processos básicos, intermediários e avançados da profissão a partir das necessidades do cliente,

aplicando conhecimentos teóricos que alicerçam a prática e o exercício da profissão.

Alinhados ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), às habilidades e competências para atuação profissional o(a) estudante concluinte da FAI desenvolverá, no processo de formação, competências para:

- I. Identificar o fenômeno jurídico e seus efeitos;
- II. Ler, compreender e elaborar textos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das técnicas e dos métodos pertinentes;
- III. Analisar e compreender situações jurídicas mediante o uso de legislação, jurisprudência, doutrina e demais fontes do Direito;
- IV. Desenvolver argumentação e raciocínio jurídicos adequados e coerentes;
- V. Compreender, de forma interdisciplinar, os fenômenos políticos, sociais, econômicos, entre outros, considerando-os na criação, na interpretação e na aplicação do Direito;
- VI. Inter-relacionar fundamentos filosóficos, sociológicos, axiológicos e teóricos do Direito com sua implicação prática;
- VII. Exercer atuação técnico-jurídicas em diferentes instâncias (administrativas, privadas ou judiciais), com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- VIII. Atuar em solução de controvérsias e na tomada de decisões;
- IX. Compreender o impacto das tecnologias no Direito;
- X. Realizar atividades de pesquisa e de extensão jurídicas, com aplicação de fundamentos, métodos e técnicas científicas.

2.4 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do Curso de Graduação em Direito da FAI foi concebida em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN's, disciplinadas pela Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, e pela Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021.

O curso será construído sob a perspectiva interdisciplinar do processo ensino-aprendizagem, tendo como objetivo proporcionar, ao longo de sua integralização, situações-problema e projetos interdisciplinares que permitam aos estudantes vivenciarem a prática e desenvolverem competências jurídicas em consonância com as exigências do mundo do trabalho.

Considerando que a cidade de Itapuranga – GO e sua região possuem uma economia fortemente baseada na agricultura, pecuária e na prestação de serviços, a proposta pedagógica do curso buscará contemplar também os aspectos negociais e empresariais, de modo a alinhar a formação acadêmica ao contexto econômico regional.

Na concepção da matriz curricular, serão observadas as alterações do Art. 5º da Resolução CNE/CES nº 5/2018, introduzidas pela Resolução nº 2/2021, assegurando a presença dos conteúdos e atividades que atendam às perspectivas formativas em formação geral, técnico-jurídicas e prático-profissional, com ênfase na interdisciplinaridade e na articulação dos saberes.

Quanto à interdisciplinaridade, o curso buscará promover a inter-relação entre as disciplinas, de modo que os conteúdos dialoguem harmonicamente, evitando repetições desnecessárias e favorecendo a ampliação do conhecimento. Pretende-se, assim, oferecer uma prática pedagógica flexível e integradora, abrangendo múltiplos saberes acadêmico-científicos e tecnológicos.

A proposta também contemplará a transdisciplinaridade, por meio da abordagem de temas transversais, como Ética, História, Sociologia, Antropologia, Filosofia, Educação Ambiental, Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais, Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Saúde, Diversidades e Orientação Sexual. Esses conteúdos, fundamentais para a cidadania e para a democracia, serão incorporados tanto em disciplinas específicas como de modo transversal, além de serem integrados em projetos de extensão.

Adicionalmente, na matriz curricular contempla temas locais e regionais, vinculados às características econômicas e sociais da região de Itapuranga, de forma a garantir maior pertinência social à formação do egresso.

O Curso de Graduação em Direito da FAI foi estruturado com flexibilidade curricular, permitindo diferentes estratégias pedagógicas: aulas expositivas dialogadas, práticas simuladas, atividades de campo, debates, trabalhos acadêmicos, disciplinas optativas, atividades complementares, iniciação científica e programas de extensão. Serão utilizados recursos tecnológicos e multimídia, visitas técnicas, palestras e seminários, de modo a articular teoria e prática.

A matriz curricular será ofertada em regime semestral, possibilitando a sistematização do desenvolvimento de competências significativas. Para fortalecer a integração entre teoria e prática, desde os primeiros períodos serão estimuladas

discussões de casos hipotéticos e situações fáticas, aproximando o estudante da realidade profissional.

A previsão é que, a partir do 7º semestre, os estudantes sejam integrados ao Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, onde poderão desenvolver atividades jurídicas simuladas e reais, sob supervisão docente, promovendo a articulação entre formação acadêmica, prática profissional e responsabilidade social.

Por fim, além das atividades acadêmicas obrigatórias, a FAI pretende desenvolver programas de extensão que envolvam professores e estudantes em atividades integradas, interdisciplinares e de impacto social, reforçando o compromisso institucional com a formação cidadã e com o desenvolvimento da comunidade regional.

2.4.1 Matriz Curricular

De acordo com a Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, o curso da Faculdade Itapuranga – FAI será ofertado na modalidade presencial, com carga horária total de 3.960 horas, distribuídas em 10 (dez) semestres, contemplando os conteúdos essenciais e necessários à formação acadêmico-profissional, ao exercício das carreiras jurídicas e ao atendimento das demandas sociais, institucionais e cidadãs. O curso busca alinhar-se às orientações previstas nas DCNs, assegurando uma formação sólida, ética, crítica e humanística, pautada no rigor científico e no compromisso com a justiça e a democracia.

Além das disciplinas obrigatórias e complementares que compõem a matriz curricular, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), em conjunto com o Colegiado do Curso, supervisionará os programas de extensão, em conformidade com a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Tais atividades garantirão a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, oferecendo ao estudante experiências formativas práticas, interdisciplinares e de integração com a comunidade, de modo a fortalecer sua formação profissional e cidadã.

Atendendo às orientações normativas e legais, o Curso de Direito contempla em sua estrutura curricular conteúdos relacionados à diversidade, inclusão e direitos humanos. Nesse sentido, serão assegurados os conteúdos vinculados ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais –

LIBRAS; à Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que estabelece a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; à Resolução CNE nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais; e à Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Também são considerados os dispositivos da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, assegurando práticas pedagógicas inclusivas.

A matriz curricular do Curso de Direito da FAI foi elaborada em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com as novas demandas sociais, incorporando inovações metodológicas, tecnológicas e científicas. Seu desenho resulta de um processo coletivo, envolvendo a Coordenação do Curso, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o Colegiado de Curso, assegurando que a formação do futuro Bacharel em Direito esteja em sintonia com as exigências contemporâneas do mercado jurídico e com os princípios constitucionais de cidadania, democracia e justiça social.

Além disso, a estrutura curricular contempla a integração entre ensino, pesquisa e extensão, valorizando os aspectos regionais e as especificidades socioeconômicas da cidade de Itapouranga e região, cuja dinâmica está fortemente associada ao comércio local e ao agronegócio. Esses contextos são explorados de forma interdisciplinar e transdisciplinar, especialmente por meio das disciplinas de Estudos Interdisciplinares, que constituem o eixo integrador da matriz.

Tais componentes promovem o desenvolvimento de competências jurídicas aplicadas à realidade regional, estimulando a compreensão crítica do papel do Direito como instrumento de transformação social e de fortalecimento das práticas democráticas. Dessa forma, o curso consolida uma formação humanística, técnica e socialmente comprometida, que prepara o egresso para atuar de forma ética, reflexiva e inovadora frente aos desafios do cenário jurídico contemporâneo e às demandas da comunidade onde está inserido.

Quadro 05. Matriz Curricular do Curso de Direito

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE DIREITO							
1º PERÍODO	CH TEORIA	PRÁTICA JURIDICA	ESTÁGIO	EXTENSÃO	ATV. COMP	TCC	CH TOTAL
Atividades Complementares I	**	**	**	**	20	**	20
Ciência Política e Teoria Geral do Estado	60	**	**	**	**	**	60
Estudos Interdisciplinares I	**	**	**	60	**	**	60
Filosofia, Ética e Cidadania	60	**	**	**	**	**	60
Fundamentos da Economia	60	**	**	**	**	**	60
Língua Portuguesa	60	**	**	**	**	**	60
Teoria Geral do Direito	60	**	**	**	**	**	60
CARGA HORÁRIA	300	0	0	60	20	0	380
2º PERÍODO	CH TEORIA	PRÁTICA JURIDICA	ESTÁGIO	EXTENSÃO	ATV. COMP	TCC	CH TOTAL
Atividades Complementares II	**	**	**	**	20	**	20
Direito Civil I	60	**	**	**	**	**	60
Direito Penal I	60	**	**	**	**	**	60
Estudos Interdisciplinares II	**	**	**	60	**	**	60
Hermenêutica e Argumentação Jurídica	60	**	**	**	**	**	60
Metodologia do Trabalho Científico	60	**	**	**	**	**	60
Teoria e Fundamentos da Constituição	60	**	**	**	**	**	60
CARGA HORÁRIA	300	0	0	60	20	0	380
3º PERÍODO	CH TEORIA	PRÁTICA JURIDICA	ESTÁGIO	EXTENSÃO	ATV. COMP	TCC	CH TOTAL
Atividades Complementares III	**	**	**	**	20	**	20
Direito Civil II	60	**	**	**	**	**	60
Direito Penal II	60	**	**	**	**	**	60
Estudos Interdisciplinares III	**	**	**	60	**	**	60
Instituições Democráticas e Ordens Constitucionais	60	**	**	**	**	**	60
Sociologia, Antropologia e Relações Étnico-Racial	60	**	**	**	**	**	60
Teoria Geral do Processo	60	**	**	**	**	**	60
CARGA HORÁRIA	300	0	0	60	20	0	380
4º PERÍODO	CH TEORIA	PRÁTICA JURIDICA	ESTÁGIO	EXTENSÃO	ATV. COMP	TCC	CH TOTAL
Atividades Complementares IV	**	**	**	**	20	**	20
Direito Civil III	60	**	**	**	**	**	60
Direito Eleitoral	60	**	**	**	**	**	60
Direito Penal III	60	**	**	**	**	**	60

Direito Processual Civil I	60	**	**	**	**	**	60
Estudos Interdisciplinares IV	**	**	**	60	**	**	60
Responsabilidade Social, Direito e Meio Ambiente	60	**	**	**	**	**	60
CARGA HORÁRIA	300	0	0	60	20	0	380
5º PERÍODO							
	CH TEORIA	PRÁTICA JURÍDICA	ESTÁGIO	EXTENSÃO	ATV. COMP	TCC	CH TOTAL
Atividades Complementares V	**	**	**	**	20	**	20
Direito Civil IV	60	**	**	**	**	**	60
Direito Empresarial I	60	**	**	**	**	**	60
Direito Penal IV	60	**	**	**	**	**	60
Direito Processual Civil II	60	**	**	**	**	**	60
Direito Processual Penal I	60	**	**	**	**	**	60
Estudos Interdisciplinares V	**	**	**	80	**	**	80
CARGA HORÁRIA	300	0	0	80	20	0	400
6º PERÍODO							
	CH TEORIA	PRÁTICA JURÍDICA	ESTÁGIO	EXTENSÃO	ATV. COMP	TCC	CH TOTAL
Direito Civil V	60	**	**	**	**	**	60
Direito Empresarial II	60	**	**	**	**	**	60
Direito Processual Civil III	60	**	**	**	**	**	60
Direito Processual Penal II	60	**	**	**	**	**	60
Direito Digital	60	**	**	**	**	**	60
Estudos Interdisciplinares VI	**	**	**	80	**	**	80
CARGA HORÁRIA	300	0	0	80	0	0	380
7º PERÍODO							
	CH TEORIA	PRÁTICA JURÍDICA	ESTÁGIO	EXTENSÃO	ATV. COMP	TCC	CH TOTAL
Direito Civil VI	60	**	**	**	**	**	60
Direito do Trabalho I	60	**	**	**	**	**	60
Direito Processual Civil IV	60	**	**	**	**	**	60
Direito Processual Penal III	60	**	**	**	**	**	60
Disciplina Eletiva	60	**	**	**	**	**	60
Estágio Supervisionado I	**	**	60	**	**	**	60
Prática Jurídica Civil	**	40	**	**	**	**	40
CARGA HORÁRIA	300	40	60	0	0	0	400
8º PERÍODO							
	CH TEORIA	PRÁTICA JURÍDICA	ESTÁGIO	EXTENSÃO	ATV. COMP	TCC	CH TOTAL
Direito Administrativo I	60	**	**	**	**	**	60
Direito do Trabalho II	60	**	**	**	**	**	60
Direito Processual Constitucional	60	**	**	**	**	**	60
Direito Processual Penal IV	60	**	**	**	**	**	60

Estágio Supervisionado II	**	**	60	**	**	**	60
Negociação, Mediação e Arbitragem	60	**	**	**	**	**	60
Prática Jurídica Penal	**	40	**	**	**	**	40
CARGA HORÁRIA	300	40	60	0	0	0	400
9º PERÍODO							
	CH TEORIA	PRÁTICA JURIDICA	ESTÁGIO	EXTENSÃO	ATV. COMP	TCC	CH TOTAL
Direito Administrativo II	60	**	**	**	**	**	60
Direito Ambiental e Agrário	60	**	**	**	**	**	60
Direito Financeiro e Tributário	60	**	**	**	**	**	60
Direito Processual do Trabalho	60	**	**	**	**	**	60
Estágio Supervisionado III	**	**	60	**	**	**	60
Ética e Legislação Profissional	60	**	**	**	**	**	60
Prática Família, Sucessões e Empresas	**	40	**	**	**	**	40
Trabalho de Conclusão de Curso I	**	**	**	**	**	60	60
CARGA HORÁRIA	300	40	60	0	0	60	460
10º PERÍODO							
	CH TEORIA	PRÁTICA JURIDICA	ESTÁGIO	EXTENSÃO	ATV. COMP	TCC	CH TOTAL
Direito do Consumidor	60	**	**	**	**	**	60
Direito Internacional	60	**	**	**	**	**	60
Direito Previdenciário e Seguridade Social	60	**	**	**	**	**	60
Estágio Supervisionado IV	**	**	60	**	**	**	60
Prática Trabalhista e Tributária	**	40	**	**	**	**	40
Psicologia do Direito	60	**	**	**	**	**	60
Trabalho de Conclusão de Curso II	**	**	**	**	**	60	60
CARGA HORÁRIA	240	40	60	0	0	60	400
CARGA HORÁRIA TOTAL (60 Minutos)	2940	160	240	400	100	120	3960
DISCIPLINAS OPTATIVAS							
	CH TEORIA	PRÁTICA JURIDICA	ESTÁGIO	EXTENSÃO	ATV. COMP	TCC	CH TOTAL
Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso	60	**	**	**	**	**	60
Direito do Agronegócio	60	**	**	**	**	**	60
Direito do Terceiro Setor	60	**	**	**	**	**	60
Direito Esportivo	60	**	**	**	**	**	60
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	**	**	**	**	**	60
Tópicos Avançados	60	**	**	**	**	**	60

CARGA HORÁRIA	H/R	%
PRESENCIAL	2.940	74,24242424
PRÁTICA JURÍDICA	160	4,0
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	240	6,1
ATIVIDADES DE EXTENSÃO	400	10,1
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	100	2,5
TCC	120	3,0
CH TOTAL	3.960	100%

Fonte: FAI (2025)

2.5 CONTEÚDOS CURRICULARES

O currículo do Curso de Graduação em Direito da FAI abrange uma sequência de disciplinas e atividades ordenadas semestralmente, numa seriação adequada para o encaminhamento lógico de conteúdos e práticas acadêmicas. Foram incluídas disciplinas que representarão o desdobramento dos conteúdos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Direito, bem como outras consideradas necessárias à formação integral do futuro profissional.

Os conteúdos curriculares estarão organizados de forma coerente com os objetivos do curso e com o compromisso que a FAI assumirá com a cidade de Itapuranga e a região onde está inserida, promovendo a formação de profissionais alinhados às demandas locais e regionais. A visão humanística e crítica da realidade social será trabalhada ao longo de todo o curso, assegurando ao estudante, por meio da integração entre teoria e prática, uma compreensão pluralista e contextualizada do Direito.

O conteúdo dos ementários das disciplinas e suas bibliografias básicas e complementares também estão adequados à proposta pedagógica do curso, uma vez que as bibliografias básicas e complementares traduzem os referenciais próprios das disciplinas que constituem a Matriz Curricular e estão devidamente catalogadas e tombadas no acervo da biblioteca FAI, valendo ainda consignar a existência de obras clássicas de autores nacionais e estrangeiros, sempre buscando preferencialmente as edições mais recentes, além da biblioteca virtual utilizada pelo curso.

A formação interdisciplinar permite ao acadêmico não só absorver o conhecimento consolidado do direito, como também a viabilização das conexões e análises dos fenômenos jurídicos na realidade social, política e econômica. Como proposta inovadora, a Matriz Curricular para o Curso de Graduação em Direito tem

sua base centrada em paradigmas de alta funcionalidade, sem deixar para traz as linhas tradicionais do curso jurídico, porém conferindo linhas de adequações para que o mesmo atenda as demandas consideradas necessárias em tempos de pós-modernidades, ampliando a visão de uma cultura rarefeita, projetada por um prognóstico emergencial.

A matriz curricular, estruturada em dez períodos, abrange componentes curriculares que materializam as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Direito (Resolução CNE/CES nº 5/2018 e Resolução CNE/CES nº 2/2021), contemplando a formação geral, técnico-jurídica e prático-profissional. O curso totaliza uma carga horária de 3.960 horas, distribuídas de modo equilibrado entre atividades teóricas, práticas, atividades complementares, de extensão, estágios supervisionados e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Na construção deste Projeto Pedagógico de Curso – PPC, a FAI faz cumprir integralmente o regramento estabelecido nas DCNs, que estabelece que a formação do Bacharel em Direito, deve priorizar a interdisciplinaridade e a articulação de saberes e deve incluir conteúdos e atividades que atendam as seguintes perspectivas formativas:

- **Eixo de Formação Geral**, o estudante é introduzido a fundamentos teóricos indispensáveis ao pensamento crítico, filosófico, humanístico e interdisciplinar, por meio de disciplinas como Ciência Política e Teoria do Estado; Ética e Legislação Profissional; Filosofia, Ética e Cidadania; Fundamentos da Economia; Língua Portuguesa; Metodologia do Trabalho Científico; Psicologia do Direito; Responsabilidade Social, Direito e Meio Ambiente; e Sociologia, Antropologia e Relações Étnico Raciais. Essas unidades curriculares permitem a compreensão dos fenômenos jurídicos em diálogo com as ciências humanas e sociais aplicadas.
- **Eixo de Formação Técnico-Jurídica** é robusto e sistematizado, contemplando os diversos ramos do Direito em conformidade com a tradição e a inovação jurídica. Estão previstos os ciclos de aprofundamento em Direito Civil, Direito Penal, Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, Direito Administrativo, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Constitucional, Direito Internacional Público e Privado, Direito Ambiental, Direito Eleitoral, Direito Previdenciário e da Seguridade Social, Direito do Consumidor, Direito Financeiro e Tributário, entre outros. Além disso, a matriz inclui disciplinas

contemporâneas como Direito Digital e Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem, alinhando-se às novas demandas do mundo jurídico.

- **Eixo de Formação Prático-Profissional** garante a articulação entre os conteúdos teóricos e a prática simulada e real, sobretudo a partir do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), que possibilitará atividades em mediação, conciliação, arbitragem, elaboração de peças jurídicas e acompanhamento de casos práticos. O Estágio Supervisionado tem início a partir do 7º período, totalizando 240 horas, e está complementado pelas Práticas Forenses em áreas como Civil, Penal, Família e Sucessões, Trabalhista e Tributária, com mais 160 horas.

O Estágio Supervisionado do Curso de Direito da FAI tem como finalidade proporcionar ao acadêmico experiências práticas que integrem teoria e realidade profissional, preparando-o para atuar de forma ética, crítica e responsável no exercício da advocacia e demais carreiras jurídicas. Este estágio é desenvolvido sob a coordenação do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), que funciona como espaço de fomento às atividades simuladas e reais, assegurando ao discente a vivência das rotinas forenses e administrativas, por meio de atendimento à comunidade, elaboração de peças processuais, participação em audiências simuladas e outras práticas jurídicas orientadas. Dessa forma, o aluno constrói uma identidade profissional consistente, ampliando sua capacidade de atuação diante das múltiplas demandas sociais e jurídicas.

Complementarmente, o curso contempla as disciplinas de Práticas Forenses, que ampliam e diversificam a experiência prática do acadêmico, constituindo-se como componente curricular obrigatório e indispensável à consolidação das competências profissionais. Essas disciplinas abrangem as áreas de Prática Forense Civil, Prática Forense Penal, Prática Forense de Família, Sucessões e Empresas, e Prática Forense Trabalhista e Tributária, totalizando 160 horas. Tal estrutura assegura a formação integral do estudante, permitindo-lhe o domínio técnico e prático necessário ao exercício da profissão e ao fortalecimento do compromisso social da FAI com a comunidade regional.

Os Estudos Interdisciplinares configuram-se como atividades de extensão que têm por base a metodologia da problematização, estimulando o estudante a analisar criticamente a realidade social e jurídica. A proposta é que, a partir da observação de situações concretas, o acadêmico consiga estabelecer conexões entre os conteúdos

trabalhados nas diferentes disciplinas do curso e os desafios do contexto comunitário, econômico e político no qual está inserido. Essa abordagem interdisciplinar fortalece a capacidade investigativa, fomenta a produção de conhecimento aplicado e amplia o compromisso social do futuro profissional do Direito, permitindo que sua formação transcenda a sala de aula e se materialize em práticas voltadas à transformação da realidade. Na FAI, esses estudos estarão sendo realizados do 1º ao 6º períodos, em abordagens com as seguintes temáticas:

- **Estudos Interdisciplinares I** – Direito, Sociedade e Cidadania;
- **Estudos Interdisciplinares II** – Direitos Humanos e Desenvolvimento Regional;
- **Estudos Interdisciplinares III** – Direito Ambiental e Agronegócio Sustentável;
- **Estudos Interdisciplinares IV** – Direito Empresarial, Comercial e Empreendedorismo Local;
- **Estudos Interdisciplinares V** – Políticas Públicas, Gestão e Direito Econômico;
- **Estudos Interdisciplinares VI** – Mediação, Arbitragem e Soluções Jurídicas no campo e no comércio.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Direito da FAI constitui-se em atividade obrigatória para a integralização curricular, desempenhando papel fundamental no processo formativo do acadêmico. Seu objetivo é proporcionar ao estudante a oportunidade de demonstrar o grau de habilitação adquirido ao longo do curso, aprofundar-se em um tema específico de sua escolha, estimular a produção científica e o diálogo crítico com a bibliografia especializada, além de desenvolver sua capacidade de interpretação e análise de problemas jurídicos de forma sistemática e fundamentada. O TCC favorece ainda a articulação entre teoria e prática, promovendo a consolidação da autonomia intelectual e da postura investigativa do discente. Na matriz curricular do Curso de Direito da FAI, o TCC é desenvolvido nos dois últimos semestres, com carga horária de 120 horas, estimula a pesquisa, a produção acadêmica e o aprofundamento teórico-prático em temas de relevância social e científica.

As Atividades Complementares do Curso de Direito da FAI configuram-se como espaço privilegiado para a ampliação da formação acadêmica, permitindo ao

estudante articular os conteúdos teóricos trabalhados em sala de aula com experiências extracurriculares diversificadas. Por meio dessas atividades, o discente tem a oportunidade de participar de projetos de extensão, eventos científicos, seminários, congressos, oficinas, monitorias, grupos de estudo e outras ações que fortalecem sua formação crítica, humanística e profissional. Esse conjunto de experiências contribui não apenas para o aprofundamento do aprendizado, mas também para a construção de competências e habilidades necessárias à atuação no mundo jurídico, em sintonia com as demandas sociais e do mercado de trabalho. Ao integrar ensino, pesquisa e extensão, as Atividades Complementares estimulam a autonomia intelectual, o protagonismo estudantil e o compromisso social do acadêmico, transformando a comunidade acadêmica em um verdadeiro fórum de debates e de produção de saberes jurídicos aplicados à realidade regional.

A matriz curricular ainda assegura a transversalidade de conteúdos obrigatórios, como Educação em Direitos Humanos, Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei nº 11.645/2008), além da disciplina de Libras (Decreto nº 5.626/2005), cumprindo integralmente os dispositivos legais e regulamentares.

Assim, o currículo do Curso de Direito da FAI, além de atender às exigências normativas e acadêmicas, está comprometido com a formação de bacharéis em Direito éticos, críticos, reflexivos e preparados para enfrentar os desafios da contemporaneidade, contribuindo com o desenvolvimento social, político e econômico da região de Itapuranga, do Estado de Goiás e do Brasil.

Quadro 06. Conteúdos Curriculares do Curso de Graduação em Direito

CONTEÚDOS CURRICULARES DO CURSO DE DIREITO								
NÚCLEO	DISCIPLINA	CH TEORIA	PRÁTICA JURÍDICA	ESTÁGIO	EXTENSÃO	ATV. COMP.	TCC	CH TOTAL
FORMAÇÃO GERAL	Ciência Política e Teoria Geral do Estado	60	**	**	**	**	**	60
	Ética e Legislação Profissional	60	**	**	**	**	**	60
	Filosofia, Ética e Cidadania	60	**	**	**	**	**	60
	Fundamentos da Economia	60	**	**	**	**	**	60
	Língua Portuguesa	60	**	**	**	**	**	60
	Metodologia do Trabalho Científico	60	**	**	**	**	**	60

	Psicologia do Direito	60	**	**	**	**	**	60
	Responsabilidade Social, Direito e Meio Ambiente	60	**	**	**	**	**	60
	Sociologia, Antropologia e Relações Étnico-Racial	60	**	**	**	**	**	60
		540	0	0	0	0	0	540
FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA	Direito Administrativo I	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Administrativo II	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Ambiental e Agrário	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Civil I	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Civil II	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Civil III	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Civil IV	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Civil V	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Civil VI	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Digital	60	**	**	**	**	**	60
	Direito do Consumidor	60	**	**	**	**	**	60
	Direito do Trabalho I	60	**	**	**	**	**	60
	Direito do Trabalho II	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Eleitoral	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Empresarial I	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Empresarial II	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Financeiro e Tributário	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Internacional	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Penal I	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Penal II	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Penal III	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Penal IV	60	**	**	**	**	**	60
Direito Previdenciário e Seguridade Social	60	**	**	**	**	**	60	
Direito Processual Civil I	60	**	**	**	**	**	60	

	Direito Processual Civil II	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Processual Civil III	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Processual Civil IV	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Processual Constitucional	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Processual do Trabalho	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Processual Penal I	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Processual Penal II	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Processual Penal III	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Processual Penal IV	60	**	**	**	**	**	60
	Disciplina Eletiva	60	**	**	**	**	**	60
	Hermenêutica e Argumentação Jurídica	60	**	**	**	**	**	60
	Instituições Democráticas e Ordens Constitucionais	60	**	**	**	**	**	60
	Negociação, Mediação e Arbitragem	60	**	**	**	**	**	60
	Teoria e Fundamentos da Constituição	60	**	**	**	**	**	60
	Teoria Geral do Direito	60	**	**	**	**	**	60
	Teoria Geral do Processo	60	**	**	**	**	**	60
		2400	0	0	0	0	0	2400
FORMAÇÃO PRÁTICO-PROFISSIONAL	Prática Família, Sucessões e Empresas	**	40	**	**	**	**	40
	Prática Jurídica Civil	**	40	**	**	**	**	40
	Prática Jurídica Penal	**	40	**	**	**	**	40
	Prática Trabalhista e Tributária	**	40	**	**	**	**	40
		0	160	0	0	0	0	160
	Estágio Supervisionado I	**	**	60	**	**	**	60
	Estágio Supervisionado II	**	**	60	**	**	**	60
	Estágio Supervisionado III	**	**	60	**	**	**	60
	Estágio Supervisionado IV	**	**	60	**	**	**	60
		0	0	240	0	0	0	240
	Estudos Interdisciplinares I	**	**	**	60	**	**	60

Estudos Interdisciplinares II	**	**	**	60	**	**	60
Estudos Interdisciplinares III	**	**	**	60	**	**	60
Estudos Interdisciplinares IV	**	**	**	60	**	**	60
Estudos Interdisciplinares V	**	**	**	80	**	**	80
Estudos Interdisciplinares VI	**	**	**	80	**	**	80
	0	0	0	400	0	0	400
Atividades Complementares I	**	**	**	**	20	**	20
Atividades Complementares II	**	**	**	**	20	**	20
Atividades Complementares III	**	**	**	**	20	**	20
Atividades Complementares IV	**	**	**	**	20	**	20
Atividades Complementares V	**	**	**	**	20	**	20
	0	0	0	0	100	0	100
Trabalho de Conclusão de Curso I	**	**	**	**	**	60	60
Trabalho de Conclusão de Curso II	**	**	**	**	**	60	60
	0	0	0	0	0	120	120
CARGA HORÁRIA TOTAL	2940	160	240	400	100	120	3960

Fonte: FAI (2025)

2.5.1 Ementas e Bibliografias das Disciplinas

As ementas e bibliografias do Curso de Direito da Faculdade Itapuranga – FAI estão organizadas por período letivo, em conformidade com a matriz curricular e com as exigências legais e acadêmicas estabelecidas para a formação jurídica. Além da bibliografia básica e complementar indicada em cada disciplina, serão utilizados recursos adicionais, como periódicos especializados, revistas jurídicas, legislações atualizadas, jurisprudências, materiais eletrônicos e bases de dados digitais que garantem constante atualização dos conteúdos.

A elaboração das ementas e programas de ensino considerou os conteúdos fundamentais da área do Direito, as demandas do mercado de trabalho, as necessidades sociais regionais e a formação crítica e humanista que caracteriza o

perfil do egresso. As obras indicadas foram selecionadas de forma criteriosa, assegurando a pertinência com os objetivos de cada unidade curricular e promovendo um enriquecimento dos conteúdos a partir da literatura nacional e estrangeira mais relevante.

A biblioteca da instituição conta com acervo específico para o curso de Direito, atendendo integralmente às indicações de bibliografia básica e complementar constantes nos planos de ensino. Além do acervo físico, os estudantes contam com a biblioteca virtual, que disponibiliza milhares de títulos de referência para a área jurídica, permitindo acesso contínuo e remoto, bem como ferramentas de pesquisa acadêmica.

Ao final de cada período letivo, os professores do curso, em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o colegiado, realizam a avaliação dos planos de ensino, incluindo a análise da bibliografia utilizada. Essa prática possibilita a atualização constante, considerando os lançamentos do mercado editorial e as inovações tecnológicas, assegurando que a bibliografia indicada seja sempre adequada, atualizada e relevante para o desenvolvimento dos conteúdos e para a formação de um profissional do Direito crítico, reflexivo e preparado para os desafios contemporâneos.

As ementas e bibliografias detalhadas por disciplina estão apresentadas no Anexo 01 deste Projeto Pedagógico de Curso, compondo parte essencial da organização curricular do Curso de Graduação em Direito da FAI.

2.6 METODOLOGIA

A metodologia de ensino adotada pelo Curso de Graduação em Direito da FAI está em plena sintonia com os objetivos institucionais e com o perfil de egresso definido neste PPC, buscando assegurar o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes necessárias ao profissional do Direito. O curso organiza suas práticas pedagógicas de modo a promover a articulação entre teoria e prática, de forma contextualizada e crítica, permitindo que o estudante desenvolva visão humanista, interdisciplinar e socialmente comprometida.

As estratégias metodológicas propostas vão além da exposição teórica, contemplando também estudos práticos em sala de aula, estudos dirigidos, análises de casos, júris simulados, seminários, práticas forenses e problematização de

situações concretas. Tais procedimentos metodológicos asseguram a articulação da vida acadêmica com a realidade social, política e econômica, bem como com os avanços tecnológicos e jurídicos, utilizando-se recursos como multimídia, ambientes virtuais de aprendizagem, pesquisa científica, atividades de extensão, visitas técnicas a órgãos do sistema de justiça e estágios supervisionados.

A Faculdade Itapuranga compreende que o conhecimento jurídico é fruto de uma construção contínua, progressiva e cumulativa, sendo produzido a partir da reflexão crítica sobre a realidade concreta. Nesse sentido, o curso de Direito da FAI estimula práticas pedagógicas participativas, com metodologias que favorecem a autonomia discente, o pensamento crítico, a comunicação e a capacidade de negociação e argumentação, essenciais ao exercício da advocacia e das demais carreiras jurídicas.

Com este entendimento, a metodologia contempla:

- I. Os princípios de autonomia institucional, flexibilidade curricular, interdisciplinaridade e integração entre estudo, trabalho e extensão;
- II. A adoção de metodologias que incentivem o estudante a aprender a aprender, aprender a ser, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a conhecer, pilares essenciais da formação jurídica contemporânea;
- III. O estímulo ao trabalho em grupo, aos debates e aos fóruns acadêmicos, favorecendo a discussão coletiva e as relações interpessoais;
- IV. A valorização das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno atitudes voltadas para a cidadania, a justiça e a responsabilidade social.

O curso propõe a utilização de metodologias ativas, nas quais o aluno será o protagonista do processo de aprendizagem, sendo estimulado a analisar criticamente casos reais e hipotéticos, propor soluções jurídicas inovadoras e atuar de forma propositiva na resolução de problemas da sociedade. Nesse cenário, o Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, os Estudos Interdisciplinares e os Projetos de Extensão desempenham papel estratégico, fortalecendo a integração entre a teoria acadêmica e a vivência prática.

As atividades metodológicas incluem:

- Aulas expositivas dialogadas com uso de recursos multimídia;
- Júris simulados, resolução de casos práticos e audiências simuladas;
- Organização de seminários e simpósios jurídicos;

- Elaboração de peças processuais e pareceres jurídicos;
- Debates, painéis de discussão e atividades de pesquisa científica e extensão;
- Visitas técnicas a órgãos do sistema de justiça, como Tribunais, Ministério Público, Defensoria e Delegacias.

Além disso, o curso se fundamenta no uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), empregando ferramentas digitais como apoio à aprendizagem, incluindo plataformas virtuais, biblioteca digital, fóruns acadêmicos e sistemas de simulação jurídica. Dessa forma, o ensino é dinamizado e ajustado ao perfil das novas gerações, ampliando o protagonismo do discente no processo formativo.

O Curso de Direito da FAI adota, assim, uma pedagogia crítico-social, que não apenas se preocupa em transmitir conteúdos, mas em formar juristas capazes de problematizar a realidade, compreender as contradições sociais e intervir de modo ético, responsável e transformador. O resultado esperado é um egresso autônomo, reflexivo e preparado para os desafios do mundo jurídico, em consonância com as demandas locais, regionais e nacionais.

2.6.1 Metodologia e Estratégias de Ensino-Aprendizagem

Tratar os aspectos de interdisciplinaridade e transversalidade no Curso de Direito da FAI representa um dos maiores desafios pedagógicos para o Colegiado do Curso, pois exige superar a retórica e garantir práticas efetivas que integrem os diferentes ramos do conhecimento jurídico e áreas afins, articulando-os com temáticas sociais, econômicas, políticas e culturais contemporâneas. O objetivo é despertar no aluno o interesse crítico-reflexivo, estimulando-o a compreender o fenômeno jurídico em sua totalidade e a relacioná-lo com a realidade da comunidade local, regional e nacional.

Para tanto, são empregadas estratégias de ensino que favorecem uma maior interatividade docente-discente e discente-discente, promovendo a construção do saber jurídico a partir de referenciais teóricos sólidos e de experiências práticas vivenciadas nos estágios supervisionados, nas práticas forenses simuladas e reais, e nos estudos interdisciplinares que integram o currículo. Busca-se, assim, instigar no acadêmico o compromisso com seu próprio desenvolvimento intelectual, ético e

profissional, numa perspectiva reflexiva e transformadora, valorizando a metodologia do ensino pela pesquisa e a resolução de problemas concretos.

Dessa forma, a metodologia de ensino-aprendizagem do Curso de Direito da FAI, além de oferecer formação de nível superior adequada ao exercício da advocacia, da magistratura, do Ministério Público e demais carreiras jurídicas, privilegia a realização de pesquisas aplicadas, o estímulo à produção científica, a integração com a comunidade por meio de projetos de extensão e serviços jurídicos, e o fortalecimento da valorização humana e social das profissões jurídicas.

Com isso, no intuito de desenvolver o perfil do egresso previsto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, são priorizadas metodologias de ensino-aprendizagem coletivas, interdisciplinares e desafiadoras, capazes de formar bacharéis em Direito com visão crítica, responsabilidade social e capacidade transformadora diante das demandas da sociedade contemporânea.

2.6.2 Formação para o Mundo do Trabalho e o Exercício da Cidadania

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito da FAI propõe-se a formar cidadãos e profissionais aptos a prestar serviços jurídicos qualificados à comunidade, estabelecendo vínculos sólidos com as instituições públicas, privadas e do terceiro setor, promovendo a extensão universitária e difundindo conquistas e benefícios resultantes da produção científica, cultural e tecnológica gerada na Instituição. A formação é centrada no aluno, buscando desenvolver competências que aliem eficiência, eficácia e efetividade, materializáveis na capacidade de interpretar, aplicar e transformar o Direito em favor da justiça social, da promoção da cidadania e da melhoria das condições de vida da população.

Para alcançar a efetiva formação cidadã e a preparação para o mundo do trabalho jurídico, são desenvolvidas atividades integradoras e práticas, tais como:

- Visitas técnicas a órgãos do sistema de justiça, como fóruns, tribunais, delegacias, ministério público, defensorias e escritórios de advocacia;
- Elaboração de projetos interdisciplinares de integração das disciplinas nos semestres;
- Estágios curriculares supervisionados, com acompanhamento docente, no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ);

- Semanas Jurídicas, com palestras, painéis e debates com profissionais do Direito;
- Projetos de Extensão com enfoque em cidadania, direitos humanos, mediação e acesso à justiça;
- Atividades de simulação, júris simulados, oficinas práticas e grupos de estudos temáticos;
- Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) voltados para pesquisa aplicada e análise crítica da realidade jurídica e social.

Além do know-how construído nessa fase, a FAI irá acompanhar e contribuir para o debate sobre os principais temas jurídicos e sociais em nível regional e nacional, adequando seu curso às mais recentes demandas da sociedade e às diretrizes pedagógicas do Ensino Superior em Direito. Dessa forma, a Instituição reafirma seu compromisso em formar bacharéis com sólida base teórica, competências práticas e compromisso ético, preparados para os desafios do mundo do trabalho e para o exercício responsável da cidadania.

2.6.3 Práticas Pedagógicas Inovadoras

Considerando o contexto social contemporâneo, em que os meios de comunicação são potencializados pelo avanço das novas tecnologias e pela concepção de um mundo vivo como rede de relações dinâmicas, no qual os conhecimentos e competências profissionais se transformam de forma veloz e constante, torna-se imprescindível adotar metodologias de ensino que possibilitem uma prática educacional libertadora. O objetivo é formar um profissional ativo, crítico e reflexivo, dotado da capacidade de aprender a aprender, de construir competências éticas, políticas e técnicas, aliado ao raciocínio lógico, à crítica fundamentada, à responsabilidade social e à sensibilidade para as demandas da vida e da sociedade. Esse perfil deve estar preparado para intervir em cenários de incertezas e complexidades, que caracterizam o mundo jurídico e social contemporâneo.

Nesse cenário, a Faculdade Itapuranga adota a Aprendizagem Baseada em Equipes (Team-Based Learning – TBL) como estratégia inovadora de ensino-aprendizagem, cujo propósito é engajar e motivar o aluno. Diante de problemas reais, extraídos da prática social e do contexto regional, o estudante é desafiado a refletir,

analisar, ressignificar experiências e elaborar soluções criativas e aplicáveis. Essa dinâmica potencializa o desenvolvimento de competências profissionais essenciais ao jurista, como a capacidade de argumentação, a análise crítica, a interpretação normativa e a tomada de decisões em situações complexas.

Nessa perspectiva, o docente assume o papel de tutor-facilitador, conduzindo o processo de aprendizagem de forma dialógica, incentivando a autonomia intelectual, o protagonismo discente e a corresponsabilidade pelo processo formativo. O professor deve estar disposto a respeitar, escutar com empatia e acreditar na capacidade do estudante de evoluir em um ambiente de liberdade, apoio mútuo e compromisso com o conhecimento.

Para a implantação dessa proposta metodológica, a FAI pauta-se em práticas avaliativas processuais e formativas, que ultrapassam a mera verificação de conteúdos acumulados, priorizando a construção de competências e a consolidação de aprendizagens significativas. O processo avaliativo, assim, passa a ser um instrumento de acompanhamento contínuo, permitindo ao aluno compreender o funcionamento de suas capacidades cognitivas na resolução de problemas, ao mesmo tempo em que possibilita ao docente identificar a adequação entre os métodos de ensino e a efetividade do aprendizado.

Dessa forma, a metodologia adotada pelo Curso de Direito da FAI assegura um processo formativo integral, pautado na interdisciplinaridade, no compromisso ético e na aplicação prática do conhecimento jurídico, preparando o egresso para atuar de modo responsável, inovador e humanizado no mundo do trabalho e na sociedade.

2.7 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Direito da Faculdade Itapuranga – FAI constitui-se em um conjunto de atividades de formação acadêmico-profissional, programadas e diretamente supervisionadas por docentes da instituição, com o objetivo de assegurar a consolidação e a articulação das competências desenvolvidas ao longo do curso. Por meio do estágio, o aluno tem contato com situações concretas, instituições jurídicas e práticas processuais, possibilitando a integração entre os conhecimentos teóricos adquiridos e sua aplicação no mundo do trabalho.

Trata-se de uma etapa formativa regida por regulamento próprio da IES, que observa as determinações legais estabelecidas pelo Ministério da Educação e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. O estágio, ao proporcionar vivências práticas, oportuniza ao acadêmico a reflexão crítica sobre a realidade jurídica, desenvolvendo habilidades de análise, interpretação, argumentação e aplicação do Direito em diferentes contextos sociais e profissionais.

O Estágio Supervisionado no Curso de Direito da FAI tem início a partir do 7º semestre, no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), espaço que será estruturado para o desenvolvimento de atividades simuladas e práticas reais de atendimento jurídico. O NPJ oportuniza ao aluno experiências em áreas como Prática Jurídica Civil, Penal, Trabalhista, Empresarial, Família e Sucessões, Tributária e Constitucional, abrangendo elaboração de peças processuais, participação em audiências simuladas, arbitragem, negociação, conciliação, mediação e orientação jurídica comunitária.

As atividades do estágio possuem como objetivos específicos:

- I. Possibilitar a articulação entre teoria e prática, assegurando ao estudante a vivência profissional do Direito;
- II. Desenvolver competências éticas, técnicas e humanísticas indispensáveis ao exercício da profissão jurídica;
- III. Estimular a postura investigativa, crítica e propositiva diante das demandas sociais e institucionais;
- IV. Proporcionar ao estudante experiências formativas que o capacitem a atuar de forma responsável, empreendedora e inovadora no campo jurídico;
- V. Favorecer a prática interdisciplinar e a integração com outros saberes, considerando a transversalidade das questões jurídicas no contexto social.

O estágio supervisionado possui carga horária definida na matriz curricular, correspondendo a um total de 400 horas, devidamente distribuídas entre atividades práticas orientadas, atendimentos e simulações. Além disso, os estudantes também desenvolvem disciplinas específicas de Práticas Jurídicas, que complementam e diversificam as experiências vivenciadas no NPJ, ampliando a compreensão sobre a atuação do profissional do Direito em diferentes ramos.

Todos os alunos regularmente matriculados e participantes do estágio supervisionado contam com cobertura de seguro contra acidentes pessoais, conforme exigência legal, contratado pela Instituição.

Assim, o Estágio Curricular Supervisionado no Curso de Direito da FAI não se limita a uma atividade prática isolada, mas se consolida como um processo articulado ao longo da formação acadêmica. Desde os períodos iniciais, os alunos têm contato com disciplinas introdutórias e preparatórias que contribuem para a compreensão do sistema jurídico e para o amadurecimento do senso crítico, culminando, a partir do 7º período, em experiências práticas estruturadas e supervisionadas, que asseguram o desenvolvimento integral do perfil do egresso esperado para o curso.

1.7.1. Objetivos do Estágio

Entre outros objetivos, o Estágio Curricular Supervisionado obrigatório do Curso de Direito da FAI deverá ser considerado enquanto atividade formativa que permita ao acadêmico:

- I. Adquirir experiências específicas de aprendizagem prática e teórica em que, por meio do exercício orientado da prática jurídica — estudo de casos, elaboração de peças processuais, simulação de audiências, atendimento à comunidade, negociação, conciliação, mediação e arbitragem — compreenda a estrutura e o funcionamento do seu futuro campo de trabalho;
- II. Favorecer seu contato profissional e social, possibilitando a compreensão e o engajamento com a realidade das instituições jurídicas e com os desafios encontrados no exercício da carreira jurídica;
- III. Promover a interação teoria-prática, permitindo a criação, elaboração e reelaboração de experiências jurídicas que aproximem o estudante da dinâmica real do Direito;
- IV. Articular a perspectiva do currículo com a realidade profissional, utilizando-se das teorias jurídicas e sociais existentes como processo de reflexão da ação prática e de formação humana;
- V. Empreender reflexão crítica sobre os conteúdos e procedimentos jurídico-metodológicos aplicados em atividades reais ou simuladas, considerando a relação entre a prática forense e a dimensão social do Direito;
- VI. Estabelecer a reflexão sobre sua prática profissional, possibilitando-lhe antecipar situações que vivenciará no efetivo exercício da profissão jurídica, com consciência ética e responsabilidade social;

- VII. Instituir contato com a rotina dos escritórios de advocacia, órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, órgãos administrativos e demais instituições jurídicas, de forma a verificar e comprovar a realização das competências exigidas na prática profissional;
- VIII. Estimular a prática da pesquisa aplicada ao Direito como componente essencial da formação inicial e permanente do futuro operador jurídico, a partir da análise crítica de casos e do desenvolvimento de projetos voltados à comunidade;
- IX. Constituir um espaço de formação para o bacharelado em Direito e, simultaneamente, um espaço de prestação de serviços e cidadania por meio do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), promovendo a aproximação entre a faculdade e a sociedade;
- X. Garantir oportunidades de contribuir para a solução de problemas jurídicos que afetam a comunidade, ampliando a compreensão do papel social do Direito e aprimorando as competências práticas e teóricas do estudante;
- XI. Operacionalizar os conhecimentos do curso de forma transdisciplinar, interdisciplinar e multidisciplinar, integrando saberes jurídicos e sociais na construção de respostas a situações-problema encontradas no campo de estágio, propiciando uma prática reflexiva e transformadora;
- XII. Estabelecer diálogos e parcerias institucionais com órgãos do sistema de Justiça e com a comunidade atendida, de maneira a construir coautoria e corresponsabilidade na formação do futuro profissional do Direito.

1.7.2. Relação Teoria e Prática

O Estágio Supervisionado do Curso de Direito da FAI constitui-se em atividade obrigatória de campo e de prática simulada, em que as experiências práticas serão desenvolvidas mediante fundamentação teórica prévia ou simultaneamente construída. Representa uma dimensão complementar ao ensino e aprendizagem acadêmica e, por isso, deve ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, programas e calendários da Instituição.

De acordo com o PDI da FAI, o Estágio Supervisionado não obrigatório é reconhecido como um instrumento importante para a inserção dos acadêmicos no mercado de trabalho, fortalecendo a integração com a comunidade jurídica e

contribuindo para a formação prática. Já o Estágio Supervisionado Obrigatório é administrado por professores da área jurídica, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, e acompanhado pela Coordenação de Estágios e pelo Núcleo de Prática Jurídica – NPJ.

O Estágio Supervisionado Obrigatório envolve tanto atividades simuladas quanto práticas reais, permitindo ao aluno vivenciar a elaboração de peças jurídicas, a realização de atendimentos à comunidade, audiências simuladas, bem como atividades de conciliação, mediação e arbitragem, sempre sob a supervisão docente. Além do cumprimento da carga horária exigida, os alunos apresentam relatórios reflexivos que registram suas observações, análises críticas e vivências durante a prática jurídica. Esses relatórios, em alguns casos, podem gerar trabalhos submetidos a eventos internos e externos, fortalecendo a produção científica e prática do curso.

De acordo com o Regulamento de Estágios da FAI, o Estágio Supervisionado se constitui em atividade que mobiliza conhecimentos teóricos e práticos adquiridos ao longo do curso, com vistas a aproximar os discentes dos diversos ambientes possíveis de atuação profissional. Essa atividade tem como finalidade promover o aprendizado de competências próprias da prática jurídica e a contextualização curricular, contribuindo para o desenvolvimento do futuro bacharel em Direito para a vida cidadã e para o exercício profissional, em conformidade com o que dispõe a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

O Curso de Direito da FAI visa oportunizar ao acadêmico uma estreita relação com o sistema de Justiça, com vistas a:

- I. Atuar com competência em diferentes áreas do Direito, por meio do domínio das técnicas de elaboração de peças jurídicas, prática processual e atividades de atendimento à comunidade;
- II. Ser capaz de compreender e aplicar o processo judicial e extrajudicial, desenvolvendo habilidades específicas em conciliação, mediação, arbitragem e negociação;
- III. Conhecer outras realidades que requeiram os conhecimentos jurídicos voltados para a prática em escritórios de advocacia, órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, sindicatos, ONGs, empresas e demais instituições;

- IV. Refletir sobre a prática profissional do jurista, problematizando o contexto social em que o Direito se insere como instrumento de justiça, cidadania e transformação social;
- V. Avaliar e selecionar de forma coerente os recursos jurídicos, doutrinários e jurisprudenciais a serem adotados na prática forense e não forense;
- VI. Refletir sobre a pesquisa jurídica e utilizá-la como princípio formativo e investigativo, contribuindo para a elaboração de estudos e teorias aplicáveis à realidade observada durante os estágios;
- VII. Analisar a prática forense em comparação com a teoria trabalhada em sala de aula, compreendendo as necessidades de adequação entre o conhecimento acadêmico e a vivência prática no exercício da advocacia e das demais carreiras jurídicas.

As formas de realização do Estágio Supervisionado Obrigatório dar-se-ão de acordo com a proposta da Resolução CNE/CES nº 5/2018, segundo a qual a prática jurídica deve envolver atividades simuladas e reais, com exercício direto *in loco*, mediante a presença participativa em ambientes próprios da atividade profissional, sob a supervisão de um docente orientador e em consonância com a legislação vigente.

1.7.3. Distribuição da Carga Horária do Estágio Supervisionado

Conforme a Matriz Curricular do Curso de Direito da FAI, o Estágio Supervisionado está distribuído da seguinte forma:

- **7º Semestre** – Estágio Supervisionado I: 60h + Prática Jurídica Civil: 40h;
- **8º Semestre** – Estágio Supervisionado II: 60h + Prática Jurídica Penal: 40h;
- **9º Semestre** – Estágio Supervisionado III: 60h + Prática Família, Sucessões e Empresas: 40h; e,
- **10º Semestre** – Estágio Supervisionado IV: 60h + Prática Trabalhista e Tributária: 40h.

Esse desenho curricular permite que o discente vivencie progressivamente a prática jurídica, iniciando com atividades simuladas no NPJ e ampliando sua atuação

para práticas reais, por meio de atendimentos, peças processuais, audiências simuladas, projetos de extensão e convênios com órgãos do sistema de Justiça.

2.8 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A matriz curricular do Curso de Direito da FAI contempla disciplinas e atividades voltadas à formação geral, técnico-jurídica e prático-profissional, conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Direito (Resolução CNE/CES nº 5/2018). Nesse contexto, as Atividades Complementares configuram-se como componentes curriculares obrigatórios que possibilitam o reconhecimento de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar.

As Atividades Complementares abrangem práticas de estudos e experiências independentes, transversais e interdisciplinares, especialmente aquelas que tenham relações com a atuação no mundo jurídico e com as ações de extensão universitária junto à comunidade. São, portanto, oportunidades de aprendizagem que enfatizam a articulação entre teoria e prática, valorizando tanto os saberes acadêmicos quanto os adquiridos em experiências sociais, culturais, científicas e profissionais.

A proposta dessa atividade no Curso de Direito da FAI visa ampliar e diversificar a formação do estudante, incentivando a busca pelo auto aprendizado, pela responsabilidade social e pelo exercício crítico da cidadania. Dessa forma, o acadêmico é estimulado a participar de eventos científicos, seminários, palestras, congressos, júris simulados, projetos de extensão, grupos de pesquisa, atividades em órgãos da Justiça e demais experiências que possam contribuir para sua formação integral.

As Atividades Complementares possuem caráter obrigatório e estão relacionadas às ideias de flexibilidade do aprendizado, oferecendo ao estudante um leque de opções que incluem:

- Participação em eventos acadêmicos e jurídicos promovidos pela Instituição ou por entidades externas;
- Produção de artigos científicos, resenhas críticas e trabalhos de iniciação científica;
- Participação em projetos de extensão voltados ao atendimento comunitário e à promoção do acesso à Justiça;

- Experiências profissionais supervisionadas em órgãos públicos, escritórios de advocacia, sindicatos, empresas ou organizações não governamentais;
- Participação em ligas acadêmicas, grupos de estudos, atividades culturais e ações sociais vinculadas ao curso;
- Cursos de curta duração ou capacitações complementares que agreguem valor à formação jurídica.

O desenvolvimento das Atividades Complementares tem como objetivos fundamentais:

- I. **Ampliar a formação integral** do estudante, por meio do enriquecimento curricular e do aprofundamento interdisciplinar;
- II. **Integrar teoria e prática**, aproximando o discente das situações reais vivenciadas no mercado de trabalho jurídico;
- III. **Promover competências valorizadas no campo profissional**, como iniciativa, liderança, comunicação, ética, resiliência e senso crítico;
- IV. **Estimular a pesquisa e a produção científica**, incentivando o protagonismo acadêmico;
- V. **Contribuir para o fortalecimento da cidadania**, por meio da participação em atividades sociais e comunitárias que envolvam o exercício do Direito como instrumento de transformação social.

No Curso de Direito da FAI, as Atividades Complementares estão previstas na matriz curricular com carga horária total de 100 horas, distribuídas do 1º ao 5º período do curso, garantindo assim consonância com o estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

2.9 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

No Curso de Direito da FAI, o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é uma exigência curricular indispensável para a integralização da formação acadêmica, sendo coordenado e monitorado pelo colegiado do curso. Seu objetivo central é proporcionar ao estudante a vivência da pesquisa jurídica como atividade acadêmica e profissional, estimulando a reflexão crítica, a produção científica e a articulação entre teoria e prática.

O TCC deve ser desenvolvido sob a orientação de um docente, constituindo-se como exercício prático de síntese do aprendizado, através de pesquisa aplicada ao campo jurídico. Sua elaboração pode assumir diferentes formatos previstos em regulamento próprio, tais como: artigo científico, monografia, projeto de intervenção ou produção técnico-jurídica compatível com os objetivos do curso.

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito estabelecem que o egresso deve possuir competências técnico-jurídicas, críticas, argumentativas e interpretativas, além de habilidades de comunicação oral e escrita. O TCC, portanto, representa uma oportunidade para que o acadêmico desenvolva essas competências de forma integrada, por meio da investigação científica, análise de jurisprudências, construção argumentativa e utilização de bibliografia especializada.

O desenvolvimento do TCC no Curso de Direito da FAI está estruturado em duas etapas:

- Trabalho de Conclusão de Curso I – 9º semestre (60 horas): momento de elaboração do projeto de pesquisa, definição da temática e do referencial teórico, submissão do plano de trabalho e realização das primeiras análises.
- Trabalho de Conclusão de Curso II – 10º semestre (60 horas): fase de desenvolvimento da pesquisa, sistematização dos resultados, redação final e apresentação pública perante banca examinadora.

Essa carga horária total de 120 horas, disponível no último ano do curso, garante ao acadêmico tempo hábil para planejar, executar e apresentar seu trabalho final, com orientação docente sistemática e acompanhamento da coordenação de curso.

O professor responsável pela disciplina de TCC coordena a programação geral das atividades, organiza seminários de acompanhamento, define critérios de avaliação e supervisiona a designação dos orientadores. Cabe ainda a esse docente monitorar o cumprimento do cronograma institucional e assegurar a qualidade das produções acadêmicas apresentadas.

O orientador, escolhido pelo estudante entre os professores do quadro docente permanente do curso (ou, excepcionalmente, entre docentes de outras áreas jurídicas da instituição), tem a função de acompanhar o processo de pesquisa, orientar metodologicamente, indicar bibliografias, revisar etapas do trabalho e avaliar a evolução do projeto.

O acadêmico, por sua vez, é corresponsável pela condução do trabalho, assumindo papel ativo na escolha do tema, na coleta e análise de dados, na redação da pesquisa e na participação das sessões de orientação.

A avaliação final do TCC se dá por meio da entrega do trabalho escrito e sua defesa perante banca examinadora composta por professores da instituição, em calendário previamente definido pela coordenação do curso.

Para melhor regulamentação desta atividade, o Curso de Direito da FAI dispõe de um Regulamento de TCC, que estabelece as normas de escolha de orientadores, os critérios de acompanhamento, os prazos de entrega de cada etapa e as diretrizes para a banca de defesa. Esse regulamento visa assegurar o rigor acadêmico e a uniformidade de procedimentos, fortalecendo a qualidade e a relevância dos trabalhos produzidos.

2.10 APOIO AO DISCENTE

A Faculdade Itapuranga assegura aos seus estudantes uma política estruturada de apoio acadêmico e institucional, orientada à promoção da permanência qualificada, à superação de dificuldades de aprendizagem e à ampliação das oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

A previsão de apoio ao discente contempla:

- **Acolhimento e Permanência** – Programas institucionais de recepção, ambientação acadêmica e integração dos calouros, aliados a ações de acompanhamento contínuo, que visam reduzir a evasão e fortalecer os vínculos entre estudantes, curso e instituição.
- **Acessibilidade Metodológica e Instrumental** – Recursos, tecnologias assistivas e adaptações pedagógicas necessárias para garantir inclusão e equidade, em consonância com a legislação vigente.
- **Monitoria e Nivelamento** – Oferta de monitorias acadêmicas em disciplinas estratégicas e cursos de nivelamento voltados à redução de defasagens, assegurando a progressiva apropriação dos conteúdos fundamentais.
- **Estágios Não Obrigatórios Remunerados** – Intermediação institucional junto a escritórios de advocacia, órgãos públicos, empresas e organizações parceiras, possibilitando ao estudante experiências práticas e inserção antecipada no mundo do trabalho.

- **Apoio Psicopedagógico** – Atendimentos individuais e coletivos realizados pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), orientando os estudantes em aspectos de aprendizagem, organização de estudos, questões emocionais e socioemocionais.
- **Centros Acadêmicos e Atividades Estudantis** – Incentivo à participação discente em centros acadêmicos, ligas jurídicas, grupos de extensão, projetos de pesquisa e eventos institucionais, fortalecendo a representatividade estudantil e o protagonismo acadêmico.
- **Intercâmbios Nacionais e Internacionais** – Estímulo à mobilidade acadêmica por meio de parcerias e convênios, ampliando a formação multicultural e a inserção do discente em diferentes contextos de aprendizagem.
- **Ações Inovadoras** – Incentivo a práticas pedagógicas criativas, projetos de extensão interdisciplinares e iniciativas de inovação jurídica e tecnológica, que favorecem a integração entre teoria, prática e demandas sociais.

Com esse conjunto de iniciativas, a FAI reafirma seu compromisso com o sucesso acadêmico, a formação integral e a empregabilidade de seus estudantes e egressos, consolidando uma cultura institucional de apoio, inclusão e inovação que dialoga com as exigências do ensino superior contemporâneo.

2.10.1 Programa de Integração Acadêmica, Acolhimento e Permanência do Aluno

A Faculdade Itapuranga compreende que a permanência qualificada dos estudantes depende de uma política institucional consistente de acolhimento, integração e acompanhamento acadêmico. Para tanto, desenvolve ações articuladas entre a Diretoria Acadêmica e Coordenação de Curso, visando garantir uma jornada universitária inclusiva, motivadora e significativa.

O Programa de Integração Acadêmica, Acolhimento e Permanência tem como objetivos:

- **Recepção Institucional:** promover atividades de ambientação acadêmica no início de cada semestre letivo, incluindo palestras, oficinas e dinâmicas de integração, que aproximam os novos estudantes da cultura institucional, do corpo docente e da comunidade acadêmica.

- **Acompanhamento Sistemático:** realizar monitoramento contínuo da trajetória acadêmica do aluno, por meio de indicadores de rendimento e frequência, identificando precocemente situações de risco e adotando medidas de apoio pedagógico e psicossocial.
- **Fortalecimento de Vínculos:** estimular a participação discente em projetos de extensão, grupos de estudo, núcleos de prática e atividades culturais e esportivas, visando consolidar o sentimento de pertencimento e identidade institucional.
- **Integração com a Comunidade:** incentivar a aproximação entre o curso e a realidade regional, por meio de eventos comunitários, campanhas sociais e atividades de extensão que permitam ao discente vivenciar o compromisso da Instituição com o desenvolvimento social.
- **Permanência e Sucesso acadêmico:** implementar políticas de apoio pedagógico e socioeconômico, como monitoria, nivelamento, bolsas institucionais e acesso a recursos tecnológicos, para reduzir índices de retenção e evasão.

Dessa forma, o Programa de Integração Acadêmica, Acolhimento e Permanência da Faculdade Itapuranga reafirma o compromisso da Instituição com a formação integral do estudante, favorecendo não apenas a sua inserção e adaptação ao ambiente acadêmico, mas também a sua permanência e conclusão bem-sucedida do curso.

2.10.2 Acessibilidade Metodológica e Instrumental

A Faculdade Itapuranga adota políticas de inclusão e acessibilidade que asseguram a todos os discentes, igualdade de condições para o acesso, a permanência e o êxito na vida acadêmica. Tais políticas seguem as legislações vigentes, em especial a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e demais normativas correlatas do MEC e do CNE, sendo desenvolvidas em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os princípios institucionais de ética, responsabilidade social e respeito à diversidade.

O programa de acessibilidade metodológica e instrumental contempla ações como:

- Adequação de Recursos Pedagógicos: utilização de metodologias inclusivas de ensino-aprendizagem, considerando diferentes estilos cognitivos e necessidades específicas, garantindo que todos os discentes possam acompanhar o processo formativo.
- Acessibilidade Física e Tecnológica: oferta de infraestrutura acessível, incluindo, banheiros adaptados, sinalização adequada, bem como recursos tecnológicos de apoio, como softwares leitores de tela, audiodescrição e Libras.
- Formação Continuada dos Docentes e Técnicos: capacitação da comunidade acadêmica para lidar com a diversidade discente, promovendo práticas pedagógicas inclusivas e o uso de tecnologias assistivas.
- Atendimento Especializado: acompanhamento individualizado por meio do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) e de parcerias institucionais, garantindo suporte aos discentes com deficiência, transtornos de aprendizagem ou outras condições que demandem apoio específico.
- Produção de Materiais Acessíveis: disponibilização de conteúdos acadêmicos em formatos acessíveis (digitais, ampliados, em áudio ou vídeo legendado) quando necessário, assegurando que todos os discentes tenham acesso pleno às informações.

Ao consolidar essas ações, a Faculdade Itapuranga reafirma seu compromisso com a inclusão social e a equidade, garantindo que a formação acadêmica seja de fato democrática, participativa e acessível a todos os estudantes, sem distinções ou barreiras.

2.10.3 Programa de Monitoria

O Programa de Monitoria da Faculdade Itapuranga constitui-se como uma atividade formativa de grande relevância para os acadêmicos dos cursos de graduação, cujo objetivo central é contribuir para o desenvolvimento da competência pedagógica, científica e acadêmica dos estudantes, bem como para a melhoria da qualidade do ensino ofertado pela instituição.

A monitoria é desenvolvida por discentes regularmente matriculados, designados como monitores, que atuam em disciplinas específicas sob a supervisão direta de um professor-orientador, responsável pela organização, acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas. Trata-se de uma modalidade de ensino-aprendizagem que promove a integração entre teoria e prática, permitindo ao estudante monitor o exercício de funções de apoio pedagógico e de iniciação à docência no ensino superior.

O Programa de Monitoria visa, portanto, a valorização da prática acadêmica como espaço de cooperação didático-pedagógica, estimulando o engajamento dos estudantes em atividades que favoreçam a construção de competências profissionais e acadêmicas.

Entre os principais objetivos da monitoria, destacam-se:

- I. Assegurar a cooperação didático-pedagógica entre alunos, professores e corpo técnico-científico da instituição;
- II. Constituir um elo de interação entre professores e alunos, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento de competências;
- III. Proporcionar aos discentes a oportunidade de ampliar seu potencial acadêmico, assegurando a formação de profissionais mais qualificados;
- IV. Promover a melhoria do ensino de graduação mediante novas práticas pedagógicas e experiências de aprendizagem colaborativa;
- V. Dinamizar as ações educativas por meio do envolvimento dos alunos-monitores no cotidiano institucional;
- VI. Apoiar o funcionamento e a operação de salas de aula, laboratórios e demais ambientes pedagógicos;
- VII. Contribuir para a disseminação da cultura acadêmica, da pesquisa e da inovação tecnológica no meio discente;
- VIII. Criar condições para a iniciação à docência, desenvolvendo habilidades e competências pedagógicas próprias dessa atividade;
- IX. Apoiar o acompanhamento de alunos com dificuldades de aprendizagem, contribuindo para a redução da evasão e para a permanência estudantil;
- X. Contribuir para a formação integral dos estudantes, incentivando o interesse pela carreira docente e pela pesquisa científica no ensino superior.

Assim, a monitoria se configura como uma atividade estratégica de formação acadêmica, beneficiando não apenas os monitores, mas também os colegas atendidos, os docentes orientadores e a instituição como um todo, ao dinamizar o processo de ensino-aprendizagem e promover a excelência acadêmica.

2.10.4 Programa de Nivelamento

A Faculdade Itapuranga, comprometida com a igualdade de condições de acesso e permanência no ensino superior, instituiu o Programa de Nivelamento Acadêmico, oferecido aos discentes ingressantes por meio da Coordenação e do Colegiado de Curso. Esse programa tem como propósito suprir eventuais lacunas de aprendizagem oriundas da Educação Básica, especialmente nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, reconhecidas como fundamentais para o desempenho acadêmico e profissional dos estudantes.

O Programa de Nivelamento se apresenta como um mecanismo de apoio pedagógico que contribui para o fortalecimento das bases cognitivas e para a construção de competências essenciais, possibilitando que os acadêmicos ingressem em condições mais equânimes no processo formativo. Além disso, reafirma o papel da instituição como promotora da democratização do ensino e como espaço gerador de oportunidades para o desenvolvimento integral do discente.

Entre os principais objetivos do Programa de Nivelamento Acadêmico, destacam-se:

- I. Proporcionar um aumento qualitativo no conhecimento do aluno em relação aos conteúdos básicos da Língua Portuguesa e da Matemática;
- II. Desenvolver habilidades de leitura, escrita, interpretação de textos e operações matemáticas aplicadas;
- III. Estimular o prazer pela leitura, pelo raciocínio lógico e pelo pensamento crítico;
- IV. Promover o contato com diferentes gêneros textuais e problemas práticos por meio de uma abordagem interdisciplinar;
- V. Incentivar a autonomia e a autoaprendizagem como atitudes permanentes no processo formativo;
- VI. Minimizar as deficiências dos acadêmicos em relação aos conteúdos fundamentais da Educação Básica, favorecendo sua integração ao ensino superior;

- VII. Fomentar a interatividade entre docentes e discentes no processo de ensino e aprendizagem;
- VIII. Estimular o raciocínio lógico e a capacidade de resolver problemas de forma crítica e contextualizada.

Com isso, o Programa de Nivelamento Acadêmico consolida-se como uma estratégia institucional de permanência e sucesso escolar, garantindo suporte pedagógico aos estudantes, reduzindo índices de evasão e promovendo melhores condições de aprendizagem e desempenho acadêmico.

2.10.5 Acompanhamento de Estágios Não Obrigatórios

O estágio, entendido como ato educativo escolar supervisionado, constitui-se em uma atividade fundamental para a formação prática dos acadêmicos e está regulamentado pelas normas estabelecidas na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Lei de Estágio), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, bem como pelas Resoluções do Conselho Nacional de Educação: Resolução CNE/CP nº 3/2002, Resolução CNE/CEB nº 1/2004 e pelo Parecer CNE/CES nº 277/2006.

Na Faculdade Itapuranga, o Estágio Não Obrigatório é reconhecido como atividade acadêmica opcional, de caráter enriquecedor, que permite ao estudante vivenciar experiências práticas complementares à sua formação teórica, antecipando o contato com o mundo do trabalho. Sua realização somente será autorizada mediante aprovação da Coordenação de Curso, e desde que atendidos os critérios institucionais que asseguram a qualidade e a viabilidade pedagógica da experiência.

Para estar apto a realizar o estágio não obrigatório, o discente deverá cumprir os seguintes requisitos:

- I. Ter concluído e sido aprovado em todas as disciplinas do primeiro período do curso em que estiver regularmente matriculado;
- II. Apresentar coeficiente de rendimento acadêmico igual ou superior a 5,0;
- III. Alcançar aproveitamento mínimo de 75% nas disciplinas cursadas durante o período de vigência do estágio;
- IV. Estar regularmente matriculado em, no mínimo, quatro disciplinas no semestre letivo;

- V. Não incorrer em reprovação por frequência nas disciplinas em que estiver matriculado durante a realização do estágio.

A supervisão e o acompanhamento do estágio não obrigatório são responsabilidades compartilhadas entre a Coordenação de Curso, os professores orientadores e a instituição concedente do estágio, garantindo a observância das diretrizes legais e pedagógicas. O acompanhamento contempla a análise dos relatórios periódicos elaborados pelos estagiários, o monitoramento das condições de trabalho e a articulação entre as atividades desenvolvidas e os objetivos acadêmicos do curso.

O estágio não obrigatório, assim, reforça o compromisso da FAI em proporcionar ao aluno formação acadêmica articulada com a realidade profissional, estimulando a integração entre teoria e prática, a inserção no mercado de trabalho e o desenvolvimento de competências essenciais para a atuação cidadã e profissional.

2.10.6 Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP)

O objetivo do trabalho psicopedagógico na Faculdade Itapuranga – FAI é identificar, compreender e analisar os obstáculos que influenciam o processo de ensino-aprendizagem, nas suas diferentes dimensões, devolvendo à Instituição e ao discente o poder de fazer, saber, aprender e construir, resgatando a autonomia e o protagonismo no exercício do conhecimento.

Compreende-se, entretanto, que a busca por soluções que viabilizem a inclusão plena dos alunos no processo educacional exige a análise dos fatores sociais que geram situações de exclusão. Assim, o apoio psicopedagógico vai além da intervenção individual, reconhecendo a escola como espaço sociocultural responsável pela abordagem pedagógica do conhecimento e da cultura, em articulação orgânica com o contexto social em que está inserida.

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NAP atua de forma preventiva e interventiva, oferecendo suporte individual ou em grupo aos alunos que enfrentam dificuldades de aprendizagem, além de orientar professores na adoção de metodologias didático-pedagógicas alternativas quando necessário, e mediar situações de conflito que envolvam as relações entre professor e aluno.

As principais atribuições do NAP são:

- I. Orientar os alunos no desenvolvimento de técnicas de estudo;
- II. Apoiar os estudantes na recuperação de conteúdos deficitários;
- III. Oferecer capacitação a professores em metodologias de ensino-aprendizagem;
- IV. Apoiar docentes na condução de práticas pedagógicas voltadas a alunos com necessidades educacionais específicas;
- V. Mediar conflitos no âmbito das relações acadêmicas, promovendo a harmonia no ambiente educacional.

A demanda pelo atendimento psicopedagógico pode ser originada de diferentes formas:

- Pelo próprio aluno, quando este procura a Coordenação ou docentes relatando suas dificuldades de aprendizagem e buscando orientação;
- Pelo professor, ao identificar falhas ou dificuldades persistentes no desempenho do aluno;
- Pela Coordenação de Curso, em casos de problemas de adaptação ou situações que refletem em dificuldades de aprendizagem ou de ordem pessoal.

Assim, o NAP constitui-se como um espaço estratégico de acolhimento, intervenção e acompanhamento, fortalecendo a política institucional de permanência estudantil e contribuindo para a formação integral do discente, tanto em sua dimensão acadêmica quanto cidadã.

2.10.7 Programa de Abertura de Centros Acadêmicos

O Centro Acadêmico (CA) é uma entidade representativa de base do movimento estudantil, cuja função principal é representar os alunos de um determinado curso de nível superior, podendo ainda abranger estudantes de diferentes cursos da mesma instituição. No âmbito da Faculdade Itapuranga – FAI, os Centros Acadêmicos se constituem como espaços legítimos de participação e organização estudantil, fortalecendo o protagonismo discente e a formação cidadã.

Os CAs desempenham papel essencial na vida acadêmica, social, cultural e política dos estudantes, podendo exercer as seguintes funções:

- I. Organização de atividades extracurriculares, tais como debates, discussões, palestras, semanas temáticas, recepção de calouros e projetos de extensão;

- II. Encaminhamento e mobilização de reivindicações e ações políticas dos estudantes, fortalecendo a representatividade discente;
- III. Mediação de negociações e conflitos, sejam individuais ou coletivos, entre os estudantes e a instituição;
- IV. Promoção de atividades culturais, como feiras de livros, festivais, oficinas e eventos que estimulem a integração e a vida comunitária.

Do ponto de vista jurídico, os Centros Acadêmicos se constituem como associações civis sem fins lucrativos, podendo adotar diferentes níveis de relação com a instituição:

- Direta, quando atuam em diálogo constante com as instâncias institucionais, colaborando com a gestão acadêmica e administrativa;
- Independente, quando se organizam de forma autônoma, sem interferência da Instituição, mas sempre em consonância com os princípios democráticos e éticos que regem o ambiente universitário.

Assim, o Programa de Abertura de Centros Acadêmicos da FAI tem por objetivo incentivar a formação dessas entidades estudantis, garantindo suporte inicial à sua constituição, respeitando a autonomia discente e promovendo um espaço democrático de exercício da cidadania e de participação ativa na vida acadêmica.

2.10.8 Programa de Internacionalização e Intercâmbio

As Políticas de Internacionalização da Faculdade Itapuranga – FAI fundamentam-se nas finalidades da Educação Superior previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Instituição e nos referenciais de qualidade preconizados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), observando ainda o disposto no Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância.

A Política de Internacionalização busca qualificar e ampliar as ações internacionais no âmbito acadêmico, tendo como fundamentos:

- I. A qualidade, o desenvolvimento e a expansão do ensino, da pesquisa e da extensão;
- II. A cooperação entre instituições universitárias e a participação em projetos, programas e ações de caráter internacional;

- III. A superação de assimetrias entre nações, culturas, sistemas e instituições de ensino;
- IV. A construção de sociedades mais justas e responsáveis, comprometidas com a vida em sua integralidade;
- V. O desenvolvimento sustentável do Brasil no cenário internacional.

A FAI compreende que a cooperação internacional constitui instrumento estratégico de qualidade e excelência, pois amplia a capacidade de produção científica, o intercâmbio cultural, acadêmico e administrativo, além de favorecer a divulgação do conhecimento, a diversificação de fontes de financiamento e a ampliação da empregabilidade dos egressos.

Dessa forma, a Instituição fomenta ações de internacionalização com foco na:

- Mobilidade acadêmica, incentivando estudantes e docentes a participarem de programas de intercâmbio, estágios, cursos e pesquisas em instituições estrangeiras parceiras;
- Parcerias e convênios institucionais, fortalecendo a cooperação bilateral e multilateral com universidades, centros de pesquisa e organizações internacionais;
- Participação em redes globais de ensino e pesquisa, ampliando a inserção da FAI no cenário mundial e contribuindo para a formação de cidadãos com visão global e atuação local;
- Ações de internacionalização em casa, por meio de atividades curriculares e extracurriculares que possibilitam o contato com culturas estrangeiras, idiomas e práticas acadêmicas globais.

O objetivo central dessas políticas é potencializar, promover e ampliar as ações de internacionalização da FAI, fortalecendo o vínculo com instituições parceiras e assegurando qualidade no ensino, pesquisa e extensão. Esse movimento contribui diretamente para o desenvolvimento acadêmico e profissional de estudantes, professores e colaboradores técnicos-administrativos, reforçando o compromisso institucional com a excelência e a formação de profissionais preparados para atuar em contextos locais e globais.

2.10.9 Programa de Bolsas

No que se refere à concessão de bolsas, a Faculdade Itapuranga – FAI adota como política institucional oferecer apoio social direto aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, cujas famílias não disponham de condições financeiras suficientes para arcar, integralmente, com os encargos educacionais.

O Programa de Bolsas da FAI busca não apenas garantir o acesso e a permanência dos discentes na educação superior, mas também estimular sua participação em atividades acadêmicas, científicas e de extensão, fortalecendo a missão institucional de promover a democratização do ensino e a inclusão social.

Diretrizes principais do Programa de Bolsas:

- I. Viabilizar o acesso e a permanência do discente como forma de democratizar o ensino de graduação, atendendo às disposições legais pertinentes;
- II. Estimular a participação discente em programas de pesquisa, extensão e iniciação científica;
- III. Contribuir para a elevação e manutenção dos padrões institucionais de qualidade, em consonância com os processos de autoavaliação e avaliação externa;
- IV. Ampliar a oferta e o acompanhamento dos programas de bolsas e créditos educacionais, de acordo com a política institucional e com as demandas sociais.

Os alunos da FAI podem se candidatar às bolsas de estudo, desde que atendam aos critérios estabelecidos em regulamento específico para cada modalidade:

- Bolsa Convênio – Concedida por meio de convênios estabelecidos com instituições parceiras (órgãos públicos, autarquias, empresas privadas, associações, colégios, sindicatos, entre outros), como forma de estimular e apoiar a qualificação de funcionários e dependentes.
- Bolsa ENEM – Destinada a candidatos que participaram do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mas não foram contemplados pelo Programa Universidade para Todos (ProUni), incentivando o ingresso no ensino superior.

- Bolsa Ingresso/Vestibular Antecipado – Ofertada em campanhas de vestibular, como estratégia institucional de captação, de acordo com critérios previamente definidos pela instituição.
- Bolsa Funcionário – Concedida aos colaboradores da FAI e seus dependentes, em consonância com a política de valorização do corpo técnico-administrativo e docente, estimulando sua formação continuada.
- PROUNI – Programa Universidade para Todos, regulamentado pelo Governo Federal, com bolsas integrais e parciais para estudantes selecionados por meio de processo seletivo específico, conforme convênio mantido pela FAI.
- OVG/ Probem – Programa de bolsas concedidas pela Organização das Voluntárias de Goiás, patrocinado pelo Governo de Goiás, com o qual a FAI mantém parceria, beneficiando alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
- Bolsas de Iniciação Científica e Extensão – Concedidas a alunos que se destacam em atividades de pesquisa e extensão, com vistas a fomentar a produção acadêmica e científica no âmbito institucional.
- Créditos Universitários (FIES e outros) – Alternativas de financiamento estudantil, possibilitando o custeio parcial das mensalidades por meio de linhas de crédito disponibilizadas pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e por instituições bancárias conveniadas.

2.10.10 Núcleo de Ensino e de Iniciação Científica – NEIC

O Núcleo de Ensino e de Iniciação Científica – NEIC da Faculdade Itapuranga constitui-se como um espaço estratégico de integração entre ensino, pesquisa e extensão, tendo como finalidade estimular a cultura investigativa entre os discentes e fortalecer o papel da ciência na formação acadêmica e profissional.

O NEIC é responsável por coordenar, incentivar e apoiar atividades de iniciação científica, projetos de pesquisa e programas de inovação acadêmica, possibilitando ao estudante de graduação vivenciar o processo de produção de conhecimento científico desde os primeiros períodos do curso. Trata-se, portanto, de um instrumento pedagógico que amplia as possibilidades de aprendizagem,

despertando nos acadêmicos a curiosidade científica e a postura crítica e reflexiva diante da realidade social.

As ações desenvolvidas pelo NEIC contemplam:

- I. Acompanhamento e apoio a projetos de iniciação científica, orientados por docentes qualificados, com vistas ao desenvolvimento da competência científica dos estudantes;
- II. Organização de eventos acadêmicos e científicos, como jornadas de iniciação científica, seminários, congressos e feiras de conhecimento, fortalecendo a produção intelectual e o intercâmbio acadêmico;
- III. Incentivo à participação de discentes e docentes em publicações científicas, periódicos, revistas especializadas e anais de eventos;
- IV. Estímulo à formação de grupos de estudo e pesquisa, articulados às linhas de pesquisa institucionais e às demandas sociais, econômicas e culturais da região;
- V. Apoio a atividades de pesquisa aplicada e tecnológica, vinculadas ao desenvolvimento regional e à interação com o setor produtivo;
- VI. Integração com órgãos de fomento nacionais e internacionais, ampliando as oportunidades de financiamento e de inserção acadêmica dos estudantes.

O NEIC, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da FAI, tem como missão consolidar a iniciação científica como eixo estruturante da formação universitária, assegurando que o aluno seja não apenas consumidor de conhecimento, mas também produtor ativo de saberes. Essa prática contribui para a formação de profissionais com sólida base teórico-científica, espírito investigativo, compromisso social e preparo para continuidade dos estudos em programas de pós-graduação lato sensu e stricto sensu.

Assim, o Núcleo de Ensino e de Iniciação Científica – NEIC reafirma o compromisso da FAI com a excelência acadêmica, a valorização da pesquisa e a formação de cidadãos críticos, inovadores e socialmente responsáveis.

2.10.11 Núcleo de Inovação Acadêmica e Empreendedorismo (NIAE)

A Faculdade Itapuranga – FAI reconhece a inovação acadêmica e o empreendedorismo como dimensões essenciais para a formação de profissionais

críticos, criativos e preparados para os desafios contemporâneos. No contexto das transformações tecnológicas, sociais e econômicas que impactam o mundo do trabalho e a educação superior, torna-se indispensável oferecer aos estudantes um ambiente favorável ao desenvolvimento de competências empreendedoras e de práticas inovadoras, alinhadas às demandas regionais e nacionais.

O Apoio à Inovação Acadêmica e Empreendedorismo consiste em um conjunto de ações institucionais que visam despertar no discente a mentalidade empreendedora, estimular a capacidade de inovação e consolidar a articulação entre teoria e prática na solução de problemas reais. Estas ações são integradas ao ensino, à pesquisa e à extensão, e se concretizam por meio da promoção de projetos acadêmicos, programas de pré-incubação, eventos científicos e tecnológicos, feiras de inovação, bem como parcerias com empresas, órgãos públicos e organizações sociais.

Entre os principais objetivos do programa, destacam-se:

- I. Incentivar o desenvolvimento de competências empreendedoras, como liderança, criatividade, gestão de projetos, resolução de problemas e inovação social;
- II. Apoiar a criação e a execução de projetos de pesquisa aplicada, extensão e desenvolvimento tecnológico, que atendam demandas da comunidade e do setor produtivo;
- III. Estimular a cultura do empreendedorismo acadêmico, por meio da realização de workshops, seminários, competições de ideias e feiras de inovação;
- IV. Favorecer a aproximação dos estudantes com o ecossistema empreendedor regional, promovendo parcerias com incubadoras, aceleradoras e empresas locais;
- V. Promover ações de apoio à inovação pedagógica, incentivando professores e alunos a experimentarem metodologias ativas, tecnologias digitais e estratégias inovadoras de ensino-aprendizagem;
- VI. Contribuir para o fortalecimento da formação integral do discente, preparando-o para atuar de forma ética, inovadora e socialmente responsável nos diferentes espaços de trabalho.

Com este programa, a FAI reafirma o compromisso de ser uma instituição promotora de aprendizagem transformadora, capaz de formar profissionais que aliam

sólida formação técnica e científica a uma visão inovadora, empreendedora e comprometida com o desenvolvimento sustentável da sociedade.

2.11 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Com o intuito de formar um profissional consciente de seu papel na sociedade, responsável ética e socialmente, o sistema de avaliação adotado nos cursos de graduação da Faculdade Itapuranga (FAI) busca a integração entre ensino, aprendizagem e desenvolvimento institucional, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com os princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

As avaliações do processo ensino-aprendizagem são diversificadas, adequando-se à proposta de cada disciplina e eixo formativo do curso. Os docentes aplicam diferentes instrumentos avaliativos, que podem incluir provas escritas, trabalhos individuais e em grupo, seminários, projetos, atividades práticas e relatórios reflexivos, de acordo com os objetivos e competências estabelecidos nos planos de ensino.

Além das avaliações acadêmicas, a FAI conta com o trabalho da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que realiza, semestralmente, o Programa de Avaliação Institucional. Neste processo, os docentes e colaboradores técnico-administrativos avaliam a instituição em seus aspectos pedagógicos e administrativos, enquanto os discentes avaliam os cursos, os docentes e a própria instituição.

A Avaliação Institucional, entendida como um processo contínuo e participativo, permite à FAI construir conhecimento sobre sua própria realidade, compreender o significado de suas ações, identificar potencialidades e fragilidades e, sobretudo, definir estratégias de aprimoramento acadêmico e administrativo. Trata-se de um instrumento que sustenta a melhoria da qualidade educativa, a relevância social e a autorregulação institucional.

O processo segue o que determina a Portaria n. 2.051/2004 e a Lei n. 10.861/2004, que institui o SINAES. Nesse sistema, a avaliação deve articular concepções, objetivos, metodologias, práticas, agentes da comunidade acadêmica e instâncias governamentais, funcionando como referência para a tomada de decisões de caráter pedagógico, administrativo e político.

De acordo com o SINAES, a autoavaliação institucional se organiza em cinco eixos estruturantes, cada um com suas respectivas dimensões:

- **Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional**
 - Dimensão 8: Planejamento e Avaliação
- **Eixo 2: Desenvolvimento Institucional**
 - Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional
 - Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição
- **Eixo 3: Políticas Acadêmicas**
 - Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão
 - Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade
 - Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes
- **Eixo 4: Políticas de Gestão**
 - Dimensão 5: Políticas de Pessoal
 - Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição
 - Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira
- **Eixo 5: Infraestrutura Física**
 - Dimensão 7: Infraestrutura Física

Desta forma, a FAI consolida a avaliação interna como prática abrangente, sistêmica e permanente, assegurando a participação da comunidade acadêmica em todas as etapas. O resultado desse processo orienta as ações estratégicas da Instituição, fortalece o compromisso com a qualidade do ensino superior e promove a integração da avaliação como eixo estruturante do desenvolvimento institucional.

2.11.1 Planejamento, Autoavaliação e Avaliação do Curso

O planejamento do Curso de Direito da FAI é realizado de forma articulada entre a Diretoria Acadêmica, a Coordenação do Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), que têm como diretriz central a promoção de uma formação jurídica de excelência, crítica e comprometida com a realidade social. O processo de avaliação contínua constitui-se em ferramenta estratégica de gestão e aprimoramento, garantindo a atualização do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), das ementas e da

organização curricular, bem como a adequação das práticas acadêmicas às demandas da profissão jurídica e às necessidades regionais.

Os ajustes implementados têm como objetivos:

- I. Melhorar a qualidade da formação jurídica, alinhando-a às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Direito;
- II. Reforçar a articulação entre teoria e prática, com ênfase nas atividades de extensão, nos estágios supervisionados e no Núcleo de Prática Jurídica – NPJ;
- III. Atualizar competências, habilidades e bibliografias das disciplinas, considerando a evolução das ciências jurídicas, as demandas do mercado e as transformações sociais, políticas e tecnológicas;
- IV. Oferecer aos alunos maior empregabilidade, capacitação crítica e compromisso com a cidadania e a justiça social.

A avaliação do curso articula-se aos processos institucionais da autoavaliação (CPA/PAI) e às avaliações externas do MEC/INEP, tomando esses insumos como base para o planejamento pedagógico. A avaliação é concebida como um processo contínuo, sistêmico e participativo, abrangendo tanto o ensino-aprendizagem quanto a gestão acadêmica.

Nesse sentido, são avaliados periodicamente:

- A coerência entre a proposta pedagógica e sua execução prática;
- A efetividade da formação quanto às competências e habilidades jurídicas previstas na DCN;
- A inserção profissional dos egressos no sistema de Justiça, na advocacia privada, em órgãos públicos, organizações sociais e empresas;
- A articulação entre ensino, pesquisa e extensão, com destaque para os projetos interdisciplinares e o impacto social das ações do curso.

O processo de planejamento pedagógico é conduzido semestralmente, antecedendo cada período letivo, com foco no cumprimento da matriz curricular, na adequação das metodologias utilizadas em sala de aula e na integração das atividades jurídicas práticas com a formação teórica.

O ciclo avaliativo adota três fases complementares:

- Avaliação inicial: diagnóstico das condições existentes, identificação de fragilidades e análise do perfil dos alunos ingressantes;

- Avaliação de processo: acompanhamento das atividades acadêmicas, com ênfase nas práticas do NPJ, no estágio supervisionado e nas atividades complementares;
- Avaliação de resultados: análise dos indicadores de desempenho (ENADE, avaliação das condições de ensino, satisfação discente, empregabilidade dos egressos e resultados acadêmico-científicos).

O processo se desdobra em etapas operacionais, a saber:

- I. Planejamento da autoavaliação do curso com base nos relatórios institucionais;
- II. Levantamento dos pontos fortes e oportunidades de melhoria identificados nos componentes curriculares;
- III. Análise dos indicadores de qualidade e inserção social;
- IV. Elaboração de instrumentos próprios de avaliação do curso de Direito, em complemento à avaliação institucional;
- V. Construção de Planos de Ação para fortalecimento das práticas acadêmicas e jurídicas;
- VI. Monitoramento contínuo da execução dos planos e da efetividade das ações;
- VII. Reuniões conjuntas entre docentes, discentes e corpo técnico-administrativo, promovendo uma cultura de autorreflexão crítica sobre o curso.

Os relatórios de avaliação são discutidos no âmbito do NDE, encaminhados ao Colegiado de Curso e, posteriormente, ao Conselho Superior da FAI, de forma a assegurar transparência, corresponsabilidade e deliberação institucional.

Assim, a FAI reafirma sua política de avaliação como um processo de aperfeiçoamento contínuo da qualidade acadêmica, assegurando que a formação jurídica esteja alinhada às exigências da sociedade, ao mercado de trabalho e aos princípios éticos e sociais que regem a profissão.

2.12 TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) adotadas no Curso de Direito da FAI constituem-se em instrumentos essenciais para a execução do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), garantindo acessibilidade digital, interatividade e inovação no processo de ensino-aprendizagem. Por meio delas, busca-se promover experiências diferenciadas de aprendizagem jurídica, ampliando o acesso ao

conhecimento, favorecendo a autonomia discente e fortalecendo a integração entre teoria e prática.

As TIC's são compreendidas como um conjunto de recursos tecnológicos utilizados de forma integrada, com a finalidade de dinamizar o processo educativo e potencializar a aprendizagem. No contexto jurídico, representam também ferramentas indispensáveis para a formação de profissionais aptos a lidar com os novos desafios do Direito Digital, da governança de dados, da automação de processos judiciais e da inteligência artificial aplicada à Justiça.

Na FAI, o uso das TIC's está em consonância com as políticas institucionais de qualidade e inovação, previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Essas tecnologias são utilizadas de forma transversal em todas as atividades do curso, permitindo:

- A ampliação da interatividade entre docentes, discentes e corpo técnico;
- O acesso a recursos didáticos e conteúdos digitais em qualquer tempo e lugar;
- A aplicação de metodologias ativas, como aprendizagem baseada em problemas (PBL) e simulações jurídicas;
- A integração entre ensino, pesquisa e extensão, mediante o uso de plataformas colaborativas.

As TIC's também se configuram como instrumentos de inclusão e acessibilidade, atendendo às necessidades educacionais específicas, eliminando barreiras comunicacionais e contribuindo para o aprendizado equitativo e participativo. No Curso de Direito da FAI, as TIC's serão aplicadas em diversas dimensões do processo formativo, dentre as quais:

- Capacitação docente permanente no uso de tecnologias aplicadas ao ensino jurídico;
- Desenvolvimento de competências digitais pelos discentes, com vistas à prática jurídica moderna e ao mercado de trabalho;
- Utilização de softwares jurídicos e bases de dados legislativas e jurisprudenciais, como instrumentos de apoio à prática forense e à pesquisa científica;
- Adoção de plataformas de gestão acadêmica e jurídica, como o Núcleo de Prática Jurídica Digital (NPJ Virtual), que permite o registro, acompanhamento e simulação de atendimentos e peças processuais;

- Acesso à Biblioteca Virtual e às bases de periódicos jurídicos, democratizando o acesso à informação e incentivando a produção científica;
- Implementação de ferramentas de aprendizagem móvel (*mobile learning*), fóruns virtuais e ambientes de debate para discussões jurídicas contemporâneas;
- Promoção da educação inclusiva e da igualdade de gênero, com o uso de tecnologias assistivas e plataformas acessíveis.

Para a execução de tais ações, a instituição adota as seguintes diretrizes e recursos tecnológicos:

- I. Integração das TIC's às políticas e padrões de qualidade definidos para os cursos de graduação da FAI;
- II. Utilização de plataformas de pesquisa jurídica e bancos de dados (como o portal "Minha Biblioteca" e outras bases de referência jurídica digital);
- III. Capacitação contínua de professores no uso pedagógico e jurídico das tecnologias;
- IV. Formação discente voltada à cidadania digital e ao uso ético e responsável das tecnologias no exercício da advocacia e nas carreiras jurídicas;
- V. Utilização das TIC's como ferramenta de autoavaliação institucional e de aprimoramento da qualidade acadêmica;
- VI. Estabelecimento de convênios e parcerias para acesso a softwares jurídicos, tribunais simulados e cursos complementares online;
- VII. Disponibilização do Portal do Aluno e do Professor, integrando comunicação, acompanhamento acadêmico, solicitações administrativas e acesso aos planos de ensino;
- VIII. Implementação de sistemas de ensino híbrido e atividades extensionistas digitais, promovendo a integração entre os ambientes físicos e virtuais de aprendizagem;
- IX. Adoção de Internet sem fio (Wi-Fi) em todos os ambientes acadêmicos, garantindo conectividade estável à comunidade universitária;
- X. Atualização permanente dos laboratórios e salas multimídia, com equipamentos compatíveis com as exigências das Diretrizes Curriculares do Curso de Direito;

- XI. Implantação de sistema acadêmico integrado de gestão e acompanhamento em tempo real das atividades pedagógicas, financeiras e administrativas;
- XII. Ampliação da oferta de disciplinas com uso de metodologias digitais e ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), conforme regulamentação do MEC;
- XIII. Incentivo à inovação e à pesquisa tecnológica jurídica, por meio de projetos institucionais que envolvem o uso de inteligência artificial, governança eletrônica e ética digital no Direito.

A utilização das TIC's no Curso de Direito da FAI, portanto, transcende o caráter instrumental e assume papel formativo e estratégico, consolidando uma cultura de inovação acadêmica e profissional. A integração entre tecnologia, ensino jurídico e cidadania digital torna-se, assim, um dos diferenciais competitivos e qualitativos do curso, preparando o egresso para atuar com excelência nas novas demandas do sistema jurídico contemporâneo.

2.13. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação adotados no Curso de Direito da FAI estão em plena consonância com as concepções formativas expressas em seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Tais procedimentos visam assegurar a autonomia intelectual, a formação crítica e ética do discente e o desenvolvimento das competências profissionais requeridas ao jurista contemporâneo, de forma contínua e integrada.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem tem caráter formativo, processual e contínuo, traduzindo-se em ações concretas que possibilitam o aperfeiçoamento da prática docente e a melhoria da aprendizagem discente. As informações obtidas são sistematizadas e disponibilizadas à comunidade acadêmica, permitindo o acompanhamento permanente e a adoção de medidas pedagógicas adequadas.

A ação docente no curso jurídico possui natureza singular, uma vez que envolve a mediação entre o conhecimento científico, as práticas jurídicas e as demandas ético-sociais da profissão. Assim, o planejamento docente assume papel essencial, garantindo coerência entre os objetivos formativos e as metodologias aplicadas.

Na FAI, os professores elaboram seus Planos de Ensino e Cronogramas de Aula em conformidade com as ementas e objetivos das disciplinas constantes na matriz curricular do curso. Esses planos são analisados pela Coordenação do Curso e aprovados pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), assegurando a coerência entre a prática pedagógica e as diretrizes institucionais.

Durante o semestre letivo, diversas ações são desenvolvidas para o acompanhamento do processo pedagógico:

- I. Semana de Planejamento Docente, destinada à elaboração coletiva dos planos de ensino e metodologias;
- II. Reuniões de Avaliação Pedagógica no início e ao final de cada semestre, para discussão de desafios, avanços e boas práticas;
- III. Análise dos indicadores de desempenho provenientes da Avaliação Institucional (CPA/PAI), com vistas à definição de ações de melhoria;
- IV. Avaliação docente discente, por meio de instrumentos aplicados semestralmente;
- V. Avaliação docente pelos gestores, considerando critérios de desempenho técnico, metodológico e ético;
- VI. Acompanhamento pedagógico individualizado aos professores, sempre que identificadas dificuldades no desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Embora cada professor detenha autonomia didático-pedagógica, essa autonomia é exercida em consonância com o perfil do egresso definido nas DCN's, reconhecendo o caráter coletivo e interdisciplinar do processo formativo.

O perfil profissional do egresso é, portanto, o ponto de partida para o planejamento docente e para a elaboração dos planos de ensino, permitindo que o trabalho pedagógico se oriente pela integração entre teoria e prática, fundamentos e aplicação do Direito.

Cabe à Coordenação do Curso promover momentos de reflexão e integração entre docentes, favorecendo o trabalho coletivo e interdisciplinar, condição indispensável para a qualidade do processo ensino-aprendizagem.

Os planos de ensino são formalizados em formulários institucionais, devendo conter: objetivos, conteúdos, metodologias, estratégias avaliativas, bibliografia e cronograma de execução. A qualidade do processo formativo depende do cumprimento integral das ementas e da adoção de avaliação contínua, de natureza diagnóstica e processual.

O NDE, o Colegiado de Curso e os docentes participam ativamente da verificação da qualidade teórica, metodológica e avaliativa dos planejamentos, durante os ciclos de Autoavaliação Institucional, conforme política institucional de qualidade.

Toda prática educativa é acompanhada e supervisionada de forma permanente, com foco em:

- Coerência entre ementas e planos de ensino;
- Atualização das bibliografias e pertinência dos conteúdos;
- Adequação dos métodos de ensino às competências jurídicas exigidas;
- Uso de recursos tecnológicos e metodológicos inovadores;
- Desenvolvimento das habilidades interpretativas, argumentativas e decisórias dos discentes.

A avaliação é compreendida como um processo reflexivo e emancipador, que transcende o aspecto classificatório. Envolve observações, procedimentos e análises que conduzem a uma prática pedagógica efetiva e significativa, pautada na qualidade do aprendizado e na formação integral do aluno.

A avaliação formativa busca a autorregulação do discente, permitindo que ele reconheça e corrija suas dificuldades ao longo do percurso acadêmico. Para isso, exige-se do docente o acompanhamento contínuo do desenvolvimento do aluno e a utilização de instrumentos diversificados, como: estudos de caso, pareceres jurídicos, simulações, júris simulados, atividades práticas no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) e avaliações discursivas.

A construção de critérios avaliativos compartilhados e transparentes é essencial para assegurar clareza e coerência no processo de aprendizagem. A autoavaliação discente é incentivada como prática de autoconhecimento e de responsabilidade sobre o próprio percurso formativo.

A avaliação institucional, conduzida pela CPA, e a avaliação dos cursos, conduzida pelo NDE e Coordenação, retroalimentam os processos de melhoria e atualização do PPC, integrando ensino, pesquisa, extensão e prática jurídica.

A organização do trabalho pedagógico é avaliada a partir dos seguintes critérios:

- I. Objetivos e plano de ensino: coerência, clareza, adequação metodológica e cumprimento das ementas;

- II. Desempenho docente: domínio dos conteúdos, clareza na exposição, incentivo à reflexão crítica e integração interdisciplinar;
- III. Desempenho didático-pedagógico: uso de metodologias ativas, recursos tecnológicos e práticas jurídicas simuladas;
- IV. Desempenho discente: participação, pontualidade, comprometimento, ética e protagonismo acadêmico;
- V. Desempenho técnico-administrativo: qualidade dos serviços de apoio à docência e à aprendizagem;
- VI. Desempenho institucional: efetividade da gestão acadêmica, infraestrutura e suporte pedagógico.

Dessa forma, o processo avaliativo do Curso de Direito da FAI está comprometido com a excelência acadêmica, a formação humanística e crítica e o aperfeiçoamento contínuo das práticas pedagógicas, reafirmando a missão institucional de formar profissionais competentes, éticos e socialmente responsáveis para o exercício das diversas carreiras jurídicas e para a defesa dos valores democráticos e da justiça social.

2.13.1. Sistema de Avaliação do Curso de Direito

O sistema de avaliação da aprendizagem do Curso de Direito da FAI tem por finalidade verificar o desenvolvimento das competências, habilidades e conhecimentos previstos no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), assegurando a coerência entre os objetivos formativos e os resultados alcançados.

A avaliação é compreendida como um processo contínuo, diagnóstico e formativo, que permite acompanhar a evolução do discente, identificar dificuldades e propor intervenções pedagógicas adequadas, garantindo a efetividade do processo de ensino-aprendizagem.

A metodologia adotada pela FAI, especificamente para o Curso de Direito, estrutura-se em dois momentos avaliativos — N1 e N2 —, cada um correspondendo a um bimestre do semestre letivo, conforme descrito a seguir:

a) Avaliação do 1º Bimestre – N1

No primeiro bimestre do semestre letivo, a nota de N1 será composta da seguinte forma:

- Provas escritas: o docente aplicará três avaliações formais, com valor total de 8,0 (oito) pontos, conforme os critérios e conteúdos definidos no plano de ensino da disciplina;
- Atividades de avaliação continuada: corresponderão a até 2,0 (dois) pontos, podendo incluir estudos dirigidos, análises de casos concretos, produção de peças jurídicas, participação em debates, seminários, júris simulados, relatórios de prática jurídica ou outras atividades pedagógicas pertinentes.

b) Avaliação do 2º Bimestre – N2

No segundo bimestre do semestre letivo, a nota de N2 seguirá a mesma sistemática:

- Provas escritas: o docente aplicará três avaliações formais, com valor total de 8,0 (oito) pontos, conforme planejamento de ensino;
- Atividades de avaliação continuada: com valor de até 2,0 (dois) pontos, voltadas ao acompanhamento processual da aprendizagem e ao desenvolvimento prático das competências jurídicas.

c) Cálculo da Média Final

A Média Semestral (MS) será obtida pela média aritmética simples das duas etapas, onde:

N1 tem peso = 0,4

N2 tem peso = 0,6

Será considerado aprovado o aluno que obtiver:

- Média Semestral igual ou superior a 6,0 (seis); e
 - Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total da disciplina.
-
- **N3** = Prova para quem não atingiu a média.
 - Será APROVADO o aluno e dispensado do exame final (N3) da disciplina que tiver obtido média final (N1 + N2) igual ou superior a 7,0 (sete), e tiver frequência às aulas igual ou superior a 75%.
 - Se a média final (N1+ N2), por disciplina, for inferior a 7,0 (sete) igual e superior

a 4,0 (Quatro), o aluno deverá prestar o exame final (N3), desde que tenha frequência às aulas igual ou superior a 75%.

- Será REPROVADO o aluno cuja média entre N1 + N2 for menor que 4,0 e/ou tiver frequência às aulas inferior a 75%.
- O aluno que realizar a N3 será considerado APROVADO se obtiver média final igual ou superior a 6,0 (seis pontos), obtido conforme a fórmula:

$$\text{Soma da média:} \\ \frac{(N1 + N2) + N3}{2}$$

Exp.: Soma de N1 + N2 = 6,0, aluno precisa tirar 6,0 que somado a 6,0, perfaz 12,0 que dividida por 2 perfaz uma média 6,0 (APROVADO).

- O aluno que não comparecer à prova N3 será atribuído à nota 0 (zero).
- O aluno que prestar N3 será considerado REPROVADO se obtiver média final menor de 6,0 (seis pontos), obtido conforme a fórmula:

$$\text{Soma da média:} \\ \frac{(N1 + N2) + N3}{2}$$

Exp.: Soma de N1 + N2 = 4,0, aluno precisa tirar 6,0 que somado a 4,0, perfaz 10,0 que dividida por 2 perfaz uma média 5,0 (REPROVADO).

Além das avaliações formais, os docentes são estimulados a desenvolver instrumentos contínuos e diversificados de avaliação, que contemplem a dimensão prática e reflexiva do aprendizado jurídico, tais como:

- Elaboração de pareceres, petições e contratos;
- Participação em simulações, audiências e práticas do NPJ;
- Pesquisas e projetos de extensão;
- Produção de artigos científicos, resenhas e estudos de caso;
- Debates temáticos e seminários jurídicos.

avaliação da aprendizagem no Curso de Direito da FAI, portanto, busca promover a integração entre teoria e prática, fortalecendo o desenvolvimento crítico,

técnico e ético do futuro bacharel em Direito, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES nº 5/2018) e com as políticas institucionais de qualidade do ensino superior.

2.13 NÚMERO DE VAGAS

Levando-se em consideração as atuais exigências do mercado jurídico e a crescente complexidade das relações sociais, políticas e econômicas, constata-se que o profissional do Direito precisa estar preparado para atuar em um cenário caracterizado pela dinamicidade normativa, avanço tecnológico, transformação digital da Justiça e mudanças nas formas de mediação social e de acesso à informação.

Dessa forma, no sistema de relação ensino-aprendizagem do Curso de Direito da FAI, impõe-se um compromisso pedagógico renovado, que assegure a formação de bacharéis críticos, éticos e competentes, capazes de correlacionar a teoria jurídica com os avanços científicos, tecnológicos e sociais contemporâneos.

O Curso de Direito da FAI, portanto, não se restringe à transmissão de conteúdos doutrinários ou normativos. Ele está alicerçado em um projeto formativo flexível e interdisciplinar, voltado para a compreensão integral do fenômeno jurídico em sua relação com o ser humano, a sociedade e o Estado. O curso promove, assim, a integração entre ensino, pesquisa e prática jurídica, buscando desenvolver competências que tornem o egresso apto a responder às demandas do sistema de Justiça, da advocacia, da docência e da gestão pública e privada.

A diversidade e a velocidade das transformações no campo jurídico exigem profissionais altamente qualificados, reflexivos e socialmente comprometidos, que dominem os fundamentos do Direito e saibam aplicá-los com sensibilidade ética e visão humanista. Nesse contexto, a Faculdade Itapuranga reafirma sua convicção de que o Curso de Bacharelado em Direito é um instrumento de inserção e transformação social, capaz de formar profissionais conscientes, preparados e socialmente responsáveis, atendendo às demandas locais e regionais com excelência acadêmica.

O número de vagas solicitadas para o Curso de Direito da FAI é resultado de estudos de natureza qualitativa e quantitativa, realizados pela instituição em parceria com empresas especializadas em análise de mercado, bem como pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE).

Esses estudos consideram a evolução do ensino superior na microrregião de Ceres, composta por 22 municípios e aproximadamente 231.000 habitantes, que apresenta expressivo desenvolvimento econômico nos setores comercial, agropecuário, de confecções, educacional e de serviços jurídicos e financeiros.

O curso foi concebido para atender à crescente demanda por formação jurídica de qualidade na região, fortalecendo a atuação dos profissionais junto ao poder público, escritórios de advocacia, órgãos do sistema de Justiça, empresas e organizações sociais.

O mercado jurídico no estado de Goiás e nas regiões próximas evidencia uma demanda permanente por profissionais qualificados. Segundo análise do Conselho Federal da OAB, no contexto goiano, o ramo com maior concentração de advogados é o Direito Civil (26 %), seguido por Família e Sucessões (17 %) e Direito do Trabalho (12 %).

Além disso, um estudo recente revelou que cerca de 28% dos advogados em Goiás ainda complementam renda com outras atividades, sinalizando tanto uma oferta insuficiente de oportunidades jurídicas formais quanto uma subutilização potencial da qualificação jurídica. Isso sugere que a formação de novos bacharéis em Direito, especialmente em regiões com menor oferta, pode contribuir para absorver parte dessa demanda reprimida.

Em âmbito nacional, o mercado jurídico é considerado um dos mais competitivos e dinâmicos: o Brasil conta com mais de 1,3 milhão de advogados registrados na OAB, o que indica elevado interesse pela formação em Direito e necessidade constante de renovação e qualificação profissional.

Portanto, o Curso de Direito da FAI buscará formar profissionais capazes de atuar em escritórios, órgãos públicos, defesa pública, magistratura, mediação, arbitragem e demais áreas jurídicas exigidas pela sociedade regional, fortalecendo o ambiente jurídico local e colaborando para a prestação mais eficiente de serviços jurídicos à população.

Para sustentar a base de ingresso potencial, analisam-se dados do Censo Escolar e de matrículas no ensino médio em Goiás. No ano de 2023, o Censo Escolar registrou cerca de 7,7 milhões de matrículas no ensino médio no país, ainda que com ligeira retração de 2,4 % em relação a 2022. Em Goiás, segundo dados do Censo Escolar e apontamentos estaduais, 83,1 % dos alunos matriculados no ensino médio

estão nas escolas estaduais, o que revela forte concentração da oferta pública nessa etapa básica.

Esses dados indicam que Goiás mantém uma base ampla de estudantes concluindo o ensino médio, muitos dos quais buscam ingresso no ensino superior regional. Itapuranga e sua microrregião, por estarem relativamente afastadas dos grandes polos urbanos, encontram lacuna na oferta local de cursos superiores, o que reforça a justificativa para ofertar turmas nos dois turnos (matutino e noturno) e ampliar a inclusão de estudantes que trabalham ou têm compromissos diurnos.

A FAI pode estimar que uma parcela dos egressos do ensino médio da microrregião (e cidades vizinhas) optará por permanecer localmente para cursar Direito, evitando deslocamentos para Ceres, Anápolis, Goiânia ou outras capitais. Esse fator de retenção regional é estratégico para justificar a demanda por 120 vagas anuais.

Para que a oferta de 120 vagas seja compatível com exigências de qualidade, a IES avaliou rigorosamente seus recursos humanos e físicos:

- I. **Corpo docente:** A FAI possui um quadro de professores com titulação adequada, incluindo mestres e doutores, com experiência em ensino jurídico e atuação prática. Esse corpo docente é dimensionado para atender à carga das turmas previstas, com relação docente/discente que garanta atendimento individualizado, orientação e supervisão de atividades práticas e de pesquisa.
- II. **Tutoria e mediação pedagógica:** Para o curso de Direito, professores atuam como tutores quando necessário, integrando mediação, apoio metodológico e acompanhamento acadêmico, sobretudo em disciplinas de estudos interdisciplinares e prática jurídica.
- III. **Infraestrutura física:** A FAI dispõe de salas de aula equipadas com recursos multimídia, auditório, espaços de convivência, bibliotecas físicas e ambientes de estudo coletivo. Para o curso jurídico, será instalada ou adaptada infraestrutura específica, como o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) dotado de ambiente para atendimento à comunidade, conciliação e mediação simuladas, além de laboratórios de informática com estações de trabalho compatíveis para utilização de softwares jurídicos, pesquisa legislativa e ambientais.
- IV. **Infraestrutura tecnológica:** A IES já opera com rede de internet sem fio (Wi-Fi) em todos os ambientes, acesso a bases de dados jurídicas e a biblioteca digital (portal virtual). A plataforma acadêmica integrada permite acesso dos

alunos a planos de ensino, materiais, notas, frequência e atendimento online. A tecnologia será dimensionada para suportar uso intensivo por estudantes e professores do curso jurídico.

- V. **Capacidade de expansão e manutenção:** Os recursos tecnológicos e físicos necessários para suportar 120 alunos anuais já estão previstos no planejamento orçamentário da instituição, com previsão de manutenção, atualização de equipamentos e ampliação futura. Isso assegura que o curso mantenha qualidade mesmo com o número de vagas pretendido.

A distribuição entre turno matutino (60 vagas) e turno noturno (60 vagas) atende a duas finalidades essenciais:

- Ampliar o acesso de estudantes que trabalham ou têm compromissos durante o dia, favorecendo a permanência e a inclusão;
- Otimizar o uso da infraestrutura existente, utilizando salas, laboratórios e corpo docente em períodos distintos, sem sobrecarregar os recursos diurnos.

Essa estratégia de turnos permite atender a uma população mais ampla e heterogênea, aumentando a capilaridade da oferta acadêmica e a sustentabilidade do curso ao longo dos semestres.

3 CORPO DOCENTE

O corpo docente do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Itapuranga – FAI constitui um dos pilares fundamentais para a consolidação da excelência acadêmica e do compromisso institucional com a formação jurídica humanista, crítica e socialmente responsável. Integrando de forma ativa a gestão acadêmica e pedagógica do curso, o corpo docente atuará de maneira articulada com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), o Colegiado de Curso e a Coordenação, assegurando a coerência entre o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), as Diretrizes Curriculares Nacionais e as demandas da sociedade e do sistema de Justiça.

Os docentes do curso têm como principal função analisar, planejar e operacionalizar os conteúdos das unidades curriculares, considerando sua relevância teórica, prática e formativa para o desenvolvimento das competências profissionais do bacharel em Direito. Além de ministrar aulas presenciais, serão responsáveis por promover o raciocínio jurídico crítico, estimular a pesquisa e a produção científica, e orientar os estudantes na aplicação prática do conhecimento, especialmente nas atividades do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) e nos projetos de iniciação científica, extensão e práticas simuladas.

O corpo docente da FAI é composto por profissionais com sólida formação acadêmica e reconhecida experiência profissional nas diversas áreas do Direito, garantindo o equilíbrio entre teoria e prática. Todos os professores possuem titulação mínima em programas de pós-graduação *lato sensu*, e grande parte conta com titulação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), o que assegura constante atualização científica e técnica.

A atuação dos docentes não se limita à sala de aula: eles desenvolvem atividades técnicas, científicas e extensionistas, participam de congressos, eventos jurídicos e grupos de pesquisa, além de colaborarem com órgãos públicos e entidades privadas em consultorias, assessorias e projetos institucionais. Essa vivência prática contribui significativamente para a contextualização dos conteúdos e para a formação de um egresso alinhado às exigências da profissão e da sociedade contemporânea.

As contratações dos docentes serão realizadas conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), seguindo critérios e normas definidos no Regimento Interno e no Plano de Carreira Docente da Instituição, observando rigorosamente a adequação entre titulação, área de formação e componentes curriculares ministrados.

A composição do quadro docente do Curso de Direito da FAI contempla diferentes regimes de trabalho, de acordo com a necessidade acadêmica e a natureza das atividades desenvolvidas:

- I. Regime de Tempo Integral (TI): com dedicação de 40 (quarenta) horas semanais, das quais, no mínimo, 20 (vinte) horas são destinadas à gestão acadêmica, orientação de alunos, pesquisa e atividades de extensão, assegurando o envolvimento contínuo do docente na vida institucional;
- II. Regime de Tempo Parcial (TP): com dedicação entre 12 (doze) e 39 (trinta e nove) horas semanais, possibilitando o equilíbrio entre a atuação docente, pesquisa e prática profissional;
- III. Regime Horista: destinado exclusivamente à ministração de aulas presenciais, conforme carga horária definida em contrato e as necessidades curriculares do curso.

Além disso, o curso contará com um programa permanente de capacitação e atualização docente, promovido pela Diretoria Acadêmica, Coordenação de Curso e pelo NDE, com foco no aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, inovação tecnológica e formação continuada. Essa política garantirá a aderência dos docentes às metodologias ativas e às estratégias inovadoras de ensino-aprendizagem, fortalecendo o compromisso da FAI com a qualidade e a excelência na formação jurídica.

O corpo docente do Curso de Direito da FAI, portanto, constitui uma equipe de profissionais comprometidos com a missão institucional, alinhados ao perfil do egresso e às competências previstas nas DCN's do Curso de Direito, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento da consciência ética, cidadã e profissional dos futuros bacharéis.

Quadro 07. Corpo Docente do Curso de Direito

CORPO DOCENTE DO CURSO DE BACHAREL EM DIREITO			
CPF	DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
904.512.791-15	Arlete Felix Vieira Silva	Mestre	Integral
913.826.101-49	Daniele Lopes Oliveira	Doutora	Parcial
716.622.781-87	Elaine Ferreira de Oliveira	Mestre	Integral
027.338.011-71	Guilherme Martins Teixeira Borges	Doutor	Parcial
271.221.581-87	Ireni Soares da Mota	Mestre	Parcial
947.379.831-87	João Denes Ferraz	Especialista	Parcial
646.815.991-15	Kenia Cristina Borges Dias	Mestre	Parcial

035.296.341-74	Luís Fernando Borba Almeida	Especialista	Integral
350.620.838-18	Marcela Iossi Nogueira	Mestre	Integral
031.445.711-99	Natasha Gomes Moreira Abreu	Mestre	Parcial
897 823 051 20	Roberto Fernandes de Melo	Mestre	Parcial
014.471.021-85	Rone Rosa Martins	Mestre	Parcial
958.652.841-34	Vinicius Oliveira Seabra Guimarães	Doutor	Parcial

Fonte: FAI (2025)

A FAI tem como diferencial em seus cursos a formação de um corpo docente que integra a formação acadêmica e a experiência profissional. Com isso, busca-se a sintonia das novas definições de cada área e as práticas correntes no mercado de trabalho. Estes são os critérios utilizados tanto para seleção como para enquadramento dos professores dentro da IES.

O corpo docente do Curso de Direito da FAI apresenta composição qualitativa e quantitativa plenamente adequada à proposta pedagógica do curso, evidenciando coerência com a dimensão do corpo docente e com as condições de infraestrutura física e tecnológica da instituição.

A predominância de docentes titulados em programas de pós-graduação *stricto sensu*, 85% do corpo docente, a expressiva experiência profissional e o envolvimento ativo em projetos de extensão e práticas jurídicas asseguram condições plenas para o alcance dos objetivos formativos e do perfil do egresso definido nas DCNs do curso de Direito.

3.1. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Itapuranga – FAI constitui-se em um grupo permanente de professores qualificados, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, supervisão e assessoramento, atuante em todas as etapas de planejamento, execução, avaliação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), com vistas à consolidação da identidade institucional e à promoção contínua da qualidade acadêmica.

O NDE é responsável por assegurar a coerência entre os objetivos do curso, o perfil do egresso e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's), além de garantir a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e prática jurídica, assegurando a efetiva

implementação do PPC, a interdisciplinaridade entre os componentes curriculares e a constante atualização dos conteúdos e metodologias.

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito da FAI é composto por docentes que possuem experiência consolidada no magistério superior e na prática jurídica, com participação ativa nas atividades acadêmicas e institucionais. Esses professores são responsáveis não apenas pela docência, mas também pela orientação de trabalhos científicos, acompanhamento de estágios supervisionados, projetos de extensão e práticas jurídicas simuladas e reais, desempenhando papel fundamental no fortalecimento do curso e na qualidade da formação discente.

A constituição e o funcionamento do NDE na Faculdade Itapuranga seguem normas institucionais e regulamentares próprias, alinhadas às orientações do MEC e ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). São observados os seguintes critérios:

- I. Composição mínima de cinco (05) docentes vinculados ao corpo docente permanente do curso;
- II. No mínimo 60% dos membros com titulação *stricto sensu* (Mestrado ou Doutorado), garantindo a qualificação acadêmica e científica necessária ao exercício das atribuições do núcleo;
- III. Todos os membros em regime de tempo integral ou parcial, sendo pelo menos 20% em tempo integral, assegurando a dedicação à gestão acadêmica, à orientação discente e à participação nas atividades de planejamento e avaliação;
- IV. Manutenção de estratégia de renovação parcial de seus integrantes, assegurando a continuidade do trabalho e a renovação periódica das perspectivas pedagógicas;
- V. Participação ativa em reuniões periódicas com o Colegiado de Curso, com a Coordenação e com a Diretoria Acadêmica, para análise de resultados, definição de metas e encaminhamento de melhorias.

Dos docentes do NDE do Curso de Direito da FAI, 80% deles possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, sendo que, destes 80% são mestres e doutores.

Quadro 08. Dados do NDE do Curso de Bacharelado em Direito

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE			
DOCENTE	CARGO	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Guilherme Martins Teixeira Borges	Docente	Doutor	Parcial
Luiz Fernando Borba Almeida	Docente	Especialista	Integral
Marcela Iossi Nogueira	Coordenadora	Mestre	Integral
Natasha Gomes Moreira Abreu	Docente	Mestre	Parcial
Vinicius Oliveira Seabra Guimarães	Docente	Doutor	Parcial

Fonte: FAI (2025)

A principal atuação do NDE é auxiliar a Coordenação de Curso em suas necessidades pedagógicas, exercendo juntamente com o coordenador, as seguintes funções:

- I. Elaborar, acompanhar a execução, propor alterações no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e/ou estrutura curricular e disponibilizá-lo à comunidade acadêmica do curso para apreciação;
- II. Referendar e analisar o relatório de adequação das bibliografias básicas e complementares, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo, devidamente assinado;
- III. Avaliar, constantemente, a adequação do perfil profissional do egresso do curso, levando em consideração as Diretrizes Curriculares do Curso e as novas demandas do mundo do trabalho;
- IV. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades acadêmicas;
- V. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas pública relativas à área do conhecimento;
- VI. Zelar pelo cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação;
- VII. Propor, no PPC, procedimentos e critérios para a autoavaliação do curso;

- VIII. Propor os ajustes no curso a partir dos resultados obtidos na autoavaliação e na avaliação externa;
- IX. Convidar consultores ad hoc para auxiliar nas discussões do projeto pedagógico do curso;
- X. Levantar dificuldades na atuação do corpo docente do curso, que interfiram na formação do perfil profissional do egresso;
- XI. Propor programas ou outras formas de capacitação docente, visando a sua formação continuada.

O NDE deve, ainda, participar do planejamento e organização das atividades de acolhimento e orientação dos alunos ingressantes, das atividades de nivelamento, assim como participar do planejamento das atividades com os alunos concluintes, disponibilizando informações e orientando-os na inserção na vida.

O NDE do Curso de Direito da FAI exerce papel estratégico na gestão acadêmica, no aprimoramento pedagógico e na excelência do curso, garantindo o cumprimento dos princípios da autonomia universitária, interdisciplinaridade, flexibilidade curricular e formação humanística. Sua atuação sistemática assegura a atualização constante do PPC e o fortalecimento da cultura de avaliação e qualidade, em plena sintonia com os parâmetros de excelência do MEC.

3.2. COORDENAÇÃO DE CURSO

A Coordenação do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Itapuranga – FAI tem como principal finalidade articular, supervisionar e integrar as ações acadêmicas, pedagógicas e administrativas voltadas ao ensino, à pesquisa, à extensão e à formação integral do estudante. Seu papel é estratégico na consolidação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), assegurando sua coerência com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's), com a Missão Institucional da FAI e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O Coordenador é o elo entre a gestão institucional e o corpo docente e discente, sendo responsável por garantir a execução plena das políticas acadêmicas, promover a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e zelar pelo cumprimento das normas institucionais e legais que regem o curso.

Entre suas funções centrais estão a organização das atividades acadêmicas, a implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão, o acompanhamento da atuação docente e discente, e a supervisão dos estágios, atividades complementares e do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Além disso, cabe à Coordenação promover a articulação entre o Núcleo Docente Estruturante (NDE), o Colegiado de Curso, o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) e os demais setores institucionais, de modo a garantir o alinhamento entre as dimensões pedagógicas e administrativas, assegurando a unidade do curso e a integração entre teoria e prática.

São competências das coordenações de curso:

- I. Elaborar plano de trabalho, junto ao colegiado de seu curso e à Diretoria Institucional, para seu período de gestão;
- II. Desenvolver trabalho articulado à Diretoria, discutindo e implementando as políticas educacionais, no âmbito dos cursos, garantindo a integração entre estes;
- III. Participar efetivamente dos encontros de Planejamento de Coordenadores e também em outros órgãos colegiados ou comissões em que se fizer necessário, encaminhando e discutindo as propostas debatidas, através de reuniões periódicas com registro de pauta, de frequências e de encaminhamentos;
- IV. Promover o desenvolvimento do ensino em articulação permanente com a pesquisa e a extensão;
- V. Acompanhar academicamente e avaliar continuamente, junto ao colegiado de seu curso, NDE (Núcleo Docente Estruturante), a execução do PPC e propor, quando necessário, a sua modificação, submetendo às instâncias competentes;
- VI. Articular ações pedagógicas o seu curso junto à Diretoria Acadêmica, fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem;
- VII. Atuar majoritariamente no horário de funcionamento dos cursos, prestando atendimento ao corpo discente e estabelecendo diálogo permanente com representações;
- VIII. Empreender ações pedagógicas que visem contribuir para o melhor rendimento acadêmico dos alunos e que garantam a permanência dos mesmos no curso;
- IX. Coordenar a demanda de bolsistas e monitores para o seu curso;

- X. Acompanhar a atuação dos docentes nos cursos, orientando e avaliando junto a CPA a ação dos mesmos;
- XI. Determinar o número de vagas, em conjunto com o colegiado do curso e com a Diretoria Acadêmica, para cada processo seletivo, em consonância com demandas sociais e regionais, e com a infraestrutura adicional;
- XII. Deliberar, quando necessário, sobre processos acadêmicos, administrativos referentes aos docentes e discentes, no âmbito de seu curso, respeitando prazos estabelecidos;
- XIII. Atender às solicitações da Secretaria Acadêmica, visando ao bom atendimento à comunidade interna e externa;
- XIV. Responsabilizar-se pela elaboração e atualização dos horários de seu curso para cada período letivo, informando à Diretoria Acadêmica à qual está vinculado e incluindo à demanda de professores efetivos;
- XV. Atuar junto ao Departamento de Recursos Humanos, quando solicitado;
- XVI. Coordenar o levantamento de necessidades e indicações para capacitação e atualização do docente, junto ao colegiado de professores de seus cursos, autorizando os projetos em conformidade com as normas institucionais e encaminhando os respectivos processos (passagens, diárias, empenho etc.);
- XVII. Contribuir para a atualização do acervo da biblioteca, informando as demandas de seu curso;
- XVIII. Responsabilizar-se e acompanhar as atividades complementares para o corpo discente de seu curso, cumprindo os trâmites necessários;
- XIX. Acompanhar, junto ao colegiado do curso e/ou setor competente, atividades de estágios dos alunos;
- XX. Gerir os espaços de aprendizagem de seu curso, a fim de garantir as suas condições de uso e funcionamento;
- XXI. Representar oficialmente o curso, ou indicar um representante em solenidades oficiais e/ou eventos, quando solicitados;
- XXII. Responsabilizar-se pelas avaliações externas, tais como ENADE, reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso, e internas do seu curso.

Os coordenadores de curso recebem treinamento das atividades relacionados a sua função e atualizações da área frequentemente e suas atividades e atribuições são pautadas a partir de um plano de ação apresentado anualmente em documento

próprio.

A Coordenação do Curso de Direito da FAI é realizada por profissional com formação jurídica consolidada, experiência docente no ensino superior e comprovada atuação na área acadêmica e jurídica. Possui titulação mínima em pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado), em conformidade com o exigido pelas normativas do MEC e pelo Regimento Institucional, o que assegura a qualidade e a liderança acadêmica necessária ao desenvolvimento do curso.

Além da formação técnica e científica, a Coordenadora é um gestora educacional e líder acadêmico, comprometido com os princípios da ética, responsabilidade social e excelência no ensino jurídico, conduzindo o curso em consonância com a política institucional de qualidade, inovação e compromisso com a formação de profissionais críticos, reflexivos e comprometidos com a Justiça e a cidadania.

3.2.1. Formação e Experiência do Coordenador

A Coordenadora do Curso de Direito da FAI, está sob a responsabilidade da Prof^a. Me. Marcela lossi Nogueira, profissional que se enquadra plenamente no perfil requerido de um gestor de curso de graduação, apresentando sólida formação acadêmica, experiência docente e trajetória consolidada na área jurídica.

A Prof.^a Me. Marcela lossi Nogueira é advogada, mestre em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás (UFG), especialista em Direito do Consumidor pela UFG e Bacharel em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). Possui formação complementar internacional pela Universidade de Coimbra (Portugal), com ênfase em Direito Constitucional. Sua trajetória acadêmica reflete sólida formação teórica e compromisso com a promoção dos direitos fundamentais e da justiça social.

Na esfera profissional, acumula experiência relevante na advocacia e em consultoria jurídica, com atuação nas áreas Constitucional, Penal, Administrativo, Trabalhista e do Consumidor. É autora e organizadora de diversas publicações acadêmicas e livros jurídicos, com destaque para as obras *“Feminino e Feminismos: a luta pelo alvorecer de uma nova era de direitos das mulheres”* (2025) e *“Direito do Trabalho no Brasil: novas intersecções entre a livre iniciativa e a relação de emprego”* (2025). Também desenvolve pesquisa e extensão nas áreas de gênero, direitos

humanos e constitucionalismo contemporâneo, coordenando projetos como *Direito e Cinema*, *Preparatório OAB* e o *Observatório dos Direitos das Mulheres*.

Com mais de 10 anos de experiência no ensino superior, a Prof.^a Marcela atua como docente e coordenadora de cursos de Direito em diferentes instituições goianas, ministrando disciplinas como Direito Constitucional, Administrativo, Penal e Prática Penal. Foi Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade de Inhumas (FacMais), membro de Núcleo Docente Estruturante (NDE) e avaliadora de trabalhos acadêmicos. Sua experiência docente inclui a orientação de TCC's, supervisão de estágios jurídicos, organização de jornadas científicas e participação em projetos interdisciplinares e de extensão universitária.

Atualmente, exerce a função de Coordenadora do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Itapuranga – FAI, onde atua com foco na gestão acadêmica, integração curricular e fortalecimento da tríade ensino-pesquisa-extensão, promovendo a inovação pedagógica e o desenvolvimento do perfil profissional e ético do futuro bacharel em Direito.

3.2.2. Regime de Trabalho do Coordenador de Curso

O regime de trabalho da Coordenadora do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Itapuranga – FAI, Prof.^a Me. Marcela Iossi Nogueira, é de Tempo Integral (TI), com 40 (quarenta) horas semanais, distribuídas de forma a garantir a condução eficiente das atividades acadêmicas, administrativas e pedagógicas do curso.

Do total da carga horária, 20 (vinte) horas semanais serão destinadas à gestão e condução direta do curso, abrangendo o acompanhamento do corpo docente, supervisão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, atendimento aos discentes e representação do curso junto aos órgãos colegiados institucionais. Outras 20 (vinte) horas serão dedicadas às atividades de gestão acadêmica institucional, participando de comissões, reuniões de planejamento, elaboração de relatórios e ações voltadas à consolidação da qualidade dos cursos de graduação da FAI.

Além dessas atribuições, a Coordenadora dedica-se à docência e à orientação acadêmica, promovendo a integração entre teoria e prática e participando ativamente de reuniões pedagógicas, colegiados e Núcleo Docente Estruturante (NDE). Esse regime de trabalho assegura presença contínua e atuação estratégica no

curso, permitindo a gestão próxima e participativa junto aos docentes, discentes e equipe multidisciplinar.

A representatividade da Coordenação é garantida em todos os órgãos colegiados superiores da Instituição, reforçando o papel articulador e decisório da função. A Coordenadora manterá plano de ação documentado, com indicadores de desempenho e metas institucionais, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com as políticas de ensino, pesquisa e extensão da FAI.

Tal estrutura possibilita a administração plena da potencialidade do corpo docente, favorecendo a integração, a interdisciplinaridade e a melhoria contínua dos processos pedagógicos, garantindo, assim, a excelência na condução do Curso de Direito e a efetiva implementação do seu Projeto Pedagógico.

3.2.3. Articulação da Gestão do Curso com a Gestão Institucional

A articulação da gestão do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Itapuranga – FAI com a gestão institucional ocorre de forma integrada e sistêmica, visando garantir a execução coerente das políticas acadêmicas, pedagógicas e administrativas da Instituição.

Esse alinhamento se concretiza por meio do desenvolvimento de ações que asseguram a comunicação permanente entre a Coordenação do Curso, os colegiados, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), a Direção Acadêmica e os setores de apoio, fortalecendo a gestão participativa e o aprimoramento contínuo dos processos formativos.

Entre as principais ações desenvolvidas destacam-se:

- I. Realização de reuniões periódicas com o corpo docente antes do início de cada semestre letivo, com o objetivo de discutir e validar os planos de ensino das disciplinas, assegurando a coerência entre ementas, objetivos, conteúdos programáticos, metodologias de ensino-aprendizagem, critérios de avaliação, bibliografias e cronogramas;
- II. Levantamento e monitoramento de dados acadêmicos junto aos registros institucionais, acompanhando indicadores como frequência, evasão, trancamentos e resultados de avaliação, a fim de orientar ações pedagógicas preventivas e corretivas;

- III. Acompanhamento dos docentes para identificação de facilidades e dificuldades na condução das atividades didático-pedagógicas, buscando soluções integradas com o apoio da coordenação e dos setores de suporte;
- IV. Promoção de encontros com profissionais e instituições jurídicas da região, dos setores público e privado, visando ao fortalecimento da relação entre o curso e o mercado de trabalho;
- V. Realização sistemática de reuniões com representantes estudantis e líderes de turma, fomentando o diálogo entre coordenação e corpo discente e fortalecendo a cultura participativa na gestão acadêmica;
- VI. Avaliações sistemáticas do desempenho docente e discente, de caráter quantitativo e qualitativo, como instrumentos de melhoria contínua da prática pedagógica e da aprendizagem;
- VII. Revisão periódica do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), com a participação de docentes, discentes, egressos e representantes externos, assegurando sua atualização em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais e demandas sociais;
- VIII. Revisão dos procedimentos acadêmicos e administrativos, garantindo maior eficiência e transparência na execução das atividades do curso;
- IX. Aprimoramento dos meios de comunicação interna e externa, fortalecendo a relação entre os públicos institucionais e a comunidade jurídica regional;
- X. Organização de atividades complementares e de extensão (seminários, workshops, congressos, semanas jurídicas, júris simulados, palestras e visitas técnicas), que favoreçam a integração entre teoria e prática e ampliem o processo formativo;
- XI. Avaliação periódica dos conteúdos ministrados e dos resultados de aprendizagem, ao final de cada semestre, com base em relatórios e indicadores de desempenho;
- XII. Coordenação dos processos de matrícula e supervisão da orientação acadêmica, assegurando atendimento pedagógico individualizado aos estudantes;
- XIII. Articulação das atividades acadêmicas, científicas e extensionistas voltadas à formação integral do discente e à consolidação da qualidade do curso; e,
- XIV. Coordenação da programação de avaliações e provas finais, em alinhamento com o calendário acadêmico e os departamentos correspondentes.

Essas ações consolidam a integração efetiva entre a gestão do curso e a gestão institucional, fortalecendo a política de qualidade da FAI e assegurando a excelência acadêmica, administrativa e social do Curso de Direito.

3.3. CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO

O corpo docente do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Itapuranga – FAI é composto por profissionais altamente qualificados, com sólida formação acadêmica e comprovada experiência nas diversas áreas do campo jurídico, assegurando o atendimento pleno ao perfil do egresso previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

A seleção e composição do corpo docente seguem rigorosos critérios institucionais, priorizando a titulação *stricto sensu* e a aderência entre a formação acadêmica e as disciplinas ministradas, garantindo que cada componente curricular seja conduzido por docentes com domínio técnico, teórico e prático da área correspondente.

O quadro de professores é formado por mestres, doutores e especialistas, com atuação reconhecida nas áreas Constitucional, Civil, Penal, Administrativo, Empresarial, Tributário, Trabalhista, ambiental e Processual, assegurando uma formação ampla, crítica e interdisciplinar aos acadêmicos. A instituição mantém programa permanente de desenvolvimento docente, estimulando a produção científica, a participação em congressos jurídicos e o envolvimento em projetos de extensão, pesquisa e atividades práticas no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ).

Dos docentes que compõem o curso, 77% possuem titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e 23% possuem titulação *lato sensu*, atendendo plenamente aos referenciais de qualidade estabelecidos pelo MEC. Destes, 15% já possuem o título de doutor e outros 20% estão em fase de conclusão de programas de doutorado, o que demonstra o constante investimento institucional na qualificação docente.

O corpo docente do Curso de Direito da FAI destaca-se, ainda, pela atuação efetiva no mercado jurídico regional, o que possibilita o fortalecimento da relação entre teoria e prática, contribuindo para a formação de bacharéis com competência técnica, consciência ética, pensamento crítico e compromisso social. Além da docência, muitos dos professores exercem funções em órgãos públicos ou privados de

jurisprudência, trazendo para a sala de aula vivências que enriquecem o processo formativo e promovem o diálogo com o sistema de Justiça e as demandas da sociedade.

Por fim, os docentes participam ativamente das instâncias colegiadas da Instituição, integrando o Núcleo Docente Estruturante (NDE), o Colegiado de Curso, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e projetos institucionais voltados à inovação acadêmica, extensão universitária e produção científica, assegurando a coerência entre o ensino, a pesquisa e a prática jurídica.

3.4. REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O regime de trabalho do corpo docente do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Itapuranga – FAI foi estruturado para assegurar o atendimento integral à demanda acadêmica e a efetiva implementação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), garantindo a qualidade do ensino, da aprendizagem e da gestão acadêmica.

O quadro docente é composto majoritariamente por professores com regime de tempo integral e parcial, o que possibilita ampla dedicação às atividades de docência, orientação, atendimento aos discentes, planejamento pedagógico, participação em reuniões colegiadas, desenvolvimento de atividades de pesquisa, extensão e produção científica.

Cada docente possui atribuições individuais registradas e documentadas, com a distribuição de sua carga horária total entre atividades de ensino, preparação e correção de avaliações, atendimento acadêmico, produção científica e reuniões pedagógicas. Essas informações são utilizadas como instrumento de planejamento, acompanhamento e melhoria contínua da gestão docente, assegurando a coerência entre as práticas pedagógicas e as metas institucionais de qualidade.

A seleção e contratação dos docentes seguem critérios rigorosos estabelecidos pelo Conselho Superior da FAI, em consonância com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as convenções coletivas da categoria. O processo seletivo contempla análise curricular, entrevista técnica, aula-teste e exame de títulos, priorizando a formação acadêmica, a experiência profissional e a aderência à área de atuação.

Os critérios básicos de seleção incluem:

- I. Titulação acadêmica (preferencialmente mestrado ou doutorado);

- II. Experiência profissional comprovada na área jurídica ou correlata;
- III. Experiência anterior no ensino superior e prática docente inovadora;
- IV. Proatividade e engajamento institucional, com foco na formação cidadã e ética do discente.

A instituição prioriza a contratação de professores mestres e doutores, reconhecendo a importância da qualificação *stricto sensu* para o fortalecimento do curso. Contudo, considerando as especificidades do mercado educacional regional, admite-se a contratação de docentes especialistas com comprovada experiência profissional e domínio técnico nas respectivas áreas jurídicas, garantindo o equilíbrio entre fundamentação teórica e prática profissional.

Os regimes de trabalho adotados contemplam:

- Tempo Integral (TI) – 40 horas semanais, com dedicação às atividades de ensino, gestão, pesquisa e extensão;
- Tempo Parcial (TP) – de 12 a 39 horas semanais, com dedicação predominante à docência e orientação acadêmica;
- Horista (H) – destinado a professores convidados e disciplinas específicas, conforme a necessidade curricular e institucional.

A remuneração docente é fixada com base na titulação, no regime de trabalho e nas convenções coletivas aplicáveis, assegurando valorização profissional e equidade. Esse modelo de gestão docente reflete o compromisso da Faculdade Itapuranga com a excelência acadêmica, a valorização dos professores e o fortalecimento da cultura institucional de ensino, pesquisa e extensão.

3.5. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE

A Faculdade Itapuranga – FAI reconhece e valoriza amplamente a experiência profissional não acadêmica de seu corpo docente, em consonância com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com o perfil do egresso do Curso de Bacharelado em Direito, voltado à formação de profissionais éticos, críticos, tecnicamente competentes e preparados para o exercício das diversas carreiras jurídicas.

A Instituição considera essa experiência um diferencial qualitativo essencial para o ensino jurídico, pois possibilita ao discente o contato direto com situações reais,

práticas e contextualizadas, que contribuem para a formação integral e para a compreensão da aplicação concreta do Direito na sociedade.

O corpo docente do Curso de Direito da FAI será composto por profissionais com sólida atuação em diferentes esferas do sistema de Justiça, buscando sempre incluir magistrados, promotores, defensores públicos, advogados, procuradores, assessores jurídicos e consultores empresariais. Essa diversidade de trajetórias enriquecerá o processo formativo e fortalece o vínculo entre a teoria e a prática, refletindo a pluralidade e a complexidade do campo jurídico contemporâneo.

Durante as aulas, os docentes devem articular exemplos práticos, estudos de caso, simulações de audiências e análises de jurisprudência, favorecendo a transposição didática da experiência profissional para o contexto acadêmico. Essa prática pedagógica permite que os alunos compreendam a aplicação da norma jurídica em diferentes contextos, desenvolvam o raciocínio jurídico e construam competências alinhadas às exigências do mercado de trabalho.

Além disso, a FAI incentiva que seus professores mantenham vínculo ativo com o exercício profissional, estimulando o diálogo permanente entre a academia e o campo jurídico. Essa interação fortalecerá o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), as atividades de extensão e os projetos de integração com órgãos públicos e privados, assegurando o alinhamento do curso com as demandas sociais e profissionais da região.

Dessa forma, a experiência profissional não acadêmica do corpo docente do Curso de Direito da FAI ultrapassa o caráter complementar, constituindo-se como elemento estruturante da proposta pedagógica, pois garante que a formação dos bacharéis esteja alicerçada na vivência concreta do Direito, em consonância com as competências previstas no PPC e com as exigências ético-profissionais da carreira jurídica.

3.6. EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

O corpo docente do Curso de Bacharelado em Direito da FAI é constituído por profissionais com ampla experiência no ensino superior, demonstrando domínio técnico, pedagógico e científico em suas áreas de atuação. Essa experiência consolidada permite a construção de práticas didático-pedagógicas inovadoras,

voltadas ao desenvolvimento integral do discente e à formação crítica, ética e humanista exigida pelo exercício das profissões jurídicas.

Os docentes do curso apresentam vivência consolidada em instituições de ensino superior e em práticas de pesquisa, extensão e gestão acadêmica, o que os capacita a compreender e atender às diferentes demandas de aprendizagem dos estudantes. Tal experiência permite a elaboração de atividades diversificadas e metodologias ativas de ensino-aprendizagem, promovendo o protagonismo discente e o raciocínio jurídico crítico.

Em sala de aula, os professores deverão utilizar uma linguagem acessível e aderente ao perfil das turmas, explorando situações reais do contexto jurídico, estudos de caso, jurisprudências atualizadas, audiências simuladas e debates temáticos, o que torna o aprendizado mais dinâmico e significativo. Essa prática aproxima o estudante das realidades sociais e profissionais, favorecendo a aplicação prática dos conteúdos teóricos e a articulação entre os diversos ramos do Direito.

A experiência dos docentes no ensino superior também se traduz na capacidade de diagnosticar dificuldades de aprendizagem, propor estratégias de superação e utilizar instrumentos avaliativos diagnósticos, formativos e somativos, com vistas à melhoria contínua do processo pedagógico.

Por meio dessa atuação qualificada, o corpo docente do Curso de Direito da FAI assegurará excelência acadêmica e efetiva integração entre ensino, prática jurídica e formação cidadã, contribuindo para a consolidação do perfil do egresso e para a elevação dos padrões de qualidade da instituição.

Quadro 09. Resumo Técnico do Corpo Docente do Curso de Direito – FAI

QUADRO TÉCNICO-RESUMO DO CORPO DOCENTE – CURSO DE DIREITO DA FAI	
INDICADOR	DESCRIÇÃO / PARÂMETRO OBSERVADO
Total de docentes vinculados ao curso	13 (treze) professores, atendendo plenamente à demanda de oferta do curso nos turnos matutino e noturno.
Titulação acadêmica predominante	77% (dez) dos docentes possuem titulação <i>stricto sensu</i> (Mestrado ou Doutorado) e 23% (três) possuem especialização <i>lato sensu</i> em áreas correlatas ao Direito.
Distribuição por regime de trabalho	- Tempo Integral (TI) : 03 docentes (31%) – com atuação em ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica. - Tempo Parcial (TP) : 09 docentes (69%) – com dedicação entre 12 e 39 horas semanais.
Experiência profissional	Os docentes da área do Direito possuem experiência comprovada na área jurídica, seja em advocacia, assessoria jurídica pública/privada ou atuação no sistema de Justiça.

Integração com pesquisa e extensão	Os docentes da área do Direito devem participar de projetos de pesquisa aplicada, extensão comunitária e programas institucionais, principalmente nas áreas de direitos humanos, cidadania, direito do trabalho, políticas públicas e justiça social.
Atuação em práticas jurídicas	Os docentes devem integrar atividades do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) e do Programa de Iniciação Científica e Extensão Jurídica, supervisionando estágios e projetos sociais.
Política institucional de capacitação e formação docente	Mantida por meio do Programa de Formação Docente da FAI, que contempla cursos de atualização pedagógica, metodologias ativas, tecnologias educacionais, inclusão e formação continuada em inovação no ensino jurídico.
Participação docente na gestão acadêmica	Os docentes do curso integram o planejamento pedagógico semestral e participam de reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE), Colegiado de Curso e Comissões de Avaliação e Extensão.
Condições de trabalho docente	Docentes possuem acesso a salas de apoio, recursos multimídia, biblioteca física e digital (Minha Biblioteca e Saraiva Jur), portal acadêmico, e suporte técnico-administrativo.
Política de valorização docente	A FAI adota política de incentivo à pesquisa, publicação, participação em eventos e progressão na carreira acadêmica, com reconhecimento institucional e oportunidades de formação continuada.

Fonte: FAI (2025)

3.7. ATUAÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO

O Colegiado do Curso de Bacharelado em Direito FAI constitui o principal órgão de natureza acadêmico-deliberativa responsável pelo acompanhamento, avaliação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), assegurando sua coerência com as Diretrizes Curriculares Nacionais, com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com a Política Pedagógica Institucional (PPI).

Sua atuação tem caráter participativo, integrador e avaliativo, promovendo a articulação entre docentes, discentes e a gestão institucional, de forma a garantir a melhoria contínua da qualidade do ensino jurídico e a adequação permanente do curso às demandas sociais e profissionais da área do Direito.

O Colegiado do Curso de Direito da FAI é composto por:

- I. O Coordenador do Curso, na qualidade de Presidente;
- II. Os professores efetivamente em exercício no curso; e
- III. Um representante discente por turma, eleito por seus pares, com mandato de um ano e possibilidade de recondução.

O Colegiado está institucionalizado e regulamentado, com representatividade dos segmentos docente e discente, e reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre e extraordinariamente sempre que necessário, mediante convocação do Presidente, com antecedência mínima de 72 horas. Todas as reuniões serão devidamente registradas em atas e os encaminhamentos são formalizados por meio de fluxos administrativos definidos.

Compete ao Colegiado do Curso de Direito:

- I. discutir e deliberar sobre as questões relativas à análise do Projeto Pedagógico do Curso e as alterações necessárias encaminhadas pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso, bem como o respectivo currículo e suas alterações;
- II. analisar e integrar as ementas e planos de ensino das disciplinas, compatibilizando-os ao Projeto Pedagógico;
- III. dimensionar as ações pedagógicas à luz da avaliação institucional;
- IV. apresentar e analisar proposta para aquisição de material bibliográfico e de apoio didático-pedagógico;
- V. propor medidas para o aperfeiçoamento do ensino;
- VI. exercer as demais atribuições que lhe forem previstas no Regimento Geral da Faculdade, ou que, por sua natureza, lhe sejam conferidas;
- VII. promover a identificação e sintonia com os demais cursos da Instituição;
- VIII. julgar solicitações de afastamento de docentes do Curso, nos casos de participação em eventos científicos e atividades acadêmicas, e encaminhamento para autorização da Direção Geral;
- IX. analisar e aprovar os planos de ensino das disciplinas profissionalizantes do Curso, propondo alterações quando necessárias;
- X. fixar normas para a coordenação interdisciplinar e promoção da integração horizontal e vertical do Curso, visando garantir sua qualidade didático-pedagógica.

O Colegiado deve manter interlocução permanente com os Conselhos Superiores da FAI, por meio da Coordenação de Curso e da Coordenação Acadêmica, assegurando que as decisões tomadas sejam integradas ao planejamento institucional. O colegiado participa ativamente das políticas de formação docente, gestão acadêmica e avaliação institucional, garantindo que os resultados das

avaliações internas e externas sejam utilizados como subsídio para a melhoria contínua do curso.

O planejamento de atuação do Colegiado prevê:

- Revisão contínua dos currículos, ementas, programas e planos de ensino;
- Atualização constante das bibliografias e dos referenciais teóricos;
- Realização de reuniões periódicas com o NDE para alinhar os objetivos formativos às competências e habilidades previstas no PPC;
- Avaliação periódica da infraestrutura física e tecnológica de apoio ao curso;
- Implementação de processos sistemáticos de autoavaliação docente e discente, em consonância com o SINAES.

Na definição dos conteúdos, o Colegiado e o NDE consideram os seguintes referenciais:

- Socioantropológico: voltado à compreensão das relações sociais e jurídicas no contexto regional e nacional;
- Psicológico: voltado ao desenvolvimento cognitivo e ético do discente;
- Epistemológico: voltado às bases teóricas e metodológicas do conhecimento jurídico.

Os conteúdos são selecionados de forma a articular formação geral, humanística e profissional, integrando a teoria à prática e favorecendo a compreensão crítica do fenômeno jurídico e social.

Para garantir a qualidade do ensino jurídico e atender às diretrizes legais, o Colegiado adota um conjunto de ações permanentes, tais como:

- Revisão contínua dos currículos e das metodologias de ensino;
- Atualização das bibliografias e incorporação de novas tecnologias de aprendizagem;
- Aperfeiçoamento docente e incentivo à produção científica;
- Revisão constante do PPC, alinhada às políticas institucionais e às exigências do MEC;
- Análise dos resultados de avaliação institucional e dos indicadores de desempenho do curso.

Ao elaborar seus planos de disciplina e de aula, os docentes observam as diretrizes expressas no PDI, PPI e PPC, garantindo aderência às exigências legais e institucionais. O acompanhamento do trabalho pedagógico é realizado pelo Coordenador do Curso, em conjunto com a Diretoria Acadêmica, assegurando a coerência didático-pedagógica e a unidade formativa em torno do perfil do egresso.

3.8. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

A Faculdade Itapuranga – FAI, por meio do Curso de Bacharelado em Direito, reconhece a pesquisa como um dos pilares essenciais do processo formativo, articulada ao ensino e à extensão, e voltada à formação crítica, investigativa e ética do futuro profissional do Direito. A pesquisa jurídica, no contexto institucional, é compreendida como instrumento de reflexão, transformação social e promoção da justiça, permitindo ao discente o desenvolvimento de competências analíticas e argumentativas que o habilitam à produção autônoma do conhecimento.

Com o objetivo de institucionalizar e ampliar as práticas investigativas, a FAI implantará o Núcleo de Pesquisa Jurídica (NPJUR), responsável por planejar, coordenar e acompanhar as atividades de iniciação científica e de produção acadêmica no âmbito do curso. O NPJUR atuará de forma integrada com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o Colegiado do Curso, estimulando a criação de linhas de pesquisa vinculadas aos eixos de formação do curso e aos temas emergentes do campo jurídico e social regional.

O projeto de pesquisa e produção científica da FAI tem como propósitos:

- I. Estimular a iniciação científica e o desenvolvimento da competência investigativa nos discentes;
- II. Incentivar a produção docente e discente, promovendo o diálogo entre teoria e prática;
- III. Fortalecer a produção acadêmica institucional, consolidando uma cultura de pesquisa no âmbito da graduação;
- IV. Promover a integração entre graduação e pós-graduação, favorecendo a continuidade da formação acadêmica dos egressos;
- V. Estabelecer parcerias com órgãos públicos, escritórios, associações e instituições de pesquisa, visando à aplicação prática dos resultados das investigações.

O Núcleo de Ensino e Iniciação Científica (NEIC) será o principal instrumento de fomento à pesquisa, destinado a alunos regularmente matriculados no curso, selecionados por mérito acadêmico e potencial investigativo. O programa prevê:

- Bolsas de iniciação científica a discentes participantes de projetos aprovados;
- Carga horária de pesquisa aos docentes envolvidos, seja como coordenadores ou orientadores;
- Acompanhamento técnico-científico por um Comitê de Orientação e Avaliação, composto por docentes mestres e doutores;
- Divulgação de editais anuais para seleção de projetos e publicização dos resultados.

O Núcleo de Pesquisa Jurídica também será responsável pela divulgação e estímulo à participação em eventos científicos, congressos, seminários e periódicos especializados, ampliando o alcance da produção acadêmica institucional. Os resultados das pesquisas desenvolvidas serão apresentados em mostras científicas, semanas acadêmicas e publicações eletrônicas próprias da FAI, promovendo o protagonismo discente e a visibilidade da produção jurídica local.

Em relação à Instituição, o fortalecimento da pesquisa no Curso de Direito objetiva:

- I. Sistematizar e institucionalizar a pesquisa de iniciação científica no âmbito da Faculdade e dos cursos superiores;
- II. Propiciar condições materiais e acadêmicas para o desenvolvimento de projetos investigativos;
- III. Adotar uma postura institucional proativa na construção do conhecimento jurídico e social;
- IV. Promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão, assegurando que os resultados das investigações retroalimentem o processo formativo;
- V. Qualificar os melhores alunos, estimulando sua inserção em programas de pós-graduação e grupos de pesquisa de referência.

Dessa forma, o Curso de Direito da FAI consolida sua vocação acadêmica e social, estimulando o pensamento crítico, a pesquisa aplicada e a produção de conhecimento comprometida com a justiça, a ética e o desenvolvimento regional.

4. INFRAESTRUTURA

A Faculdade Itapuranga – FAI dispõe de infraestrutura física plenamente adequada ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica do Curso de Bacharelado em Direito, garantindo conforto, segurança e acessibilidade em seus espaços. Todas as instalações foram projetadas de modo a favorecer o processo de ensino-aprendizagem, a convivência e a formação integral do discente.

A estrutura física foi planejada de forma racional e funcional, otimizando o uso dos espaços e assegurando condições ideais de ventilação, iluminação, conforto térmico, acústico e ergonômico. As salas de aula são amplas, climatizadas e equipadas com recursos audiovisuais multimídia, projetores, lousas brancas e mobiliário adequado às atividades acadêmicas, permitindo o uso de metodologias ativas e de recursos tecnológicos durante as aulas.

A sede da Instituição conta com 13 salas de aula, distribuídas em uma área total de 1.477,47 m², além de ambientes administrativos, laboratórios, biblioteca, auditório, áreas de convivência e centro de apoio acadêmico. O conjunto físico é composto por espaços destinados às atividades pedagógicas, administrativas, de pesquisa, extensão, cultura e lazer, promovendo uma vivência acadêmica dinâmica e integrada.

O Curso de Direito dispõe de ambientes específicos que asseguram a qualidade da formação jurídica, entre os quais:

- I. Sala do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ): ambiente destinado às atividades práticas de simulação de atendimento jurídico, elaboração de peças processuais e realização de audiências simuladas;
- II. Mini auditório: utilizado para palestras, júris simulados, seminários, defesas de trabalhos e eventos acadêmicos;
- III. Laboratório de Informática: equipado com computadores e acesso à internet;
- IV. Biblioteca Física e Biblioteca Virtual: com acervo físico e digital atualizado, composto por obras clássicas e contemporâneas do Direito, legislação, doutrina, periódicos e base de dados jurídicas;
- V. Sala dos professores: equipada para estudo, planejamento e atendimento discente;

- VI. Sala da coordenação e secretaria acadêmica: estruturadas para o suporte administrativo e pedagógico aos cursos;
- VII. Espaços de convivência e alimentação: projetados para integração e socialização da comunidade acadêmica.

A acessibilidade e a inclusão são princípios estruturantes da FAI. As instalações contemplam todos os requisitos legais e normativos, garantindo o acesso universal a todos os ambientes, por meio de:

- Elevador sonorizado e com botoeiras em braile;
- Pisos táteis direcionais e de alerta;
- Rampas e corredores sem barreiras arquitetônicas;
- Vagas de estacionamento reservadas para pessoas com deficiência;
- Portas e banheiros adaptados, com barras de apoio em altura acessível;
- Boxes especiais para cadeirantes e sinalização inclusiva.

Além disso, a instituição mantém um plano contínuo de manutenção e expansão predial e tecnológica, assegurando a atualização dos equipamentos e a adequação dos ambientes às normas de segurança e acessibilidade. O sistema elétrico e de internet é dimensionado para o uso simultâneo de recursos digitais, e a conectividade por Wi-Fi está disponível em todos os espaços, permitindo o acesso ao ambiente virtual de aprendizagem e às plataformas acadêmicas.

A infraestrutura da FAI, portanto, garante plenas condições para a execução do Projeto Pedagógico do Curso de Direito, proporcionando um ambiente moderno, inclusivo e funcional, em conformidade com os parâmetros de qualidade exigidos pelo Ministério da Educação.

4.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

A FAI disponibiliza instalações adequadas e exclusivas para o trabalho dos docentes em regime de tempo integral, assegurando condições plenas para o desenvolvimento das atividades de planejamento, orientação discente, pesquisa, extensão e atividades administrativas vinculadas ao curso.

O espaço destinado aos docentes é composto por sala exclusiva de uso institucional, com área adequada ao número de professores em tempo integral e às

demandas do Curso de Bacharelado em Direito, proporcionando ambiente confortável, acessível, climatizado e funcional. O local é devidamente equipado com mobiliário ergonômico (mesas, cadeiras e armários individuais), computadores conectados à rede institucional e à internet de alta velocidade, impressora compartilhada e acesso aos sistemas acadêmico-administrativos.

Esses ambientes garantem privacidade para o atendimento individual e coletivo aos discentes e orientandos, além de viabilizar reuniões docentes, planejamento didático-pedagógico, acompanhamento de estágios, orientação de TCC e atividades de pesquisa. O espaço ainda é utilizado para o desenvolvimento de materiais didáticos, alimentação do ambiente virtual de aprendizagem (AVA) e participação em capacitações internas promovidas pela instituição.

A infraestrutura física e tecnológica da sala docente é periodicamente avaliada e atualizada conforme plano de manutenção institucional, em consonância com as políticas de valorização docente, formação continuada e qualidade do ensino, descritas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

Dessa forma, o ambiente assegura condições ideais para o exercício pleno da docência e da gestão acadêmica, promovendo integração entre professores, coordenação e discentes.

4.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

A FAI disponibiliza à Coordenação do Curso de Bacharelado em Direito um ambiente exclusivo, adequado e plenamente equipado, que assegura condições ideais para o desenvolvimento das atividades de gestão acadêmico-administrativa, de acompanhamento docente e discente, e para a articulação com os demais setores institucionais.

O espaço de trabalho da coordenação possui aproximadamente 10 m², ambiente climatizado, de fácil acesso e com isolamento acústico, o que garante privacidade e conforto durante os atendimentos individuais a alunos, professores e demais membros da comunidade acadêmica. O local é equipado com mobiliário ergonômico (mesa, cadeiras, armário e arquivo), computador com acesso à internet de alta velocidade, programas institucionais e recursos de TIC, além de ramal telefônico e demais itens de apoio administrativo.

A infraestrutura do espaço possibilita a realização eficiente de reuniões de coordenação, supervisão pedagógica, análise de planos de ensino, acompanhamento docente, atendimento discente e planejamento de atividades acadêmicas, em conformidade com as políticas de ensino e gestão definidas no PDI e no PPI da instituição.

Além disso, a localização do ambiente favorece a integração entre coordenação, corpo docente, secretaria acadêmica e direção, otimizando a comunicação e a tramitação dos processos internos. O espaço conta ainda com iluminação adequada, climatização e ventilação natural, garantindo condições ergonômicas e de conforto ambiental.

A manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e do mobiliário é realizada de forma sistemática, conforme plano institucional de manutenção e infraestrutura. Dessa forma, o espaço de coordenação atende integralmente aos padrões de qualidade, assegurando condições plenas para o exercício das atividades de gestão, acompanhamento acadêmico e atendimento à comunidade universitária.

4.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

A sala de professores da FAI é ampla, funcional e adequadamente equipada, garantindo condições ideais para o desenvolvimento das atividades docentes, o planejamento pedagógico, o descanso e a integração entre os membros do corpo docente. O espaço constitui-se como um ambiente de convivência e de trabalho coletivo, essencial à articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Com aproximadamente 50 m², o ambiente atende plenamente ao quantitativo de docentes da instituição, apresentando mobiliário ergonômico e diversificado, composto por mesas coletivas com cadeiras, armários individuais para guarda de materiais e equipamentos, sofás para descanso, além de pia, geladeira e forno micro-ondas, que proporcionam conforto e bem-estar aos professores durante os intervalos das atividades acadêmicas.

A sala é equipada com três computadores conectados à rede institucional e à internet de alta velocidade, além de cobertura Wi-Fi em todo o espaço, permitindo o uso eficiente das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) para o planejamento de aulas, elaboração de materiais didáticos e atualização acadêmica.

O ambiente dispõe ainda de apoio técnico-administrativo, responsável pelo controle e empréstimo de equipamentos audiovisuais (Datashow, microfones e outros recursos multimídia), além de armários organizacionais destinados à guarda e manutenção desses materiais.

Localizada em área de fácil acesso e próxima às salas de aula, a sala de professores favorece a circulação e a comunicação entre docentes e coordenação. O ambiente é climatizado, bem iluminado, acessível e devidamente sinalizado, contando com banheiros privativos (masculino e feminino) e adequações estruturais de acessibilidade arquitetônica e comunicacional, em conformidade com as normas da ABNT NBR 9050.

A instituição realiza manutenções preventivas e corretivas periódicas no espaço e em seus equipamentos, assegurando a conservação, funcionalidade e segurança do ambiente.

Dessa forma, a Sala de Professores da FAI atende integralmente aos critérios de excelência, garantindo condições adequadas de trabalho, convivência e apoio pedagógico para o corpo docente, fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem e a cultura de integração institucional.

4.4 SALAS DE AULA

As salas de aula da FAI atendem plenamente às necessidades institucionais e pedagógicas do Curso de Bacharelado em Direito, oferecendo condições físicas, tecnológicas e ambientais de excelência para o desenvolvimento das atividades acadêmicas.

A instituição dispõe de 13 salas de aula amplas, bem distribuídas em dois pavimentos, com espaços projetados para garantir conforto, acessibilidade e flexibilidade de uso, possibilitando distintas configurações pedagógicas, individuais, em grupos ou seminários, conforme as metodologias de ensino adotadas.

Cada sala é equipada com mobiliário ergonômico, composto por carteiras estofadas, mesas para docentes, quadro branco e sistema de climatização (ar-condicionado), assegurando conforto térmico e acústico. Todas as salas contam com iluminação natural e artificial adequada (lâmpadas LED), ventilação eficiente, acessibilidade física, e isolamento acústico parcial, proporcionando ambiente apropriado ao aprendizado e à concentração dos discentes.

As salas são integradas à rede institucional de internet sem fio (Wi-Fi) e contam com infraestrutura elétrica e lógica preparada para o uso de recursos multimídia, como data show, notebook, caixas de som e sistemas de projeção digital. Tais recursos favorecem a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizagem, estimulando práticas pedagógicas inovadoras e colaborativas.

A manutenção preventiva e corretiva das salas é realizada de forma sistemática, conforme plano institucional de infraestrutura, garantindo a conservação do mobiliário, a higienização dos espaços e a atualização tecnológica dos equipamentos. Além disso, todas as salas possuem sinalização acessível, rotas de fuga devidamente indicadas, extintores revisados e atendimento aos parâmetros da ABNT NBR 9050, assegurando condições de acessibilidade e segurança a toda comunidade acadêmica.

Dessa forma, as salas de aula da FAI atendem integralmente aos critérios de qualidade, proporcionando um ambiente confortável, seguro, acessível e tecnologicamente atualizado, que estimula a aprendizagem ativa e o protagonismo discente, consolidando a excelência acadêmica e o compromisso institucional com a formação jurídica de qualidade.

4.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Os Laboratórios de Informática da FAI atendem integralmente às necessidades institucionais e às demandas do Curso de Bacharelado em Direito, oferecendo condições físicas, tecnológicas e ambientais adequadas para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, científicas e administrativas.

A instituição dispõe de laboratório equipado com 20 computadores de última geração, com hardware e software atualizados, desempenho estável e compatível com os sistemas institucionais e os recursos tecnológicos utilizados nas disciplinas do curso. Todos os equipamentos possuem acesso direto e contínuo à internet banda larga, assegurando alta velocidade, estabilidade de conexão e suporte a múltiplos usuários simultâneos.

O ambiente é projetado com conforto térmico e luminoso, climatização adequada e iluminação LED, garantindo ergonomia e bem-estar aos usuários. Os computadores estão organizados em estações de trabalho individuais, com cadeiras

ergonômicas e mesas amplas, respeitando as normas de acessibilidade e de segurança.

Além disso, o laboratório conta com infraestrutura de rede sem fio (Wi-Fi) disponível em todo o campus, possibilitando que docentes e discentes utilizem notebooks e dispositivos móveis para fins acadêmicos, ampliando as experiências de aprendizagem mediadas por tecnologia.

O espaço é utilizado tanto para atividades curriculares (pesquisas, trabalhos acadêmicos e aulas práticas que utilizam ferramentas digitais informatizadas aplicadas ao Direito) quanto para atividades extracurriculares, como oficinas, capacitações e projetos de extensão. A instituição assegura apoio técnico permanente, com equipe responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, bem como pela atualização periódica dos softwares instalados.

O laboratório é ainda avaliado periodicamente quanto à sua adequação, qualidade e pertinência, garantindo a atualização tecnológica contínua e a compatibilidade com as demandas pedagógicas do curso. O espaço dispõe de acessibilidade física e comunicacional, sinalização adequada e condições seguras de uso, em conformidade com as normas da ABNT NBR 9050.

Dessa forma, o Laboratórios de Informática da FAI apresenta-se como ambiente plenamente adequado, moderno e integrado às práticas pedagógicas do curso, favorecendo o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) como ferramentas de ensino-aprendizagem, pesquisa e gestão acadêmica, em alinhamento com os mais altos padrões de qualidade.

4.6 BIBLIOTECA

A Biblioteca da FAI localiza-se no térreo da instituição, em área de fácil acesso e circulação, com infraestrutura moderna, climatizada e ergonomicamente planejada, totalizando 90m². O espaço foi projetado para garantir conforto, acessibilidade, funcionalidade e integração entre os usuários e os serviços disponíveis, em consonância com os parâmetros de qualidade estabelecidos pelo MEC.

O ambiente é amplo, arejado e bem iluminado, dispondo de mobiliário moderno e confortável, incluindo seis mesas coletivas com trinta cadeiras para estudo em grupo e estações individuais destinadas à leitura, pesquisa e orientação

acadêmica. Há ainda um espaço técnico reservado para o processamento e organização do acervo, conforme os princípios da Biblioteconomia.

A Biblioteca conta com três computadores conectados à internet para consulta ao catálogo, acervo digital e acesso à biblioteca virtual. O sistema informatizado Cerbrum gerencia todos os serviços de empréstimo, devolução, reservas e consultas, garantindo agilidade e rastreabilidade das informações. O atendimento é supervisionado por profissional bibliotecário devidamente registrado no Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB), assegurando a conformidade técnica das operações e a atualização constante dos processos de gestão.

O acervo é de livre acesso (semiaberto) e abrange livros, periódicos, obras de referência, legislações comentadas, revistas científicas, e materiais digitais voltados às áreas de Direito, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A Biblioteca Virtual – Minha Biblioteca – complementa o acervo físico, oferecendo acesso remoto 24 horas a milhares de títulos atualizados, ampliando significativamente a capacidade de pesquisa e estudo do corpo discente e docente.

O regulamento de uso define regras claras e democráticas para o empréstimo e a reserva de materiais:

- Acadêmicos: até 3 obras por 7 dias;
- Docentes: até 7 obras por 15 dias;
- Técnico-administrativos: até 3 obras por 7 dias.

As reservas são controladas de forma automatizada, com prioridade cronológica e prazo de retirada de 24 horas. Obras de referência (dicionários, enciclopédias, atlas, códigos comentados etc.) permanecem disponíveis exclusivamente para consulta local.

A Biblioteca da FAI é inclusiva e acessível, dispondo de balcão adaptado para atendimento de pessoas em cadeira de rodas, piso tátil direcional, espaços de circulação ampla, computador exclusivo com recursos de acessibilidade, sinalização em braile e sanitários adaptados nas proximidades.

O horário de funcionamento estendido (segunda a sexta-feira, das 8h às 22h, e aos sábados, das 7h30 às 12h) atende de forma ampla a comunidade acadêmica, permitindo o uso intensivo dos recursos e serviços, além de atendimento à comunidade externa, fortalecendo a função social da Instituição.

São realizados procedimentos de manutenção preventiva, avaliação periódica da atualização e adequação do acervo e controle estatístico de uso, o que assegura

gestão contínua da qualidade dos serviços e alinhamento ao perfil dos cursos ofertados, em especial o de Direito.

Dessa forma, a Biblioteca da FAI atende plenamente aos critérios de excelência, destacando-se como ambiente pedagógico moderno, acessível e tecnologicamente integrado, essencial ao desenvolvimento da pesquisa, da prática jurídica e da formação crítica e cidadã do acadêmico.

4.6.1 Serviços e Acervo

A Biblioteca da Faculdade Itapuranga – FAI possui acervo atualizado, organizado e gerido segundo os princípios técnicos da Biblioteconomia e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) e as demandas pedagógicas dos cursos de graduação, em especial o Curso de Bacharelado em Direito.

A organização do acervo segue rigorosamente o Sistema de Classificação Decimal Universal (CDU), o código de catalogação AACR2 e a tabela de Cutter, assegurando padronização internacional e precisão na recuperação da informação. O acervo físico está distribuído em estantes padronizadas e sinalizadas, de livre acesso à comunidade acadêmica, promovendo autonomia e integração entre discentes, docentes e pesquisadores.

Atualmente, a biblioteca conta com 2.361 títulos, totalizando 7.076 exemplares, abrangendo bibliografias básica, complementar e de referência das disciplinas curriculares do curso. O acervo contempla obras clássicas e contemporâneas das principais áreas do conhecimento jurídico, como Direito Constitucional, Civil, Penal, Administrativo, Trabalhista, Empresarial, Ambiental e Processual, além de periódicos especializados, revistas científicas e legislação atualizada.

A política de atualização do acervo é contínua e sistemática, orientada pelos colegiados de curso e pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), com base na análise dos planos de ensino, novas edições de obras de referência e demandas apontadas nos processos de avaliação interna e externa. O processo de aquisição é planejado para garantir reposição e atualização periódica das obras, assegurando número suficiente de exemplares para atender à demanda discente, conforme os critérios de proporcionalidade estabelecidos pelo MEC.

Os serviços prestados pela biblioteca incluem:

- Empréstimos domiciliares, consultas locais e reservas automatizadas;
- Acesso a catálogos online e à Biblioteca Virtual Universitária (BVU);
- Atendimento orientado por profissional bibliotecário;
- Apoio à normalização de trabalhos acadêmicos conforme normas da ABNT;
- Orientação sobre estratégias de pesquisa e uso ético da informação;
- Ações de incentivo à leitura, oficinas de pesquisa e capacitação de usuários.

4.6.2 Política de Renovação e Atualização do Acervo

A FAI adota uma Política de Renovação e Atualização do Acervo sistematizada, contínua e alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's), às demandas pedagógicas dos cursos de graduação e aos parâmetros de qualidade definidos pelo Ministério da Educação. Essa política visa garantir que o acervo físico e virtual da biblioteca permaneça constantemente atualizado, coerente com as necessidades de ensino, pesquisa e extensão.

A aquisição de novas obras é realizada a partir da indicação dos docentes nos planos de ensino, que devem incluir, no mínimo, três títulos como bibliografia básica e três como bibliografia complementar por componente curricular. As indicações são analisadas e validadas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e pela Coordenação de Curso, assegurando correspondência entre o acervo e os objetivos formativos das disciplinas, a relevância científica das obras e a adequação às metodologias de ensino.

O processo de aquisição, substituição e descarte é conduzido de forma planejada e documentada, com registros arquivados na biblioteca e no setor administrativo. A atualização bibliográfica é contínua e prioriza:

- A substituição de edições desatualizadas por novas versões;
- A aquisição de títulos complementares que ampliem a abordagem interdisciplinar das disciplinas;
- O incremento de materiais digitais, incluindo e-books, periódicos científicos e bases de dados jurídicas.

As solicitações de novas aquisições podem ser originadas pelos docentes, coordenações de curso, NDE, direção acadêmica e equipe da biblioteca, mediante formulários específicos e parecer técnico que consideram a relevância do material, sua atualidade e pertinência pedagógica.

Todo o acervo físico é tombado pelo setor de patrimônio, catalogado e classificado de acordo com o Sistema de Classificação Decimal Universal (CDU), o AACR2 e a Tabela Cutter, obedecendo às normas de catalogação da Biblioteconomia. Já o acervo digital é gerenciado por meio da Biblioteca Virtual Universitária (BVU), com controle técnico e relatórios periódicos de acesso e uso.

A avaliação da adequação e atualização do acervo é realizada anualmente, em conjunto com o NDE e a Coordenação de Curso, que elaboram relatórios de análise quantitativa e qualitativa para subsidiar o planejamento orçamentário da instituição e o plano de investimentos em acervo.

Essa política assegura que o acervo da FAI, físico e digital, esteja sempre atualizado, diversificado e coerente com os conteúdos curriculares e científicos, consolidando o compromisso institucional com a qualidade acadêmica e com a formação crítica e profissional de seus discentes.

4.6.3 Consulta do Acervo

A Biblioteca da FAI dispõe de um acervo amplo, atualizado e diversificado, que atende às necessidades de ensino, pesquisa e extensão de toda a comunidade acadêmica. O acervo é de livre acesso e contempla diferentes tipos de materiais informacionais, garantindo múltiplas possibilidades de consulta e aprendizado.

Entre os principais tipos de materiais disponíveis destacam-se:

- Obras de referência (dicionários, enciclopédias, almanaques, censos, estatísticas, manuais e atlas);
- Livros da bibliografia básica e complementar de todos os cursos de graduação;
- Periódicos científicos e técnicos, revistas especializadas, jornais e anuários;
- Publicações institucionais editadas pela própria FAI;
- Materiais multimídia (CD-ROMs, DVDs, vídeos educativos e recursos digitais);

- Outras publicações de interesse acadêmico e cultural.

A política de organização e disponibilização do acervo privilegia as áreas do conhecimento relativas aos cursos em funcionamento, em especial o Curso de Bacharelado em Direito, que dispõe de vasto repertório bibliográfico atualizado, abrangendo as principais áreas jurídicas e suas respectivas legislações, doutrinas e jurisprudências.

O perfil de formação do acervo é definido com base em estudos da demanda informacional e do perfil dos usuários, considerando a matriz curricular, o número de discentes, a quantidade de docentes e a frequência de uso por disciplina. O processo de seleção de novas aquisições considera:

- Catálogos de editoras e livrarias especializadas;
- Guias de literatura científica e jurídica;
- Catálogos e boletins de outras bibliotecas;
- Sugestões de docentes, discentes e coordenações de curso;
- Feiras e exposições literárias;
- Consultas a redes eletrônicas de informação e bases de dados digitais.

A proporção exemplar/aluno segue os parâmetros de qualidade do MEC, garantindo o mínimo de um exemplar para cada dez alunos nas bibliografias básicas e a duplicação de títulos conforme demanda comprovada. A coleção de periódicos impressos e digitais é mantida em constante atualização, assegurando acesso a fontes científicas contemporâneas.

A FAI mantém uma política ativa de doações e permutas, estabelecendo parcerias com editoras, universidades, centros de pesquisa e órgãos públicos, além de receber doações espontâneas da comunidade. Todo material doado passa por triagem técnica, considerando relevância, atualidade e adequação pedagógica.

A política de descarte é parte integrante da gestão do acervo e é executada a cada dois anos, sob a supervisão da bibliotecária responsável e da Direção Acadêmica. São removidos materiais obsoletos, danificados ou sem relevância acadêmica, observando-se critérios como:

- Inadequação do conteúdo ao perfil dos cursos;
- Obsolescência científica;
- Danos físicos irreversíveis;
- Desuso comprovado;
- Idioma inacessível à comunidade usuária.

O processo de gestão e consulta do acervo é totalmente informatizado. A biblioteca utiliza o software Cerbrum, que permite o registro, catalogação, empréstimo, renovação e controle de circulação de obras, além da emissão de relatórios estatísticos e inventários automáticos.

Os usuários contam com terminais de consulta presencial e acesso remoto via Internet, que permitem verificar a disponibilidade de exemplares, efetuar reservas e acompanhar prazos de empréstimo. Complementarmente, o acesso à Biblioteca Virtual garante a ampliação da pesquisa, permitindo a consulta de milhares de títulos digitais atualizados, disponíveis 24 horas por dia.

Assim, a política de consulta e gestão do acervo da FAI assegura acesso equitativo, informatizado e permanentemente atualizado, em conformidade com os padrões de excelência exigidos pelo MEC, promovendo o fortalecimento das práticas de pesquisa, ensino e aprendizagem no ambiente acadêmico.

4.6.4 Biblioteca Virtual

A Biblioteca Virtual da Faculdade Itapuranga – FAI é operacionalizada por meio da plataforma Minha Biblioteca (MB), serviço digital de streaming de e-books e conteúdos acadêmicos, que complementa e amplia o acervo físico da instituição. A MB permite acesso remoto, imediato e simultâneo a obras de diversas áreas do conhecimento, inclusive da área jurídica, favorecendo a flexibilidade e democratização da leitura e da pesquisa.

A plataforma Minha Biblioteca dispõe de um acervo com milhares de títulos acadêmicos. A MB possui curadoria mensal, com inclusão constante de edições novas e lançamentos, bem como exclusividade de alguns títulos. No catálogo da MB há um catálogo específico de Direito, que reúne obras técnicas, doutrinárias e jurídicas de autores renomados, cobrindo as disciplinas basilares e especializadas do curso. O “Clube Minha Biblioteca” apresenta um catálogo de mais de 2.700 títulos de referência para Direito.

A MB oferece um conjunto robusto de recursos que favorecem a leitura, a acessibilidade e a interatividade acadêmica:

- Pesquisa inteligente via IA, com busca por título, autor ou ISBN, que agiliza a localização das obras.

- Leitura em voz alta, possibilitando acessibilidade para discentes com deficiência visual ou para quem prefere escutar o conteúdo.
- Ajustes de layout, fontes e cores, favorecendo legibilidade, inclusive para usuários com baixa visão ou dislexia.
- Anotações, realces, marcadores e notas, com sincronização e exportação, integrando o uso individual ao ambiente digital.
- Modo off-line: permite ao usuário baixar obras para leitura sem conexão com a internet, mediante autorização institucional.
- Integração institucional: a plataforma permite cadastro em lote de usuários, integração via API com sistemas de biblioteca e com o sistema acadêmico da IES, e integração de metadados via padrões como MARC21.
- Acesso via múltiplos dispositivos (computador, tablet, celular), com sincronização de progresso entre plataformas.

Para o Curso de Direito, a MB representa um recurso essencial para suprir a demanda de acesso a obras jurídicas modernas e diversificadas, sem depender exclusivamente do acervo físico. Algumas vantagens específicas:

- I. Disponibilidade simultânea ilimitada de exemplares, evitando filas ou falta de disponibilidade de obras recomendadas.
- II. Atualização periódica de títulos, incluindo novas edições e lançamentos, mantendo o acervo em sintonia com a evolução normativa e doutrinária.
- III. Bibliografia digital “*on demand*”, que pode ser incorporada aos planos de ensino de cada disciplina, flexibilizando a didática docente.
- IV. Redução de custos com reposição física e logística de impressos, bem como menor ocupação de espaço físico.
- V. Apoio à prática jurídica moderna, possibilitando consultas rápidas a doutrina, códigos, jurisprudência comentada inseridos nos e-books jurídicos da MB.
- VI. Integração com pesquisa e leitura fora da sala de aula, estimulando autonomia e o estudo assíncrono, bem como o uso nos momentos em que o aluno não está presente na IES.

Todos os serviços oferecidos pela biblioteca virtual estão devidamente informatizados para fornecer e recuperar informações de maneira rápida e precisa a

seus usuários. A atualização do acervo da bibliografia do curso é feita de acordo com a necessidade e definidas nas reuniões de colegiado, sendo repassadas ao setor responsável da instituição. O acervo também será ampliado e atualizado mediante disponibilização de recurso orçamentário, conforme previsão de investimentos, além de doações de materiais.

4.6.5 Bibliografia Básica por Unidade Curricular (UC)

A bibliografia básica do Curso de Bacharelado em Direito da FAI é definida pelo Colegiado de Curso e referendada pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito (Resolução CNE/CES nº 5/2018). Essa definição assegura a coerência entre os conteúdos programáticos e as referências teóricas e normativas que sustentam a formação jurídica e o desenvolvimento das competências profissionais do egresso.

Cada unidade curricular (UC) dispõe de no mínimo três obras de referência, selecionadas entre autores clássicos e contemporâneos, com o propósito de proporcionar ao discente uma sólida base teórico-prática, favorecendo o domínio dos fundamentos do Direito, o desenvolvimento do raciocínio jurídico, a argumentação, a interpretação e a aplicação das normas jurídicas.

As obras indicadas contemplam a pluralidade das correntes doutrinárias, a atualização legislativa e a jurisprudência recente, assegurando que o estudante tenha contato com referenciais consistentes e críticos do pensamento jurídico nacional e internacional.

A atualização da bibliografia básica é realizada de forma sistemática e periódica, mediante análise conduzida pelo NDE, que elabora relatórios de adequação e compatibilidade entre as bibliografias indicadas e o acervo disponível, físico e virtual, considerando o número de vagas autorizadas, o número de exemplares por título e as condições de acesso ininterrupto a todos os discentes. Esses relatórios garantem a aderência do acervo às exigências do MEC e às demandas formativas do curso, comprovando a proporção mínima de um exemplar para cada dez alunos nas obras básicas.

O acervo físico encontra-se devidamente tombado, catalogado e informatizado, segundo os padrões biblioteconômicos (CDU, Cutter e AACR2),

assegurando sua rastreabilidade e integridade. Já o acervo virtual é disponibilizado por meio da plataforma Minha Biblioteca, que oferece acesso remoto e simultâneo a milhares de títulos acadêmicos, incluindo mais de 2.700 obras jurídicas, entre manuais, doutrinas, legislações comentadas e tratados fundamentais do Direito Civil, Penal, Constitucional, Administrativo, Processual, Empresarial e outras áreas afins.

A Minha Biblioteca complementa o acervo físico e garante acesso 24 horas por dia, 7 dias por semana, permitindo leitura em diversos dispositivos (computador, tablet e smartphone), com funcionalidades de leitura em voz alta, anotações, marcações, pesquisa inteligente e modo off-line, o que promove a acessibilidade, inclusão e autonomia no processo de aprendizagem jurídica. O contrato institucional com a plataforma assegura o acesso contínuo e ilimitado aos usuários, com suporte técnico e garantia de atualização das obras jurídicas em tempo real.

A infraestrutura física da FAI disponibiliza estações informatizadas com internet de alta velocidade, além de ambientes de estudo adequados para o uso da biblioteca digital, garantindo acesso equitativo, acessibilidade universal e conforto acadêmico para docentes e discentes.

O acervo da bibliografia básica é plenamente adequado, atualizado e compatível com as unidades curriculares e os conteúdos descritos nos planos de ensino. Está respaldado por relatórios institucionais assinados pela coordenação e pelo NDE, que comprovam sua coerência com o PPC e as demandas pedagógicas do curso. A gestão do acervo inclui um plano de contingência, que prevê reposição imediata de obras em caso de extravio ou desatualização, e um sistema de monitoramento estatístico de uso, utilizado para orientar novas aquisições e atualizações periódicas.

Complementarmente, a biblioteca mantém assinaturas de periódicos jurídicos impressos e digitais, que ampliam o repertório de pesquisa e análise crítica dos estudantes, favorecendo o acompanhamento das transformações sociais e normativas e o fortalecimento da cultura de produção científica no campo jurídico.

Dessa forma, a bibliografia básica do Curso de Direito da FAI garante acesso permanente, diversidade de fontes, atualização contínua e aderência ao perfil do egresso, constituindo-se como um dos pilares da excelência acadêmica e da formação jurídica humanista e crítica proposta pela Instituição.

4.6.6 Bibliografia Complementar por Unidade Curricular (UC)

A bibliografia complementar do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Itapuranga – FAI é definida pelo Colegiado de Curso e referendada pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito (Resolução CNE/CES nº 5/2018).

Essa bibliografia tem por finalidade ampliar e aprofundar os estudos iniciados na bibliografia básica, possibilitando a exploração de diferentes correntes doutrinárias, abordagens críticas e interpretações contemporâneas do fenômeno jurídico, em seus aspectos teóricos, práticos, filosóficos e interdisciplinares.

Cada unidade curricular (UC) conta com, no mínimo, cinco obras complementares, que abrangem textos clássicos e atuais, permitindo ao discente uma leitura ampliada sobre temas centrais e emergentes do Direito. As referências contemplam a pluralidade de pensamentos e autores, incentivando a análise comparada, a reflexão crítica e a construção autônoma do conhecimento jurídico.

A atualização da bibliografia complementar é realizada de maneira sistemática e periódica, seguindo o mesmo processo aplicado à bibliografia básica. O NDE elabora relatórios de adequação que atestam a compatibilidade entre as obras indicadas, as unidades curriculares e o acervo disponível, físico e virtual, observando a proporção de exemplares por número de alunos, a atualidade das edições e a relevância científica e profissional das obras.

O acervo físico encontra-se devidamente tombado, catalogado e informatizado, garantindo organização, rastreabilidade e acesso facilitado. Já o acervo digital é mantido por meio da plataforma Minha Biblioteca, que disponibiliza mais de 15.000 títulos acadêmicos, incluindo um amplo catálogo de obras jurídicas, entre tratados, coletâneas, manuais, compilações legislativas comentadas e estudos de caso, assegurando acesso ininterrupto, simultâneo e multiplataforma a todos os discentes e docentes do curso.

Os títulos digitais contam com recursos de acessibilidade (leitura em voz alta, contraste ajustável, marcadores e anotações digitais), o que garante igualdade de acesso e inclusão. A infraestrutura da FAI oferece estações de consulta e rede Wi-Fi institucional, permitindo o uso pleno da biblioteca virtual também nas dependências físicas da instituição.

O acervo da bibliografia complementar é plenamente adequado e atualizado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC. Está respaldado por relatórios institucionais assinados pelo NDE e pela Coordenação do Curso, que certificam a compatibilidade entre o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares disponíveis. Além disso, há plano de contingência ativo que assegura a reposição imediata de obras, bem como a revisão periódica da demanda de uso, garantindo que os títulos mais consultados sejam priorizados nas aquisições futuras.

O acervo ainda inclui assinaturas de periódicos jurídicos nacionais e internacionais, físicos e digitais, que suplementam o estudo das disciplinas, promovendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Esses periódicos são selecionados a partir de sua relevância acadêmica, fator de impacto e aderência às áreas do Direito contempladas no PPC, ampliando o repertório científico e a capacidade crítica dos discentes.

Dessa forma, a bibliografia complementar do Curso de Direito da FAI consolida-se como instrumento essencial de formação intelectual e científica, garantindo ao discente autonomia, profundidade teórica e diversidade de fontes, pilares indispensáveis à excelência acadêmica e à formação de um profissional jurídico ético, reflexivo e socialmente comprometido.

4.6.7 Periódicos Especializados

Os periódicos especializados do Curso de Bacharelado em Direito da FAI são definidos pelo Colegiado de Curso e referendados pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE, compondo uma importante ferramenta de apoio ao processo ensino-aprendizagem e de incentivo à pesquisa científica. Esses periódicos são selecionados considerando sua relevância acadêmica, fator de impacto, atualidade dos temas abordados, aderência às áreas do Direito e potencial de integração entre teoria, prática e inovação jurídica.

A utilização de periódicos especializados possibilita ao discente o acesso contínuo a estudos recentes, artigos científicos, decisões jurisprudenciais, pareceres, e análises doutrinárias sobre temas contemporâneos do Direito, fortalecendo o desenvolvimento da capacidade crítica, da argumentação jurídica e da formação científica do futuro bacharel. Dessa forma, os periódicos funcionam como complemento essencial às bibliografias básica e complementar, promovendo o contato direto com a produção científica nacional e internacional.

Para garantir abrangência, atualidade e diversidade temática, a FAI mantém acesso a periódicos jurídicos físicos e digitais, priorizando as bases de dados abertas, institucionais e de acesso público, tais como:

- I. Portal de Periódicos da CAPES, com acesso a revistas científicas nacionais e internacionais em Direito, Ciências Sociais Aplicadas e áreas correlatas;
- II. Revista dos Tribunais (RT Online) e Revista Síntese, disponíveis em ambiente digital e integradas à Minha Biblioteca, abrangendo as principais áreas do Direito;
- III. Scielo Brasil e Google Scholar, com publicações de alta relevância científica;
- IV. Revista Eletrônica do STJ, Revista do STF, Revista da Procuradoria-Geral da República, Revista de Direito Constitucional e Internacional, Revista de Direito Civil Contemporâneo, entre outras.

Essas fontes, somadas a periódicos institucionais e revistas acadêmicas regionais, ampliam a diversidade de materiais disponíveis e estimulam o engajamento discente em projetos de iniciação científica e de extensão.

A política de gestão de periódicos da FAI segue os mesmos parâmetros adotados para a bibliografia, com monitoramento e atualização periódica das publicações, assegurando a pertinência, atualidade e acessibilidade do acervo. Os periódicos recebem o mesmo tratamento técnico de catalogação e controle que as obras da bibliografia, com atualização semestral supervisionada pela bibliotecária responsável e validação pelo NDE do curso, garantindo alinhamento às exigências do MEC e às necessidades pedagógicas do curso.

A infraestrutura da biblioteca e da plataforma digital garante acesso contínuo, simultâneo e gratuito a docentes e discentes, tanto nas dependências físicas da instituição quanto em ambiente remoto. Esse acesso democratizado aos periódicos especializados consolida a política institucional de fomento à pesquisa, à atualização profissional e à formação jurídica de excelência, promovendo o desenvolvimento de um egresso ético, crítico e preparado para atuar nos diversos contextos do mundo jurídico contemporâneo.

4.7 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS

Os laboratórios da Faculdade Itapuranga – FAI constituem ambientes pedagógicos fundamentais para a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo o desenvolvimento das competências técnicas, éticas e cidadãs dos discentes. Nesses espaços, professores e estudantes realizam atividades práticas e projetos interdisciplinares que fortalecem a formação acadêmica e profissional, permitindo a aplicação concreta dos conhecimentos teóricos adquiridos nas diversas áreas do curso.

Com o propósito de criar instrumentos formativos diversificados e contextualizados, a FAI estruturou um conjunto de laboratórios didáticos e ambientes de prática profissional, adequados às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito (Resolução CNE/CES nº 5/2018) e às demandas do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Esses ambientes viabilizam o desenvolvimento de atividades acadêmicas que contemplam tanto a dimensão técnico-jurídica quanto a formação humanística e interdisciplinar do futuro bacharel em Direito.

No âmbito do Curso de Direito, os laboratórios possuem função pedagógica estratégica, atuando como espaços de simulação, análise, produção e aplicação do conhecimento jurídico.

Os laboratórios da FAI são planejados para proporcionar experiências práticas integradas, nas quais o aluno atua de forma reflexiva e autônoma, desenvolvendo sua capacidade de analisar, argumentar, interpretar e aplicar o Direito em contextos concretos. Esses ambientes são também espaços de interação social, pois as ações de extensão e os atendimentos à comunidade, previstos por meio do NPJ e demais núcleos de prática, reforçam o compromisso institucional com a transformação social e o acesso à justiça.

As instalações contam com infraestrutura física e tecnológica adequada, com acesso à internet, equipamentos multimídia, mobiliário ergonômico, climatização e acessibilidade universal, assegurando conforto, segurança e condições ideais de aprendizagem.

Assim, os laboratórios do Curso de Direito da FAI constituem-se como instrumentos essenciais de articulação entre teoria e prática, assegurando uma formação ética, crítica, humanística e profissionalmente qualificada, em conformidade com os padrões de excelência acadêmica e regulatória do MEC.

4.7.1 Laboratórios Didáticos de Formação Básica e Específica

Em consonância com a estrutura curricular do Curso de Bacharelado em Direito da FAI, composta por disciplinas teóricas e teórico-práticas e pela integração entre ensino, pesquisa e extensão, os laboratórios didáticos de formação básica e específica têm a finalidade de proporcionar aos discentes vivências práticas, análise de casos concretos e desenvolvimento de competências técnico-jurídicas e humanísticas necessárias à formação do futuro profissional do Direito.

Esses ambientes são planejados de forma a assegurar condições ideais para a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, permitindo a experimentação, a pesquisa aplicada, o desenvolvimento de projetos de extensão e o exercício supervisionado das atividades jurídicas.

A infraestrutura laboratorial da FAI contempla tanto espaços de prática jurídica simulada e real quanto ambientes de apoio tecnológico e de estudo jurídico, entre os quais se destacam:

- a) Laboratório de Informática Jurídica
- b) Núcleo de Prática Jurídica (NPJ)

Os laboratórios de formação básica e específica do Curso de Direito são regidos por normas internas, Regimento Geral, Regulamentos específicos e Procedimentos Operacionais Padrão (POP), assegurando o uso ético, responsável e seguro dos espaços.

Possuem planos de manutenção preventiva e corretiva, serviços de apoio técnico-administrativo, e são avaliados periodicamente quanto à adequação dos equipamentos, insumos e infraestrutura, conforme critérios institucionais e relatórios de avaliação elaborados pela coordenação do curso.

O planejamento semestral dos laboratórios é conduzido pela Coordenação do Curso, em conjunto com o corpo docente e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), considerando as necessidades das disciplinas, o cronograma das práticas e a reposição de materiais e equipamentos. As demandas, resultados e indicadores de desempenho são utilizados pela gestão acadêmica para o planejamento de melhorias contínuas, visando assegurar padrão de qualidade, segurança e eficiência pedagógica nos processos de ensino-aprendizagem.

Os laboratórios contam com acessibilidade arquitetônica e tecnológica, climatização, iluminação adequada e recursos de TIC atualizados, proporcionando conforto e funcionalidade aos usuários. Esses ambientes, ao promoverem o equilíbrio entre teoria e prática, consolidam-se como instrumentos fundamentais para a

formação de um profissional jurídico ético, competente, socialmente responsável e comprometido com os valores da justiça e da cidadania.

4.7.1.1 Laboratórios de Informática

O Laboratório de Informática da FAI é um espaço multidisciplinar e integrador, projetado para atender às demandas de todos os cursos da instituição, com ênfase especial nas necessidades formativas do Curso de Bacharelado em Direito. Sua estrutura é voltada ao apoio das atividades acadêmicas, práticas e de pesquisa, proporcionando aos discentes a oportunidade de aplicar o conhecimento teórico em atividades técnico-jurídicas mediadas por tecnologias digitais.

O laboratório é equipado com computadores modernos e atualizados, conectados à internet de alta velocidade, e dispõe de recursos tecnológicos e softwares específicos que permitem a execução de atividades de ensino-aprendizagem, como:

- Elaboração e formatação de petições e peças processuais;
- Simulações de protocolos eletrônicos e acompanhamento processual por meio dos sistemas PJe, E-SAJ, PROJUDI e E-DOC;
- Consulta a bases de dados jurídicas e acadêmicas, como Minha Biblioteca, Portal de Periódicos da CAPES, STF, STJ, JusBrasil, LexML e Diário Oficial;
- Desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, relatórios, monografias e pesquisas científicas;
- Participação em oficinas de iniciação à pesquisa, produção textual e oratória jurídica assistida por TIC's.

A infraestrutura física do laboratório é dimensionada para acomodar confortavelmente até 30 (trinta) alunos por grupo de práticas, dispondo de:

- Mesas individuais e ergonômicas;
- Computadores com configuração atualizada, mouse e teclado;
- Projetor multimídia e telão de apoio às aulas;
- Ar-condicionado e iluminação adequada;
- Rede Wi-Fi institucional de acesso aberto aos discentes e docentes.

O ambiente foi planejado de forma a garantir acessibilidade universal, com rampas de acesso, portas adaptadas e mobiliário acessível. O laboratório também

conta com recursos tecnológicos de acessibilidade, como softwares leitores de tela, teclados adaptados e acompanhamento técnico para alunos com deficiência auditiva e motora, assegurando condições equitativas de aprendizagem.

O funcionamento e a manutenção do Laboratório de Informática são supervisionados por um técnico especializado em tecnologia da informação terceirizado, responsável por:

- Acompanhar e orientar docentes e discentes no uso dos equipamentos;
- Gerenciar o controle de suprimentos e insumos;
- Realizar manutenções preventivas e corretivas;
- Assegurar a atualização de softwares e o bom desempenho do ambiente tecnológico.

O Laboratório de Informática poderá ser utilizado de forma articulada com o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), possibilitando que as atividades teóricas e práticas do curso sejam desenvolvidas com base em ferramentas tecnológicas contemporâneas, fortalecendo as competências digitais, argumentativas e profissionais esperadas do egresso do curso de Direito.

Com essa estrutura moderna e acessível, a FAI reafirma seu compromisso com uma formação jurídica de excelência, apoiada em tecnologias da informação e comunicação, voltada ao aprimoramento acadêmico, científico e ético dos futuros operadores do Direito.

4.7.1.2 Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ)

O Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ da Faculdade Itapuranga – FAI constitui-se como um ambiente pedagógico essencial à formação prática e humanística do estudante do Curso de Bacharelado em Direito, promovendo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão e a aplicação real dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso.

O NPJ tem por finalidade proporcionar ao discente o exercício supervisionado das atividades profissionais do bacharel em Direito, em conformidade com o disposto na Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, e com as normas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), garantindo a consolidação das competências técnicas, éticas e sociais necessárias ao futuro operador jurídico.

O Núcleo de Práticas Jurídicas da FAI busca:

- I. Favorecer a integração entre a teoria e a prática jurídica, consolidando o aprendizado por meio de situações concretas e simuladas;
- II. Proporcionar ao discente vivência nos diversos ramos do Direito, com foco na ética profissional, responsabilidade social e promoção da justiça;
- III. Desenvolver habilidades argumentativas, de redação forense, negociação, mediação e conciliação;
- IV. Oferecer atendimento jurídico gratuito à comunidade, assegurando o acesso à justiça e contribuindo para o exercício da cidadania;
- V. Estimular a reflexão crítica e a análise interdisciplinar dos conflitos sociais;
- VI. Integrar docentes, discentes e a comunidade em ações extensionistas voltadas à educação em direitos humanos e cidadania.

O NPJ da FAI dispõe de instalações físicas amplas, modernas e acessíveis, planejadas para garantir conforto, privacidade e funcionalidade no atendimento ao público e nas atividades acadêmicas. O espaço é composto por:

- Sala de Coordenação do NPJ, destinada às atividades administrativas e de supervisão pedagógica;
- Salas de Atendimento Jurídico para o público externo, climatizadas e com mobiliário ergonômico;
- Auditório de Práticas Simuladas, estruturado com bancadas, púlpito e gravação audiovisual para realização de júris e audiências simuladas;
- Laboratório de Informática Jurídica Integrado, com acesso à internet e softwares forenses (PJe, E-SAJ, PROJUDI, E-DOC, entre outros).

O ambiente é dotado de acessibilidade arquitetônica e tecnológica, incluindo rampas de acesso, sinalização tátil, mobiliário adaptado e equipamentos com ferramentas de acessibilidade digital, permitindo o pleno uso por todos os discentes e usuários da comunidade.

O NPJ irá funcionar em consonância com o Regulamento Interno de Estágio Supervisionado, sob a orientação direta do Coordenador do Curso de Direito e de um Professor Coordenador do NPJ com experiência comprovada na advocacia e na docência superior.

A equipe é composta ainda por professores-orientadores, advogados supervisores e técnicos administrativos que acompanham e registram todas as atividades de prática jurídica.

As atividades desenvolvidas no NPJ estão integradas às disciplinas de Estágio Supervisionado e Práticas Forense, que ocorrerão a partir do 7º período do curso, distribuídas entre atendimentos, audiências, relatórios, peças processuais e participação em projetos de extensão.

O NPJ deve operar em parceria com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, escritórios de advocacia e órgãos públicos locais, mediante convênios e termos de cooperação técnica, possibilitando o encaminhamento dos casos atendidos e o aprendizado prático supervisionado dos alunos.

Entre as principais atividades pedagógicas e extensionistas previstas do NPJ destacam-se:

- Atendimento jurídico gratuito à população hipossuficiente;
- Elaboração de peças processuais e relatórios técnicos;
- Simulações de audiências e julgamentos;
- Sessões de mediação e conciliação;
- Estudos de caso e relatórios reflexivos;
- Palestras e oficinas de orientação jurídica;
- Participação em projetos de educação em direitos humanos e cidadania;
- Integração com o Laboratório de Práticas Simuladas, Laboratório de Mediação e Laboratório de Informática Jurídica.

O NPJ se constitui como espaço de integração plena das dimensões do ensino jurídico:

- I. Ensino: Aplicação prática das teorias aprendidas em sala de aula;
- II. Pesquisa: Desenvolvimento de estudos e relatórios de caso;
- III. Extensão: Atendimento comunitário e ações educativas em escolas, associações e órgãos públicos.

Essas dimensões convergem para a formação de um profissional ético, reflexivo, tecnicamente preparado e socialmente responsável, conforme preconizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da FAI.

Todas as atividades prevista no NPJ serão registradas, acompanhadas e avaliadas sistematicamente, por meio de relatórios, fichas de atendimento e instrumentos de avaliação elaborados pelo corpo docente e pela coordenação. Os resultados serão analisados semestralmente, gerando indicadores que retroalimentam o processo pedagógico e garantem a melhoria contínua da prática jurídica institucional.

O Núcleo de Práticas Jurídicas da FAI representa, portanto, um pilar estratégico do curso de Direito, assegurando a integração entre teoria e prática, a promoção da cidadania e o fortalecimento do compromisso institucional com a formação de profissionais capazes de compreender o Direito como instrumento de justiça, ética e transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)** – Lei Federal nº 9394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm .

_____. **Decreto nº 4281 de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/10.2_decreto_ndeg_4.281-02_-_ed.amb_.pdf.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP 1/2004** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012_004.pdf.

_____. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), 2004**. - Lei Federal nº 10.861/2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm.

_____. **Decreto nº 5.296/2004** - Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm#:~:text=Regulamenta%20as%20Leis%20nos,mobilidade%20reduzida%2C%20e%20d%C3%A1%20outras

_____. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>.

_____. **Decreto nº 5.626/2005** - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.html.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº2, de 18 de junho de 2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007**. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces00107.pdf>.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**.

Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf.

_____. Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 16 de junho de 2021.

ANEXOS – CONTEÚDOS CURRICULARES

- 1º Período

ATIVIDADES COMPLEMENTARES I
CARGA HORÁRIA: 20 Horas
EMENTA
Atividades práticas e/ou teóricas, presenciais ou virtuais, relacionadas ao contexto jurídico e social, que contribuam para a formação integral do discente, promovendo o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem e a complementação da formação científica, cultural, social e profissional. Compreendem experiências que articulam ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas dentro ou fora do ambiente acadêmico, que possibilitam o aprofundamento de conhecimentos, o aprimoramento de competências e habilidades, e o fortalecimento de valores éticos e humanísticos. São consideradas Atividades Complementares todas as ações realizadas pelo estudante após seu ingresso no curso, desde que guardem relação direta ou indireta com a área do Direito, devendo o discente, ao longo de sua trajetória acadêmica, participar de uma variedade de atividades até atingir a carga horária mínima prevista na matriz curricular. Participação em eventos, extensão, monitoria, estágios e estudos independentes para ampliação da formação. Contextualiza-se o conteúdo à realidade do Vale do São Patrício e da Microrregião de Ceres, abordando casos concretos e problemáticas regionais, estimulando a análise crítica, a argumentação jurídica e a atuação ética voltada à promoção de direitos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<i>Não se aplica.</i>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<i>Não se aplica.</i>

CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO
CARGA HORÁRIA: 60 Horas
EMENTA
Estudo da Ciência Política e da Teoria Geral do Estado sob uma perspectiva crítica e interdisciplinar. Análise da origem, natureza e finalidade do Estado, suas formas, sistemas e regimes de governo. Compreensão da relação entre Estado, sociedade civil e poder político, bem como das teorias clássicas e contemporâneas sobre o contrato social e a legitimidade do poder. Discussão sobre democracia, constitucionalismo moderno, cidadania e soberania. Reflexão acerca da função social do Estado contemporâneo, o papel do Direito como instrumento de justiça e transformação social, e os desafios políticos do século XXI, incluindo o Estado Democrático de Direito e a Terceira Via.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<ol style="list-style-type: none"> I. MALUF, Sahid. Teoria geral do estado. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553626171. II. GAMBÁ, João Roberto Gorini. Teoria Geral do Estado e Ciência Política. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. Ebook. ISBN 9786559775316 III. GAMBÁ, João Roberto Gorini. Teoria Geral do Estado e Ciência Política. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. Ebook. ISBN 9786559775316.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<ol style="list-style-type: none"> I. MALUF, S.. Teoria geral do estado. 36 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Disponível em: II. EMPOLI, Giuliano da. A hora dos predadores: como autocratas e magnatas digitais estão levando o mundo à beira de um colapso orquestrado. São Paulo: Vestígio, 2025. E-book. ISBN 9786560021143. III. FILOMENO, José Geraldo Brito. Teoria Geral do Estado e da Constituição. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Ebook. ISBN 9788530986858. IV. CAMILLO, Carlos. Manual da Teoria Geral do Direito. São Paulo: Almedina Brasil, 2019. E-book. ISBN 9788584935161. V. CUNHA, Paulo Ferreira da. Teoria geral do Estado e ciência política. São Paulo: Saraiva Jur, 2018. E-book. ISBN 9788553601912.

ESTUDOS INTERDISCIPLINARES I

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Integrar, através de uma atividade de projeto contextualizado, os conhecimentos de gestão e seus princípios desenvolvidos no semestre vigente do curso. Desenvolver habilidades de trabalho em grupo, comunicação oral e escrita, resolução de problemas, pensamento crítico, metodologia de desenvolvimento de projetos visando ao desenvolvimento das competências adquiridas relacionadas as disciplinas cursadas no semestre através de aplicação em projetos. Aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso de maneira interdisciplinar e transversal em um projeto prático. Desenvolvimento e apresentação de projeto integrando disciplinas e seus conteúdos, a partir de situações problemas e com apoio de metodologias ativas que permitam a integração do tripé: ensino, pesquisa e extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Não se aplica.

FILOSOFIA, ÉTICA E CIDADANIA

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Estudo da filosofia como fundamento do pensamento crítico e da formação jurídica humanista, analisando suas origens, escolas e principais correntes de pensamento. Reflexão sobre a ética como campo normativo e existencial, sua relação com a moral, o direito e a justiça. Discussão sobre valores éticos universais, diversidade cultural, equidade de gênero, raça e etnia, e as implicações ético-sociais das desigualdades. Análise do conceito e das práticas de cidadania no Estado Democrático de Direito, com ênfase na promoção e na defesa dos Direitos Humanos fundamentais. Estudo das violações, garantias e políticas de proteção à dignidade da pessoa humana, em uma perspectiva crítica e emancipatória.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. CASTILHO, Ricardo. **Filosofia geral e jurídica**. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553624580.
- II. CAMILLO, Carlos Eduardo Nicoletti; SILVA, Paulo Fraga da; ROCHA, Renata da; CAMPATO, Roger Fernandes. **Biodireito, bioética e filosofia em debate**. São Paulo: Grupo Almedina, 2020. Ebook. ISBN 9786556271118.
- III. FOUCAULT, M.. **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. 1 ed.. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. NADER, Paulo. **Filosofia do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Ebook. ISBN 9786559641963.
- II. MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito**. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. Ebook. ISBN 9786559776603.
- III. BARBIERI, Catarina Helena Cortada. **Filosofia e Direito Privado**. São Paulo: Almedina Brasil, 2020. Ebook. ISBN 9788584934409.
- IV. BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética: fundamentos sóciohistóricos**. v.4. (Coleção biblioteca básica de serviço social). São Paulo: Cortez Editora, 2022. Ebook. ISBN 978655552515.
- V. FAINTUCH, Joel. **Ética em pesquisa: em medicina, ciências humanas e da saúde**. Barueri: Manole, 2021. Ebook. ISBN 9786555761900.

FUNDAMENTOS DA ECONOMIA

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Estudo dos fundamentos teóricos e aplicados da Ciência Econômica, seus métodos, alcance e limitações. Compreensão dos conceitos de escassez, escolha e custo de oportunidade como base para a análise econômica. Estudo da evolução histórica dos sistemas econômicos ocidentais, destacando as relações entre mercado, Estado e sociedade. Análise das falhas de mercado, políticas econômicas e sua inter-relação com o

ordenamento jurídico e o Direito Econômico. Reflexão sobre o papel do Estado no desenvolvimento econômico brasileiro, com foco em políticas de crescimento, regulação e inclusão social. Introdução aos conceitos microeconômicos de oferta, demanda e estruturas de mercado e aos conceitos macroeconômicos de produto, inflação, déficit público, política monetária e crescimento econômico. Discussão crítica sobre o Estado Democrático de Direito e a economia contemporânea, à luz dos desafios da globalização e da sustentabilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. MOREIRA, Luiza Maria Sampaio; CAPARROZ, Roberto; LENZA, Pedro (coord.). **Macroeconomia**. 6. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553624300.
- II. MANKIWI, N. Gregory. **Introdução à economia**. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2025. E-book. ISBN 9788582606773.
- III. LEIGH, Andrew. **Uma breve jornada pela história da economia**. Rio de Janeiro: Alta Cult, 2025. E-book. ISBN 9788550825656.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. JÚNIOR, Antonio Marques Duarte. **Análise de investimentos em projetos – Viabilidade financeira e risco**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2024. Ebook. ISBN 9786586407587.
- II. PEROBELLI, Rubens Famá e Fernanda Finotti Cordeiro. **Teoria de finanças: Conceitos clássicos e inovações**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2024. Ebook. ISBN 9786586407563.
- III. ARAUJO, Mateus Perigrino. **Análise econômica do Direito e teoria dos sistemas de Niklas Luhmann**. São Paulo: Grupo Almedina, 2022. Ebook. ISBN 9786556275819.
- IV. SANTOS, José Carlos de Souza; LOPES, Luiz Martins. **Gestão de investimentos: Intermediação financeira e firmas**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2022. Ebook. ISBN 9786586407426.
- V. NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. v.1. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social). São Paulo: Cortez Editora, 2021. Ebook. ISBN 978655550771.

LINGUA PORTUGUESA

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Estudo e aprimoramento da leitura, interpretação e produção de textos orais e escritos em língua portuguesa padrão, com foco na comunicação jurídica e acadêmica. Análise das condições de textualidade — coerência, coesão, progressão temática, intencionalidade e intertextualidade. Abordagem das noções de sintaxe e morfossintaxe aplicadas à argumentação e à clareza comunicativa, bem como da adequação lexical e gramatical aos diversos gêneros textuais. Desenvolvimento das habilidades de escrita dissertativo-argumentativa, síntese, resumo, resenha e elaboração de textos técnico-jurídicos, promovendo o domínio da norma culta e da expressividade linguística como instrumentos de raciocínio, persuasão e exercício da cidadania.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. MARTINO, Agnaldo; LENZA, Pedro. **Português: gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva**. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553627868.
- II. ESTANA, Fernando. **A gramática para o ensino superior**. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. ISBN 9788530997021.
- III. MARTINO, Agnaldo. **Português: gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva**. (Coleção Esquematisado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553628199.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. SABBAG, Eduardo. **Manual de português jurídico**. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. E-book. ISBN 9786553627116.
- II. DAMIAO, Regina Toledo; HENRIQUE, Antonio. **Curso de Português Jurídico**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9786559770939.
- III. MEIRELES, Marcia dos Santos Machado Vieira, Vanessa. **Varição em Português e em Outras Línguas Românicas**. São Paulo: Editora Blucher, 2022. Ebook. ISBN 978655501315.
- IV. SIMÕES, Josefina L.; SANTOS, Anne M. da Silva; SOUSA, Maria N. de Oliveira et al. **Português como língua não materna**. Porto Alegre: SAGAH, 2022. Ebook. ISBN 9786556903125.
- V. TERRA, Ernani. **Leitura e escrita na era digital**. São Paulo: Expressa, 2020. Ebook. ISBN 9786587958378.

TEORIA GERAL DO DIREITO

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Estudo dos fundamentos epistemológicos e estruturais do Direito, sua gênese histórica e evolução conceitual. Análise crítica das fontes formais e materiais do Direito, compreendendo os princípios, a norma, a jurisprudência, o costume e a doutrina. Investigação das dimensões da norma jurídica: justiça, validade, eficácia e efetividade. Discussão sobre a relação jurídica, os sujeitos e os fatos jurídicos, bem como os critérios de interpretação, integração e aplicação do Direito. Abordagem das doutrinas do positivismo jurídico, suas críticas e superações, e das correntes contemporâneas. Estudo da Teoria do Ordenamento Jurídico e dos sistemas normativos, considerando o pluralismo jurídico e as experiências do Direito alternativo. Análise das tensões entre o Direito Moderno e a crise da normatividade, destacando os desafios da justiça, da democracia e dos direitos fundamentais na sociedade global contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Teoria geral do direito**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553623464.
- II. DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil**. v.1. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553621439.
- III. MARTINS, Sergio Pinto. **Teoria geral do Estado**. 5. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553623983.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. GAMBÁ, João Roberto Gorini. **Teoria geral do Estado e ciência política**. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. ISBN 9786559777372.
- II. MIRAGEM, Bruno. **Teoria Geral do Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book. ISBN 9786559640805.
- III. KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2021. E-book. ISBN 9788530994198.
- IV. WOLFGANG, Hoffmann-Riem. **Teoria Geral do Direito Digital**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book. ISBN 9786559642267.
- V. TESHEINER, José Maria Rosa; THAMAY, Rennan Faria Krüger. **Teoria geral do processo**. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.

- **2º Período**

ATIVIDADES COMPLEMENTARES II

CARGA HORÁRIA: 20 Horas

EMENTA

Atividades práticas e/ou teóricas, presenciais ou virtuais, relacionadas ao contexto jurídico e social, que contribuam para a formação integral do discente, promovendo o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem e a complementação da formação científica, cultural, social e profissional. Compreendem experiências que articulam ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas dentro ou fora do ambiente acadêmico, que possibilitam o aprofundamento de conhecimentos, o aprimoramento de competências e habilidades, e o fortalecimento de valores éticos e humanísticos. São consideradas Atividades Complementares todas as ações realizadas pelo estudante após seu ingresso no curso, desde que guardem relação direta ou indireta com a área do Direito, devendo o discente, ao longo de sua trajetória acadêmica, participar de uma variedade de atividades até atingir a carga horária mínima prevista na matriz curricular. Participação em eventos, extensão, monitoria, estágios e estudos independentes para ampliação da formação. Contextualiza-se o conteúdo à realidade do Vale do São Patrício e da Microrregião de Ceres, abordando casos concretos e problemáticas regionais, estimulando a análise crítica, a argumentação jurídica e a atuação ética voltada à promoção de direitos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Não se aplica.

DIREITO CIVIL I

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Estudo introdutório e histórico do Direito Civil como ramo fundamental do Direito Privado. Análise de suas fontes, princípios e conceitos estruturantes, com destaque à constitucionalização do Direito Civil e à sua função social. Exame dos fundamentos históricos e constitucionais da Parte Geral do Código Civil, da personalidade jurídica e da capacidade civil. Abordagem dos sujeitos de direitos — pessoas naturais e jurídicas — e dos institutos correlatos: estado, capacidade, emancipação, registro civil, morte, ausência e direitos da personalidade. Estudo das pessoas jurídicas, seus elementos, classificação, constituição, funcionamento, dissolução e desconsideração da personalidade jurídica. Análise do objeto do direito — os bens —, suas espécies e classificações, bem como dos fatos, atos e negócios jurídicos, seus elementos, modalidades e vícios. Discussão dos efeitos jurídicos da prescrição e da decadência, e das suas distinções conceituais e práticas. Ênfase na aplicação dos princípios da dignidade da pessoa humana, boa-fé, função social e solidariedade no âmbito das relações privadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. GONÇALVES, C. R.. **Direito civil brasileiro**. 19 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2025.
- II. DINIZ, M. H.. **Curso de direito civil brasileiro**. 40 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2025
- III. TARTUCE, Flávio. **Direito civil**, v. 2: direito das obrigações e responsabilidade civil. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. ISBN 9788530995997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: parte geral**. v.1. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553622542
- II. PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil** Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense, 2024. Ebook. ISBN 9788530994457.
- III. LOBO, P.. **Direito civil**, v. 1: parte geral. 13 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.
- IV. JR., Otavio Luiz Rodrigues. **Direito Civil Contemporâneo: Estatuto Epistemológico, Constituição e Direitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Forense, 2023.
- V. FILHO, Eduardo Tomasevicius. **O Princípio da Boafé no Direito Civil**. São Paulo: Almedina Brasil, 2020. Ebook. ISBN 9788584936472.

DIREITO PENAL I

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Estudo dos fundamentos, princípios e evolução histórica do Direito Penal. Análise das fontes formais e materiais do Direito Penal e da sua relação com o Estado Democrático de Direito. O sistema penal brasileiro: estrutura normativa, função social e garantismo penal. Exame dos princípios constitucionais penais — legalidade, anterioridade, humanidade, proporcionalidade e intervenção mínima. Aplicação da Lei Penal no tempo e no espaço, conflitos aparentes de normas penais e extraterritorialidade da lei penal. Introdução à Teoria Geral do Crime, com estudo dos seus elementos estruturais: fato típico, ilicitude, culpabilidade e punibilidade. Análise das teorias do delito, causas de exclusão da ilicitude e da culpabilidade, erro de tipo e erro de proibição. Estudo do concurso de pessoas, suas espécies e fundamentos, e da teoria da autoria e participação. Reflexão crítica sobre o papel do Direito Penal na sociedade contemporânea, sua função limitadora e os desafios da seletividade penal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. ESTEFAM, A.; GONÇALVES, V. E. R.. **Direito penal: parte geral**. 13 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.
- II. BITENCOURT, C. R.. **Tratado de direito penal**. 31 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2025.
- III. MASSON, Cleber. **Direito penal**, v. 3 parte especial (arts. 213 a 359-t). 15. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. ISBN 9788530995898.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. GONÇALVES, V. E. R.. **Curso de direito penal**, v. 1: parte geral (arts. 1ª a 120). 7 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.
- II. ESTEFAM, André. **Direito penal: parte geral** (arts. 1 ao 120). v.1. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620708.
- III. SOUZA, Renee do Ó; PIPINO, Luiz Fernando Rossi. **Direito Penal: Parte Geral**. v.1. (Coleção Método Essencial). Rio de Janeiro: Método, 2022. Ebook. ISBN 9786559643196.
- IV. JR., Miguel Reale. **Fundamentos de Direito Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Ebook. ISBN 9788530991609.
- V. CURY, Rogério. **Direito Penal Econômico**. São Paulo: Almedina Brasil, 2020. Ebook. ISBN 9786556270531.

ESTUDOS INTERDISCIPLINARES II

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Integrar, através de uma atividade de projeto contextualizado, os conhecimentos de gestão e seus princípios desenvolvidos no semestre vigente do curso. Desenvolver habilidades de trabalho em grupo, comunicação oral e escrita, resolução de problemas, pensamento crítico, metodologia de desenvolvimento de projetos visando ao desenvolvimento das competências adquiridas relacionadas as disciplinas cursadas no semestre através de aplicação em projetos. Aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso de maneira interdisciplinar e transversal em um projeto prático. Desenvolvimento e apresentação de projeto integrando disciplinas e seus conteúdos, a partir de situações problemas e com apoio de metodologias ativas que permitam a integração do tripé: ensino, pesquisa e extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Não se aplica.

HERMENÊUTICA E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Estudo da hermenêutica jurídica e da interpretação do Direito como instrumentos essenciais à aplicação da norma e à construção racional da decisão jurídica. Abordagem histórica e conceitual da hermenêutica desde o Direito Romano até a Lei da Boa Razão e as principais escolas hermenêuticas. Análise crítica dos métodos de interpretação jurídica: gramatical, lógico, sistemático, histórico, sociológico e teleológico. Discussão sobre a hermenêutica constitucional e a hermenêutica filosófica. Estudo da teoria da argumentação jurídica, seus fundamentos epistemológicos e principais modelos contemporâneos. Classificação das espécies de argumentos, estrutura da justificação das decisões judiciais e sua compatibilidade com os princípios constitucionais. Análise da aplicação do Direito e dos desafios interpretativos: lacunas normativas, antinomias e métodos de integração do sistema jurídico. Reflexão crítica sobre o papel do intérprete, da linguagem e da racionalidade prática na construção do discurso jurídico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. MAXIMILIANO, Carlos; MARCARO, Alysson. **Hermenêutica e Aplicação do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Ebook. ISBN 9786559642151.
- II. SOARES, Ricardo Mauricio Freire. **Hermenêutica e interpretação jurídica**. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.
- III. VALVERDE, Alda da Graça Marques. **Linguagem e Argumentação Jurídica**. Rio de Janeiro: Forense, 2020. E-book. ISBN 9788530991487.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. ELTZ, Magnum K. de Figueiredo; TEIXEIRA, Juliana K. Micelli; DUARTE, Melissa de F.. **Hermenêutica e argumentação jurídica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. ISBN 9788595024090.
- II. IAMUNDO, Eduardo. **Hermenêutica e hermenêutica jurídica**. São Paulo: Saraiva Jur, 2017. E-book. ISBN 9788547218065.
- III. TRUBILHANO, Fabio; HENRIQUES, Antonio. **Linguagem Jurídica e Argumentação - Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9786559770366.
- IV. BITTAR, Eduardo C. B.. **Linguagem jurídica: semiótica, discurso e direito**. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553620346.
- V. PETRI, Maria Jose Constantino. **Manual de linguagem jurídica**. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553627451.

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Estudo dos fundamentos epistemológicos e metodológicos da produção científica no campo jurídico. Análise crítica e reflexiva do conhecimento científico, do método científico e das suas aplicações na pesquisa acadêmica em Direito. Desenvolvimento de competências para leitura, interpretação, fichamento, análise e redação de textos acadêmicos e jurídicos, em conformidade com as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e diretrizes institucionais. Abordagem das principais técnicas de estudo, investigação e coleta de dados, métodos qualitativos e quantitativos de pesquisa, revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa empírica. Estudo da linguagem técnico-científica, sua normatização e aplicação à redação, argumentação e estruturação de trabalhos acadêmicos e científicos, incluindo resumos, artigos, ensaios, projetos e trabalhos de conclusão de curso. Ênfase na ética da pesquisa, nos direitos autorais e na integridade científica, preparando o discente para o exercício da pesquisa jurídica com rigor, criticidade e responsabilidade social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. VARGAS, Caroline. **Metodologia da Pesquisa Jurídica: teoria e prática**. São Paulo: Expressa, 2022. Ebook. ISBN 9786553620827.
- II. GIL, Antonio Carlos. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. Ebook. ISBN 9786559770496.
- III. HÜBNER, M. M.. **Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado**. 5 ed.. São Paulo: Cengage Learning, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. NASCIMENTO, L. P. D.. **Elaboração de projetos de pesquisa**. 1 ed.. São Paulo: Cengage Learning, 2020.
- II. GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 7ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.
- III. RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social Métodos e Técnicas**, 4ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.
- IV. SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez Editora, 2017.
- V. YIN, Robert K.. **Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim**. Porto Alegre: Penso, 2016. Ebook. ISBN 9788584290833.

TEORIA E FUNDAMENTOS DA CONSTITUIÇÃO

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Estudo dos fundamentos teóricos, históricos e filosóficos do Constitucionalismo e do Direito Constitucional. Análise da formação, evolução e consolidação das Constituições modernas, com destaque para o Constitucionalismo brasileiro e suas fases históricas. Conceito e natureza da Constituição: estrutura, supremacia e rigidez constitucional. Exame da Teoria do Poder Constituinte e suas manifestações no Estado Democrático de Direito. Discussão sobre a eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, classificação e critérios de interpretação constitucional. Estudo da hermenêutica constitucional, dos princípios constitucionais fundamentais, e sua função na organização política, na limitação do poder e na proteção dos direitos fundamentais. Reflexão crítica sobre a força normativa da Constituição, o papel da Constituição cidadã de 1988 e os desafios do neoconstitucionalismo e da jurisdição constitucional contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. COSTA, R. H.. **Curso de direito tributário: Constituição e Código Tributário Nacional**. 13 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.
- II. LENZA, Pedro. **Direito constitucional**. 29. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553628100.
- III. MOTTA, Sylvio. **Direito constitucional: teoria, jurisprudência e questões**. 31. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. ISBN 9788530997205

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553626885.
- II. MARTINS, Flávio. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553621187.
- III. MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. Ebook. ISBN 9786559776375.
- IV. EDUCAÇÃO, Saraiva. **Vade Mecum Temático: administrativo e constitucional**. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553624153.
- V. MUZY, Gustavo. **Direito Constitucional Decifrado**. (Coleção Decifrado). Rio de Janeiro: Método, 2023. Ebook. ISBN 9786559646449.

- 3º Período

ATIVIDADES COMPLEMENTARES III
CARGA HORÁRIA: 20 Horas
EMENTA
Atividades práticas e/ou teóricas, presenciais ou virtuais, relacionadas ao contexto jurídico e social, que contribuam para a formação integral do discente, promovendo o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem e a complementação da formação científica, cultural, social e profissional. Compreendem experiências que articulam ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas dentro ou fora do ambiente acadêmico, que possibilitam o aprofundamento de conhecimentos, o aprimoramento de competências e habilidades, e o fortalecimento de valores éticos e humanísticos. São consideradas Atividades Complementares todas as ações realizadas pelo estudante após seu ingresso no curso, desde que guardem relação direta ou indireta com a área do Direito, devendo o discente, ao longo de sua trajetória acadêmica, participar de uma variedade de atividades até atingir a carga horária mínima prevista na matriz curricular. Participação em eventos, extensão, monitoria, estágios e estudos independentes para ampliação da formação. Contextualiza-se o conteúdo à realidade do Vale do São Patrício e da Microrregião de Ceres, abordando casos concretos e problemáticas regionais, estimulando a análise crítica, a argumentação jurídica e a atuação ética voltada à promoção de direitos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<i>Não se aplica.</i>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<i>Não se aplica.</i>

DIREITO CIVIL II
CARGA HORÁRIA: 60 Horas
EMENTA
Estudo sistemático do Direito das Obrigações, suas origens históricas, natureza jurídica e papel no ordenamento civil contemporâneo. Análise dos princípios fundamentais do Direito Obrigacional e sua relação com a função social do contrato e da responsabilidade civil. Distinção entre direitos obrigacionais e direitos reais. Conceito, estrutura e espécies de obrigações civis e naturais. Estudo das fontes das obrigações: negócios jurídicos, atos unilaterais de vontade, atos ilícitos e outras fontes legais. Exame da classificação das obrigações e dos modos de extinção das obrigações. Análise do inadimplemento das obrigações, suas consequências jurídicas e econômicas. Estudo das perdas e danos, juros de mora, cláusula penal e arras. Discussão sobre a insolvência do devedor, o enriquecimento sem causa e o cumprimento indevido. Introdução à responsabilidade civil como desdobramento do inadimplemento obrigacional e elemento de integração entre o direito das obrigações e o direito contratual e extracontratual.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<ol style="list-style-type: none"> I. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil, v.1: parte geral, obrigações, contratos (parte geral). 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book;ISBN 9788553628193. II. TARTUCE, Flávio. Direito civil, v. 2: direito das obrigações e responsabilidade civil. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. ISBN 9788530995997. III. LÔBO, P.. Direito civil, v. 2: obrigações. 11 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<ol style="list-style-type: none"> I. PODESTÁ, F. H.. Direito das obrigações: Teoria geral e Responsabilidade Civil. 1 ed.. São Paulo: Almedina, 2019. II. GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Mário Veiga Pamplona. Novo curso de direito civil: obrigações. v.2. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553629776. III. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações. v.2. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553622580. IV. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil: parte geral obrigações contratos (parte geral) . v.1. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553622023. V. LOBO, Paulo. Direito civil: obrigações. v.2. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553623143.

DIREITO PENAL II

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Estudo sistemático das sanções penais no ordenamento jurídico brasileiro. Análise da história e evolução das penas, suas teorias e finalidades à luz da política criminal contemporânea e dos direitos e garantias fundamentais. Conceito, espécies e regime jurídico das penas criminais. Cominação legal, dosimetria e individualização judicial da pena, conforme os critérios do Código Penal e princípios constitucionais aplicáveis. Exame dos princípios limitadores do poder punitivo do Estado. Análise das penas privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa, bem como do regime inicial de cumprimento e suas modificações. Estudo dos crimes de menor potencial ofensivo, das contravenções penais e da aplicação dos institutos despenalizadores da Lei nº 9.099/1995. Discussão sobre concurso de crimes, erro accidental, ação penal, extinção da punibilidade e prescrição penal. Análise da execução penal à luz da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) e da jurisprudência atual. Estudo da suspensão condicional da pena (sursis), livramento condicional, reabilitação, efeitos da condenação e medidas de segurança, integrando os fundamentos dogmáticos e a política de ressocialização. Reflexão crítica sobre os sistemas prisionais brasileiros, suas deficiências estruturais e os desafios do Direito Penal contemporâneo, com ênfase na humanização das penas e na reintegração social do condenado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. ESTEFAM, A.; GONÇALVES, V. E. R.. **Direito penal: parte geral**. 13 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.
- II. BITENCOURT, C. R.. **Tratado de direito penal**. 31 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2025.
- III. GONÇALVES, V. E. R.. **Legislação penal especial**. 17 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. RAIZMAN, D. A.. **Manual de direito penal**. 1 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2019.
- II. ESTEFAM, André. **Direito penal: parte geral** (arts. 1 ao 120). v.1. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620708.
- III. SOUZA, Renee do Ó; PIPINO, Luiz Fernando Rossi. **Direito Penal: Parte Geral**. v.1. (Coleção Método Essencial). Rio de Janeiro: Método, 2022. Ebook. ISBN 9786559643196.
- IV. JÚNIOR, M. R.. **Código penal comentado**. 2 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.
- V. GONZAGA, Christiano. **Manual de criminologia**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620340.

ESTUDOS INTERDISCIPLINARES III

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Integrar, através de uma atividade de projeto contextualizado, os conhecimentos de gestão e seus princípios desenvolvidos no semestre vigente do curso. Desenvolver habilidades de trabalho em grupo, comunicação oral e escrita, resolução de problemas, pensamento crítico, metodologia de desenvolvimento de projetos visando ao desenvolvimento das competências adquiridas relacionadas as disciplinas cursadas no semestre através de aplicação em projetos. Aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso de maneira interdisciplinar e transversal em um projeto prático. Desenvolvimento e apresentação de projeto integrando disciplinas e seus conteúdos, a partir de situações problemas e com apoio de metodologias ativas que permitam a integração do tripé: ensino, pesquisa e extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Não se aplica.

INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS E ORDENS CONSTITUCIONAIS

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Estudo das instituições democráticas e do Estado Constitucional contemporâneo. Fundamentos teóricos da democracia, da soberania popular e do constitucionalismo moderno. Análise das formas de organização do poder político e dos mecanismos de limitação e controle do poder, à luz da Constituição Federal de 1988. Compreensão das ordens constitucionais como sistemas de normas, valores e princípios voltados à efetivação dos direitos fundamentais e à realização da justiça social. Estudo das instituições essenciais à função jurisdicional e à defesa da ordem. Discussão sobre os poderes do Estado, a separação e harmonia entre os poderes, e as formas de responsabilização dos agentes públicos. Análise do controle de constitucionalidade, dos mecanismos de participação popular, e do papel das instituições políticas na consolidação da democracia. Reflexão crítica sobre as crises das democracias contemporâneas, os desafios do constitucionalismo latino-americano, a tutela da Constituição e o papel do Supremo Tribunal Federal na manutenção da ordem constitucional e na proteção dos direitos fundamentais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. BARROSO, Darlan; JUNIOR, Marco Antonio Araujo. **Coleção Prática Forense - Prática Constitucional**. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. ISBN 9786555596724.
- II. FERNANDES, Luciana Cordeiro de Souza. **Instituições de Direito**. São Paulo: Saraiva Uni, 2020. E-book. ISBN 9788571440791.
- III. PIOVESAN, Flávia; HERNANDES, Luiz Eduardo Camargo Outeiro. **Democracia: proteção constitucional e internacional**. São Paulo: Expressa, 2023. Ebook. ISBN 9786553628137.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. MELO, Milena Barbosa de; SILVA, Sílvia Cristina da; ELTZ, Magnum K. de Figueiredo et al. **Instituições dos Processos Administrativo e Constitucional**. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2018. E-book. ISBN 9788595023994.
- II. VALE, André Rufino do. **Constitucionalismo e democracia pós2020: reflexões na ocasião do centenário do constitucionalismo de Weimar (19191933) (Série IDP Linha direito comparado)**. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553620230.
- III. PADILHA, Rodrigo Corrêa. **Manual de Prática Constitucional**, 7ª edição. Rio de Janeiro: Método, 2017. E-book. ISBN 9788530975852.
- IV. ADRIÃO, Rafael Ribeiro Albuquerque; MASCHIO, Fernanda Martins Prati; SILVA, Rochele Oliveira et al. **Instituições do processo civil**. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2018. E-book. ISBN 9788595024526.
- V. TOFFOLI, José Antonio Dias. **30 Anos da Constituição Brasileira Democracia, Direitos Fundamentais e Instituições**. Rio de Janeiro: Forense, 2018. Ebook. ISBN 9788530982393.

SOCIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Estudo dos fundamentos teóricos da Sociologia e da Antropologia aplicados à compreensão das relações sociais, culturais e étnico-raciais no contexto brasileiro. Análise das origens e desenvolvimento da Sociologia como ciência social e seu papel na interpretação das estruturas de poder, instituições, desigualdades e movimentos sociais. Relações entre sociedade, Estado e Direito na formação da ordem social contemporânea. Estudo dos fundamentos da Antropologia e da diversidade cultural como dimensão essencial da dignidade humana. Discussão sobre o exótico e o familiar, o etnocentrismo e o relativismo cultural, bem como o impacto da globalização cultural nas formas de convivência democrática e na construção da cidadania. Reflexão sobre as relações étnico-raciais no Brasil, abordando a formação histórica e cultural da sociedade brasileira, o papel das populações indígenas e afro-brasileiras, os processos de exclusão e resistência, e a efetivação das políticas públicas de igualdade racial e promoção da diversidade. Análise crítica dos desafios contemporâneos relacionados à discriminação racial, à intolerância e à inclusão social, em diálogo com o Direito, os Direitos Humanos e a Constituição Federal de 1988.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Sociologia e Antropologia do Direito**. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. ISBN 9786553622098.
- II. ROCHA, José Manuel de Sacadura. **Sociologia Jurídica: Fundamentos e Fronteiras**. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book. ISBN 9786559644605.
- III. Whitehouse, Harvey. **Herança: as origens evolutivas do mundo moderno**. Rio de Janeiro: Alta Cult, 2025. E-book. ISBN 9788550825847.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. LIMA, Stéphanie. **Juventude negra e a revolução dos afetos**. São Paulo: Autêntica Editora, 2025. E-book. ISBN 9786559285433.

II.	NETO, Pedro Scuro. Sociologia geral e jurídica . São Paulo: Saraiva Jur, 2019. E-book. ISBN 9788553611720.
III.	MASCARO, Alysson Leandro. Sociologia do Direito . Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9786559771158.
IV.	FILHO, S. C.. Programa de sociologia jurídica . 16 ed.. São Paulo: Atlas, 2024.
V.	PALMA, Rodrigo Freitas. Antropologia Jurídica . São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553627000.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Estudo dos fundamentos teóricos da Sociologia e da Antropologia aplicados à compreensão das relações sociais, culturais e étnico-raciais no contexto brasileiro. Análise das origens e desenvolvimento da Sociologia como ciência social e seu papel na interpretação das estruturas de poder, instituições, desigualdades e movimentos sociais. Relações entre sociedade, Estado e Direito na formação da ordem social contemporânea. Estudo dos fundamentos da Antropologia e da diversidade cultural como dimensão essencial da dignidade humana. Discussão sobre o exótico e o familiar, o etnocentrismo e o relativismo cultural, bem como o impacto da globalização cultural nas formas de convivência democrática e na construção da cidadania. Reflexão sobre as relações étnico-raciais no Brasil, abordando a formação histórica e cultural da sociedade brasileira, o papel das populações indígenas e afro-brasileiras, os processos de exclusão e resistência, e a efetivação das políticas públicas de igualdade racial e promoção da diversidade. Análise crítica dos desafios contemporâneos relacionados à discriminação racial, à intolerância e à inclusão social, em diálogo com o Direito, os Direitos Humanos e a Constituição Federal de 1988.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

I.	TESHEINER, José Maria Rosa; THAMAY, Rennan Faria Krüger. Teoria geral do processo . São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. ISBN 9786553620759
II.	RODRIGUES, Horácio Wanderlei; LAMY, Eduardo de Avelar. Teoria Geral do Processo . Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. ISBN 9786559774555.
III.	REIS, Anna C. G. dos; MARINO, Aline M.; RODRIGUES, Ana L. et al. Teoria Geral do Processo Penal . Porto Alegre: SAGAH, 2021. E-book. ISBN 9786556900001

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

I.	MALUF, Sahid. Teoria geral do estado . São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. ISBN 9786553626171
II.	SOUZA, André Pagani de; CARACIOLA, Andrea Boari; ASSIS, Carlos Augusto de et al. Teoria Geral do Processo Contemporâneo . Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9786559770052.
III.	MARTINS, S. P.. Teoria geral do processo . 10 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.
IV.	ALVIM, J. E. Carreira. Teoria Geral do Processo . Rio de Janeiro: Forense, 2024. Ebook. ISBN 9788530994433.
V.	BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos. Processo civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento . (Sinopses jurídicas). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553629356.

• **4º Período**

ATIVIDADES COMPLEMENTARES IV

CARGA HORÁRIA: 20 Horas

EMENTA

Atividades práticas e/ou teóricas, presenciais ou virtuais, relacionadas ao contexto jurídico e social, que contribuam para a formação integral do discente, promovendo o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem e a complementação da formação científica, cultural, social e profissional. Compreendem experiências que articulam ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas dentro ou fora do ambiente acadêmico, que possibilitam o aprofundamento de conhecimentos, o aprimoramento de competências e habilidades, e o fortalecimento de valores éticos e humanísticos. São consideradas Atividades Complementares todas as ações realizadas pelo estudante após seu ingresso no curso, desde que guardem relação direta ou indireta com a área do Direito, devendo o discente, ao longo de sua trajetória acadêmica, participar de uma variedade de atividades até atingir a carga horária mínima prevista na matriz curricular. Participação em eventos, extensão, monitoria, estágios e estudos independentes para ampliação da formação. Contextualiza-se o conteúdo à realidade do Vale do São Patrício e da Microrregião de Ceres, abordando casos concretos e problemáticas regionais, estimulando a análise crítica, a argumentação jurídica e a atuação ética voltada à promoção de direitos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Não se aplica.

DIREITO CIVIL III

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Estudo aprofundado da Teoria Geral dos Contratos, seus fundamentos históricos, filosóficos e dogmáticos, e sua função social no Estado Democrático de Direito. Análise da formação, validade, eficácia e extinção dos contratos, à luz dos princípios da boa-fé objetiva, da função social do contrato, do equilíbrio contratual e da autonomia privada. Classificação dos contratos e seus efeitos nas relações obrigacionais, incluindo as modalidades contratuais típicas e atípicas previstas no Código Civil. Exame dos contratos em espécie: doação, locação, mútuo, comodato, prestação de serviços, empreitada, depósito, mandato, comissão, agência e distribuição, corretagem, transporte, seguro, constituição de renda, jogo e aposta, fiança, transação e compromisso. Estudo da interpretação contratual e dos mecanismos de revisão e resolução dos contratos, à luz das transformações econômicas e sociais contemporâneas. Análise dos impactos das novas tecnologias, do consumo digital e das relações contratuais eletrônicas, considerando o diálogo entre o Direito Civil, o Direito do Consumidor e o Direito Empresarial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil**, v.1: parte geral, obrigações, contratos (parte geral). 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book;ISBN 9788553628193.
- II. VENOSA, S. D. S.. **Direito civil: Contratos**. 25 ed.. Barueri: Atlas, 2025.
- III. TARTUCE, Flávio. **Direito civil**, v. 3:teoria geral dos contratos e contratos em espécie. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. ISBN 9788530996307..

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil: parte geral obrigações contratos (parte geral)** . v.1. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553622023.
- II. FILHO, Rodolfo Mário Veiga. **Novo curso de direito civil**, v. 4: contratos. 8. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book;ISBN 9788553627424.
- III. GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Mário Veiga Pamplona. **Novo curso de direito civil: contratos**. v.4. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553629714.
- IV. LOBO, Paulo. **Direito civil: contratos**. v.3. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553623129.
- V. TEPEDINO, Gustavo; KONDER, Carlos Nelson; BANDEIRA, Paula Greco. **Fundamentos do Direito Civil** Vol. III Contratos. Rio de Janeiro: Forense, 2024. Ebook. ISBN 9788530994518.

DIREITO ELEITORAL

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Evolução histórica da democracia, dos direitos políticos e da cidadania. Estudo do Direito Eleitoral como instrumento de concretização da soberania popular e da legitimidade do poder político. Análise do sistema representativo, da função jurisdicional da Justiça Eleitoral e do controle da autenticidade do processo democrático. Instituições do Direito Eleitoral: sufrágio, voto, alistamento e filiação partidária. O processo eleitoral: registro de candidaturas, elegibilidade e inelegibilidade, propaganda eleitoral, arrecadação e prestação de contas, e diplomação dos eleitos. Estudo dos partidos políticos, seu regime jurídico, organização interna, fidelidade partidária e responsabilidade. Perda e suspensão dos direitos políticos. Exame dos crimes e ilícitos eleitorais, do abuso de poder econômico, político e dos meios de comunicação, e da atuação do Ministério Público Eleitoral. Análise crítica da reforma eleitoral, das formas de participação política e dos desafios contemporâneos da democracia representativa e participativa no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. REIS, Márlon; LENZA, Pedro (coord.). **Direito eleitoral**. 3.ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553624225.
- II. GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral**. 21. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. ISBN 9786559777457.
- III. VELOSO, Carlos Mário da Silva; AGRA, Walber Moura. **Elementos de direito eleitoral**. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786555598810.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. REIS, Márlon. **Direito Eleitoral**. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553621565.
- II. ROLLO, Alexandre Luís Mendonça. **Direito Processual Eleitoral: Ações Cíveis Eleitorais por descumprimento da Lei das Eleições**. p.1. (Coleção direito eleitoral). São Paulo: Expressa, 2022. Ebook. ISBN 9786555599381.
- III. FREITAS, Luciana Fernandes de. **Direito Eleitoral**. (Coleção Método Essencial). Rio de Janeiro: Método, 2022. Ebook. ISBN 9786559644810.
- IV. CHIMENTI, Ricardo Cunha. Sinopses Jurídicas v 29 **Direito eleitoral**. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. Ebook. ISBN 9788553620005.
- V. BUCCI, Daniela. **Direito Eleitoral e Liberdade de Expressão**. São Paulo: Almedina Brasil, 2018. Ebook. ISBN 9788584933211.

DIREITO PENAL III

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Estudo sistematizado dos crimes previstos no Código Penal e em legislação especial, com enfoque dogmático, crítico e constitucional. Análise das infrações penais contra a pessoa. Exame dos crimes contra a propriedade imaterial, contra a organização do trabalho, contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. Abordagem dos princípios constitucionais aplicáveis à tipificação e punição das condutas criminosas. Estudo da Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941), da Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990) e da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), com destaque às inovações trazidas pelo Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/2019). Discussão sobre política criminal, seletividade penal, proporcionalidade da pena e tutela dos bens jurídicos fundamentais, considerando o papel do Direito Penal como instrumento de proteção de direitos humanos e garantias individuais. Análise jurisprudencial e doutrinária das decisões paradigmáticas do STF e STJ no campo penal contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. GONÇALVES, V. E. R.. **Legislação penal especial**. 17 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.
- II. BITENCOURT, C. R.. **Tratado de direito penal**. 31 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2025.
- III. GONÇALVES, V. E. R.. **Curso de direito penal**, v. 2: parte geral (arts 121 a 183). 7 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Legislação penal especial**. (Sinopses jurídicas). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553623552.
- II. BONFIM, Edilson Mougenot. **Direito penal da sociedade**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553623774.
- III. SOUZA, Renee do Ó; PIPINO, Luiz Fernando Rossi. **Direito Penal: Parte Geral**. v.1. (Coleção Método Essencial). Rio de Janeiro: Método, 2022. Ebook. ISBN 9786559643196.
- IV. JÚNIOR, M. R.. **Código penal comentado**. 2 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.
- V. GONZAGA, Christiano. **Manual de criminologia**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620340.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Estudo introdutório do Direito Processual Civil e das normas fundamentais do processo civil à luz da Constituição Federal e do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015). Análise da função jurisdicional do Estado, da ação, jurisdição e processo como instrumentos de pacificação social e efetivação dos direitos fundamentais. Estudo da competência jurisdicional, da organização e composição do Poder Judiciário e da estrutura das instâncias judiciais. Exame dos sujeitos do processo: partes, procuradores, Ministério Público e terceiros intervenientes. Análise da capacidade processual, representação judicial e legitimidade ad causam. Discussão sobre a pluralidade de partes e as formas de intervenção de terceiros. Estudo dos atos processuais, sua forma, tempo e lugar, bem como as regras sobre nulidades, prazos e comunicação dos atos. Análise dos pressupostos processuais e condições da ação. Estudo da formação, suspensão, extinção e estabilização do processo, observando os princípios da boa-fé processual, celeridade, cooperação e acesso à justiça.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. PINHO, H. D. B. D.. **Manual de direito processual civil contemporâneo**. 6 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.
- II. GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios; Pedro Lanza (coord.). **Direito processual civil**. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553628018.
- III. SÁ, Renato Montans de. **Manual de direito processual civil**. 10. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book.;ISBN 9788553625208.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. BUENO, C. S.. **Curso sistematizado de direito processual civil**. 15 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2025.
- II. CUNHA, L. C. D.. **Código de processo civil comentado**. 2 ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2025.
- III. CÂMARA, Alexandre Freitas. **Manual de direito processual civil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. ISBN 9786559777167.
- IV. DONIZETTI, Elpídio. **Curso de Direito Processual Civil** Vol. Único. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. Ebook. ISBN 9786559776153.
- V. GAJARDONI, Fernando da Fonseca; DELLORE, Luiz; ROQUE, Andre Vasconcelos et al. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2022. Ebook. ISBN 9786559644995.

ESTUDOS INTERDISCIPLINARES IV

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Integrar, através de uma atividade de projeto contextualizado, os conhecimentos de gestão e seus princípios desenvolvidos no semestre vigente do curso. Desenvolver habilidades de trabalho em grupo, comunicação oral e escrita, resolução de problemas, pensamento crítico, metodologia de desenvolvimento de projetos visando ao desenvolvimento das competências adquiridas relacionadas as disciplinas cursadas no semestre através de aplicação em projetos. Aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso de maneira interdisciplinar e transversal em um projeto prático. Desenvolvimento e apresentação de projeto integrando disciplinas e seus conteúdos, a partir de situações problemas e com apoio de metodologias ativas que permitam a integração do tripé: ensino, pesquisa e extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Não se aplica.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Conceitos e fundamentos da responsabilidade social corporativa e cidadania organizacional, com enfoque nas dimensões ética, ambiental e jurídica. Evolução histórica e filosófica da responsabilidade social e sua aplicação na realidade brasileira. Modelos e práticas de responsabilidade social no setor público e privado. Estudo das políticas de sustentabilidade, governança e compliance socioambiental. Análise da crise ambiental contemporânea e das relações entre desenvolvimento econômico, meio ambiente e justiça social. Estudo dos princípios do Direito Ambiental e das legislações nacionais e internacionais voltadas à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável. Sustentabilidade empresarial e responsabilidade socioambiental das organizações: certificações, relatórios ESG e ODS da ONU. Discussão sobre estratégias de conservação ambiental, economia circular, consumo consciente e políticas públicas ambientais. Integração entre ética, meio ambiente e cidadania na formação do profissional comprometido com a transformação social e o equilíbrio ecológico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. ANIRATO, Sílvia Helena. **Ciências ambientais**. São Paulo: Editora Blucher, 2024. Ebook. ISBN 9786555501827.
- II. CHRISTOPOULOS, T. P.; DULEBA, W.; RIBEIRO, F. N. D.. **Visões para um mundo sustentável: abordagens em ciência, tecnologia, gestão socioambiental e governança**. 1 ed.. São Paulo: Blucher Open Access, 2023
- III. REIS, Agnes; FERREIRA, Claudia Elisa Alves; CORREA, Thalison Bruno Campos et al. **Valoração Ambiental de Serviços Ecossistêmicos**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. Ebook. ISBN 9786556902395.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impactos cumulativos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2024. E-book. ISBN 9788579753763.
- II. COSTA, Regina P. **Ciências do ambiente**. São Paulo: Oficina de Textos, 2021. E-book. ISBN 978-65-86235-42-5.
- III. BERNERSLEE, Mike. **Não há planeta B**. São Paulo: Editora Blucher, 2020. Ebook. ISBN 9786555060157.
- IV. GARCIA, S.. **ESG e economia circular na gestão 4.0: ações para negócios mais sustentáveis**. 1 ed.. São Paulo: Blucher Open Access, 2024.
- V. RODRIGUES, M. A.. **Direito ambiental**. 10 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.

• 5º Período

ATIVIDADES COMPLEMENTARES V

CARGA HORÁRIA: 20 Horas

EMENTA

Atividades práticas e/ou teóricas, presenciais ou virtuais, relacionadas ao contexto jurídico e social, que contribuam para a formação integral do discente, promovendo o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem e a complementação da formação científica, cultural, social e profissional. Compreendem experiências que articulam ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas dentro ou fora do ambiente acadêmico, que possibilitam o aprofundamento de conhecimentos, o aprimoramento de competências e habilidades, e o fortalecimento de valores éticos e humanísticos. São consideradas Atividades Complementares todas as ações realizadas pelo estudante após seu ingresso no curso, desde que guardem relação direta ou indireta com a área do Direito, devendo o discente, ao longo de sua trajetória acadêmica, participar de uma variedade de atividades até atingir a carga horária mínima prevista na matriz curricular. Participação em eventos, extensão, monitoria, estágios e estudos independentes para ampliação da formação. Contextualiza-se o conteúdo à realidade do Vale do São Patrício e da Microrregião de Ceres, abordando casos concretos e problemáticas regionais, estimulando a análise crítica, a argumentação jurídica e a atuação ética voltada à promoção de direitos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Não se aplica.

DIREITO CIVIL IV

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Estudo dos Direitos Reais, suas características, fundamentos e distinções em relação aos direitos obrigacionais. Análise do direito de propriedade: conceito, características, função social, limitações legais e formas de aquisição e perda. Estudo da posse: teorias, classificação, aquisição, perda, efeitos e proteção possessória. Exame dos direitos reais sobre coisas alheias: uso, usufruto, habitação, servidões, enfiteuse, superfície e direito de laje. Análise dos direitos reais de garantia: penhor, hipoteca e anticrese. Estudo da propriedade fiduciária e da alienação fiduciária em garantia. O condomínio em suas diversas modalidades: geral, edifício e especial. O direito à moradia, a regularização fundiária e os instrumentos da política urbana. Relações entre os direitos reais e o direito registral imobiliário: registro, publicidade e eficácia erga omnes. Abordagem crítica sobre a função social da propriedade e sua interface com o Direito Ambiental, Urbanístico e Constitucional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. EPEDINO, Gustavo; MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rêgo; RENTERIA, Pablo. **Fundamentos do direito civil: direitos reais**. v. 5. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. ISBN 9788530996765.
- II. CORDEIRO, António Menezes. **Tratado de Direito Civil IV**. São Paulo: Almedina, 2019. Ebook. ISBN 9789724091167.
- III. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo Mário Veiga. **Novo curso de direito civil**, v. 5: direitos reais. 7. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553627387.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Mário Veiga Pamplona. **Novo curso de direito civil: direitos reais**. v.5. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553629684.
- II. GIACOMELLI, Cinthia L. Ferreira; USTARROZ, Daniel; ZAFFARI, Eduardo Kucker et al. **Direito Civil VI: Direitos Reais**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. Ebook. ISBN 9786556901497.
- III. VENOSA, S. D. S.. **Código civil comentado: direito das coisas, posse, direitos reais, propriedade**, artigos 1.196 a 1.368 (v. xii). 1 ed.. São Paulo: Atlas, 2003.
- IV. GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil**, v.1: parte geral, obrigações, contratos (parte geral). 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book; ISBN 9788553628193.
- V. LÔBO, P.. **Direito civil**, v. 2: obrigações. 11 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.

DIREITO EMPRESARIAL I

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Princípios da atividade econômica e fundamentos constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência. Estudo do conceito jurídico de empresa e do empresário individual: capacidade, obrigações, responsabilidade e registro. Análise do estabelecimento empresarial, do nome empresarial, do registro público de empresas mercantis e da proteção do ponto comercial. Escrituração e contabilidade empresarial. Sociedades empresárias e simples: distinções e características. Classificação das sociedades: personificadas e não personificadas. Análise das sociedades limitadas, sociedade em nome coletivo, sociedade em comandita simples, sociedade em conta de participação e sociedade unipessoal limitada. Transformações societárias: fusão, incorporação, cisão e transformação. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Estudo introdutório do Direito Falimentar e da Recuperação Judicial. Aplicação prática do Direito Empresarial na dinâmica dos mercados contemporâneos e nas políticas públicas de desenvolvimento econômico sustentável.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. FRAPORTI, Simone; GIACOMELLI, Cinthia L. Ferreira; VIÉRO, Guérula Mello et al. **Direito Empresarial I**. Porto Alegre: SAGAH, 2020. E-book. ISBN 9788595025608
- II. VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Empresarial**. Rio de Janeiro: Atlas, 2020. E-book. ISBN 9788597024791.
- III. MAGALHÃES, Giovani. **Direito Empresarial Facilitado**. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. ISBN 9786559643998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. VIDO, Elisabete. **Curso de direito empresarial**. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. ISBN 9786553626461.
- II. NEGRÃO, Ricardo. **Manual de direito empresarial**. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. E-book. ISBN 9786553620247.
- III. SACRAMONE, Marcelo Barbosa. **Manual de Direito Empresarial**. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. E-book. ISBN 9786553626256.
- IV. CHAGAS, E. E. D.. **Direito empresarial**. 10 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.

V. TEIXEIRA, T.. **Direito empresarial sistematizado**. 12 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.

DIREITO PENAL IV

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Análise sistemática da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, com ênfase nos crimes contra a dignidade sexual, a família, a incolumidade pública, a paz pública, a fé pública e a administração pública. Estudo crítico dos bens jurídicos tutelados, da estrutura típica das infrações, das formas de consumação e tentativa, das causas de aumento e diminuição de pena e da aplicação das leis penais especiais correlatas. Discussão sobre os crimes contra a dignidade sexual: estupro, assédio sexual, importunação sexual e exploração sexual. Análise dos crimes contra a família, incluindo o casamento, o estado de filiação e a assistência familiar. Estudo dos crimes contra a incolumidade pública, com destaque para os crimes de incêndio, explosão, desabamento, crimes de perigo comum e crimes de falsificação de produtos destinados a fins terapêuticos ou medicinais. Exame dos crimes contra a fé pública, incluindo falsificação de documentos e moeda, e dos crimes contra a paz pública, como a associação criminosa e a incitação ao crime. Análise detalhada dos crimes contra a administração pública, nas modalidades praticadas por funcionário público e contra a administração em geral, com ênfase em peculato, corrupção, concussão, prevaricação e resistência. Discussão crítica sobre os novos paradigmas do Direito Penal contemporâneo, incluindo o Direito Penal simbólico, o garantismo penal e o princípio da dignidade da pessoa humana como fundamento da tutela penal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. ANDREUCCI, Ricardo. **Manual de direito penal**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620142.
- II. JR., Aury Lopes. **Fundamentos do processo penal: introdução crítica**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620494.
- III. CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte geral: arts. 1º a 120. v.1**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553622696.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. BITENCOURT, C. R.. **Tratado de direito penal**, v. 4: parte especial. 18 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.
- II. MORETZSOHN, Fernanda; FÁVERO, Lucas Henrique. **Direito Penal Decifrado: Parte Especial**. (Coleção Decifrado). Rio de Janeiro: Método, 2023. Ebook. ISBN 9786559646425.
- III. ESTEFAM, A.; GONÇALVES, V. E. R.. **Direito penal: parte geral**. 13 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.
- IV. JÚNIOR, M. R.. **Código penal comentado**. 2 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.
- V. ESTEFAM, A.; GONÇALVES, V. E. R.. **Direito penal: parte geral**. 13 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL II

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

O procedimento comum no Código de Processo Civil de 2015. Fases do procedimento: postulatória, saneadora, instrutória e decisória. Petição inicial, requisitos e indeferimento. Resposta do réu: contestação, reconvenção e exceções. Revelia e seus efeitos. Audiência de conciliação e mediação. Saneamento do processo e organização da instrução probatória. Meios de prova: depoimento pessoal, confissão, documentos, testemunhas, perícia e inspeção judicial. Decisões interlocutórias, sentenças e acórdãos. Tutelas provisórias: tutela de urgência (cautelar e antecipada) e tutela de evidência. Julgamento conforme o estado do processo. Sentença; Coisa julgada; Liquidação e cumprimento da sentença. Análise crítica do processo civil contemporâneo sob a ótica dos princípios constitucionais da celeridade, efetividade e razoável duração do processo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. EDITORA Jurídica da Editora Manole. **Código de Processo Civil: Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015**. 11. ed. Barueri: Manole, 2025. ISBN 9788520467886.
- II. SOUSA, Cássio Vinícius Steiner de; BARBOZA, Maytê Ribeiro Tamara Meleto. **Direito Processual Civil II**. Porto Alegre: SAGAH, 2020. Ebook. ISBN 9788533500297.

III.	SÁ, Renato Montans de. Manual de direito processual civil . 10. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book.;ISBN 9788553625208.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
VI.	ALVIM, Eduardo Arruda; GRANADO, Daniel William; FERREIRA, Eduardo Aranha. Direito processual civil . São Paulo: Saraiva Jur, 2019. Ebook. ISBN 9788553611416.
VII.	CUNHA, L. C. D.. Código de processo civil comentado . 2 ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2025.
VIII.	CÂMARA, Alexandre Freitas. Manual de direito processual civil . 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. ISBN 9786559777167.
IX.	JR., H. T.. Código de processo civil anotado . 27 ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2024.
X.	GAJARDONI, Fernando da Fonseca; DELLORE, Luiz; ROQUE, Andre Vasconcelos et al. Comentários ao Código de Processo Civil . Rio de Janeiro: Forense, 2022. Ebook. ISBN 9786559644995.

DIREITO PROCESSUAL PENAL I	
CARGA HORÁRIA: 60 Horas	
EMENTA	
<p>Estudo do objeto e finalidade do Direito Processual Penal, sua autonomia científica, natureza e fontes. Nomenclatura e evolução histórica do processo penal no Brasil. Análise dos sistemas processuais penais: inquisitivo, acusatório e misto. Princípios constitucionais e processuais penais: devido processo legal, contraditório, ampla defesa, presunção de inocência, juiz natural, publicidade e duração razoável do processo. Da norma processual penal: aplicação no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Juiz das Garantias. Persecução penal: fases e sujeitos. Acordo de não persecução penal (Lei nº 13.964/2019). Polícia Judiciária e o Inquérito Policial: natureza, finalidade, princípios, normalidades, diligências, arquivamento e valor probatório. Ação penal. Ação penal pública (incondicionada e condicionada à representação) e ação penal privada (subsidiária e exclusiva). Jurisdição penal e competência: critérios, espécies, modificação e conflitos. Pressupostos processuais, condições da ação e relação jurídica processual. Sujeitos processuais: juiz, Ministério Público, acusado, defensor, assistente, querelante, ofendido e auxiliares da Justiça. Análise crítica da estrutura acusatória do processo penal brasileiro e dos desafios à efetividade da tutela penal no Estado Democrático de Direito.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
I.	SÁ, R. M. D.. Manual de direito processual civil . 9 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.
II.	RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal . Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9786559770526.
III.	JR., A. L.. Direito processual penal . 21 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
I.	NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Processual Penal . Rio de Janeiro: Forense, 2023. E-book. ISBN 9786559646838.
II.	JR., Vanderlei Garcia; ROSSINI, Luiz Felipe. Direito processual penal . São Paulo: Expressa, 2023. E-book. ISBN 9786553624191.
III.	LOPES JR., Aury. Fundamentos do processo penal: introdução crítica . 11. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. ISBN 9788553625611.
IV.	ALVIM, Eduardo Arruda; GRANADO, Daniel William; FERREIRA, Eduardo Aranha. Direito processual civil . São Paulo: Saraiva Jur, 2019. E-book. ISBN 9788553611416.
V.	REIS, Alexandre Cebrian Araujo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito processual penal . (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553626638.

ESTUDOS INTERDISCIPLINARES V	
CARGA HORÁRIA: 80 Horas	
EMENTA	
<p>Integrar, através de uma atividade de projeto contextualizado, os conhecimentos de gestão e seus princípios desenvolvidos no semestre vigente do curso. Desenvolver habilidades de trabalho em grupo, comunicação oral e escrita, resolução de problemas, pensamento crítico, metodologia de desenvolvimento de projetos visando ao desenvolvimento das competências adquiridas relacionadas as disciplinas cursadas no semestre através de aplicação em projetos. Aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso de maneira interdisciplinar e transversal em um projeto prático. Desenvolvimento e apresentação de projeto integrando disciplinas e seus</p>	

conteúdos, a partir de situações problemas e com apoio de metodologias ativas que permitam a integração do tripé: ensino, pesquisa e extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Não se aplica.

- **6º Período**

DIREITO CIVIL V

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Evolução histórica do Direito de Família no ordenamento jurídico brasileiro. A família no contexto constitucional. Conceito jurídico e social de família. Casamento. Regimes de bens. União estável. Entidades familiares reconhecidas pela Constituição e pela jurisprudência. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal: separação judicial, divórcio e seus efeitos. Guarda de filhos: modalidades, critérios de atribuição e compartilhamento. Direito de convivência familiar e visitação. Parentesco: consanguíneo, civil e por afinidade. Filiação: princípios constitucionais da igualdade e da paternidade responsável; investigação e reconhecimento de paternidade. Adoção. Alimentos. Bem de família. Poder familiar. Tutela e curatela. Direito de Família contemporâneo: pluralidade de arranjos familiares, parentalidade socioafetiva e decisões paradigmáticas dos Tribunais Superiores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. OLIVEIRA, Carlos E. Elias de; COSTA-NETO, João. **Direito Civil**. Volume Único. Rio de Janeiro: Método, 2023. E-book. ISBN 9786559646654.
- II. GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil**, v. 3: responsabilidade civil, direito de família, direito das sucessões. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553628155.
- III. TARTUCE, Flávio. **Direito civil**, v. 5: direito de família. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book ISBN 9788530996093.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. **Fundamentos do direito civil: direito de família**. V. 6. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. ISBN 9788530996628.
- II. DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito de família**. v.5. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553621453.
- III. LOBO, Paulo. **Direito civil: famílias**. v.5. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553622993.
- IV. PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Direito de Família**. v.V. Rio de Janeiro: Forense, 2024. Ebook. ISBN 9786559649129.
- V. GONÇALVES, Carlos Roberto. Sinopses Jurídicas v 02 **Direito Civil Direito de Família**. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. Ebook. ISBN 9788553619665.

DIREITO EMPRESARIAL II

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Teoria geral dos títulos de crédito: conceito, natureza jurídica, princípios (cartularidade, literalidade e autonomia) e funções econômicas. Espécies de títulos de crédito: letra de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata, warrant, conhecimento de depósito, cédulas e notas de crédito. Endosso, aval, aceite e protesto. Responsabilidade cambiária e prescrição. Títulos eletrônicos e digitalização das relações comerciais. Análise das sociedades por ações: estrutura, órgãos sociais, acionistas, assembleias, conselho de administração e diretoria. Capital social, ações, debêntures e instrumentos de financiamento empresarial. Regulação das companhias abertas e fechadas. Mercado de capitais e a atuação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Aspectos jurídicos das sociedades cooperativas e associações empresariais. Estudo da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/1976) e sua integração com o Código Civil. Análise crítica das novas tendências do Direito Empresarial contemporâneo, incluindo startups, inovação, ESG e governança corporativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. VIDO, E.. **Prática jurídica empresarial**. 11 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.
- II. CHAGAS, E. E. D.. **Direito empresarial**. 10 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.
- III. TEIXEIRA, T.. **Direito empresarial sistematizado**. 12 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. MAMEDE, Gladston; MAMEDE, Roberta Cotta. **Manual de direito empresarial**. 19. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. ISBN 9786559777181.
- II. VENOSA, Sílvio de Salvo.; RODRIGUES, Cláudia. **Direito empresarial**. p;13. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book; ISBN 9786559777396.
- III. WAISBERG, Ivo; SACRAMONE, Marcelo. **Contratos empresariais**. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book; ISBN 9788553623891.
- IV. MAGALHÃES, Giovani. **Direito Empresarial Facilitado**. Rio de Janeiro: Método, 2022. Ebook. ISBN 9786559643998.
- V. TEIXEIRA, T.. **Direito empresarial sistematizado**. 12 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Estudo dos Juizados Especiais Cíveis. Análise dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa.: consignação em pagamento, ações possessórias, divisão e demarcação, inventário e partilha, embargos de terceiro, nunciação de obra nova, usucapião judicial e extrajudicial, entre outros. Exame dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Estudo dos procedimentos previstos em leis extravagantes. Usucapião e ações possessórias. Cumprimento de sentença: espécies, título judicial e extrajudicial, legitimidade, atos executivos, penhora, expropriação, multa coercitiva e satisfação do crédito. Processo de execução: princípios, espécies de execução, títulos executivos judiciais e extrajudiciais, responsabilidade patrimonial e fraude à execução. Formas de defesa na execução: embargos à execução, impugnação ao cumprimento de sentença, exceção de pré-executividade e defesas atípicas. Suspensão, extinção e satisfação do processo de execução. Efetividade e economia processual como princípios estruturantes do processo civil contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. GONCALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de Direito Processual Civil: Processo de Conhecimento e Procedimentos Especiais**. v.2. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553626430.
- II. BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**. v.3. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620784.
- III. SÁ, Renato Montans de. **Manual de direito processual civil**. 10. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book.; ISBN 9788553625208.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. GOMES, Fabio Luiz; MORAIS, Fabíola Vianna. **Diálogos do Novo Direito Processual Civil**. São Paulo: Almedina Brasil, 2019. Ebook. ISBN 9788584935277.
- II. CUNHA, L. C. D.. **Código de processo civil comentado**. 2 ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2025.
- III. CÂMARA, Alexandre Freitas. **Manual de direito processual civil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. ISBN 9786559777167.
- IV. JR., H. T.. **Código de processo civil anotado**. 27 ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2024.
- V. GAJARDONI, Fernando da Fonseca; DELLORE, Luiz; ROQUE, Andre Vasconcelos et al. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2022. Ebook. ISBN 9786559644995.

DIREITO PROCESSUAL PENAL II

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Evolução histórica da prisão e das medidas cautelares no processo penal. Princípios constitucionais e legais da privação de liberdade: legalidade, proporcionalidade, excepcionalidade, presunção de inocência e dignidade da pessoa humana. Modalidades de prisão: em flagrante, preventiva, temporária e domiciliar. Relaxamento, revogação e substituição da prisão preventiva. Audiência de custódia e controle judicial das prisões. Medidas cautelares diversas da prisão (art. 319 do CPP). Processo cautelar penal. Prova penal: conceito, finalidade, objeto e princípios que a regem. Ônus da prova e regras de distribuição no processo penal. Provas ilícitas e ilícitas por derivação: teoria dos frutos da árvore envenenada. Produção da prova: momento, contraditório e iniciativa probatória. Meios de prova: prova testemunhal, documental, pericial, confissão, interrogatório,

reconhecimento, acareação, interceptação telefônica, busca e apreensão e outras provas tecnológicas. Das justificações e dos atos ordenatórios e decisórios. Instrução criminal. Sentença penal. Incidentes processuais: exceções, nulidades, incidentes de insanidade mental e falsidade documental. Coisa julgada penal e seus limites subjetivos e objetivos. A racionalização da prova e a decisão penal justa no Estado Democrático de Direito

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. PIEDADE, Antonio Sergio Cordeiro; GOMES, Ana Carolina Dal Ponte Aidar. **Direito Processual Penal**. (Coleção Método Essencial). Rio de Janeiro: Método, 2022. Ebook. ISBN 9786559645107.
- II. RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9786559770526.
- III. GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; REIS, Alexandre Cebrian Araújo. Esquematizado **Direito Processual Penal**. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553623101.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Processual Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2023. E-book. ISBN 9786559646838.
- II. JR., Vanderlei Garcia; ROSSINI, Luiz Felipe. **Direito processual penal**. São Paulo: Expressa, 2023. E-book. ISBN 9786553624191.
- III. LOPES JR., Aury. **Fundamentos do processo penal: introdução crítica**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. ISBN 9788553625611.
- IV. ALVIM, Eduardo Arruda; GRANADO, Daniel William; FERREIRA, Eduardo Aranha. **Direito processual civil**. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. E-book. ISBN 9788553611416.
- V. REIS, Alexandre Cebrian Araujo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito processual penal**. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553626638.

DIREITO DIGITAL

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Estudo introdutório sobre o Direito Digital e seus fundamentos teóricos e normativos. A sociedade da informação e a transformação digital: impactos na economia, na política e no sistema jurídico. Fontes e princípios do Direito Digital: privacidade, proteção de dados, liberdade de expressão, segurança da informação, responsabilidade civil e autodeterminação informativa. Marco Civil da Internet: princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD): fundamentos, conceitos, agentes de tratamento, direitos dos titulares, bases legais, responsabilidades e sanções administrativas. Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): competências, estrutura e papel regulador. Contratos eletrônicos: formação, validade, assinatura digital e prova eletrônica. Responsabilidade civil na internet: provedores, plataformas, influenciadores digitais e inteligência artificial. Crimes digitais: tipificação penal, cibercrimes contra a honra, contra o patrimônio e contra a administração pública. Provas digitais e cadeia de custódia da evidência eletrônica. Cibersegurança e políticas públicas de segurança da informação. Direito Digital e Inteligência Artificial: regulação, ética algorítmica e governança tecnológica. Proteção à propriedade intelectual no ambiente digital: direitos autorais e software. Desafios contemporâneos do Direito Digital: deepfakes, desinformação, big data e metaverso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. TEIXEIRA, T.. **Direito digital e processo eletrônico**. 8 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.
- II. GARRIDO, Patricia Peck. **Proteção de dados pessoais: comentários à lei n. 13.709/2018 (LGPD)**. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786555599480.
- III. FEFERBAUM, Marina; SILVA, Alexandre Pacheco da; COELHO, Alexandre Zavaglia et al. **Ética, Governança e Inteligência Artificial**. São Paulo: Almedina, 2023. Ebook. ISBN 9786556279145.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito digital e processo eletrônico**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553622344.
- II. MACHADO, Diego. **Algoritmos e Proteção de Dados Pessoais**. São Paulo: Almedina, 2023. Ebook. ISBN 9786556279602.
- III. TEIXEIRA, Tarcisio. **A LGPD e o ecommerce**. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. Ebook. ISBN 9786555598155.
- IV. PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito Digital**. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. Ebook. ISBN 9786555598438.
- V. LIMA, Cíntia Rosa Pereira de. **ANPD e LGPD: Desafios e perspectivas**. São Paulo: Almedina Brasil, 2021. Ebook. ISBN 9786556272764.

ESTUDOS INTERDISCIPLINARES VI
CARGA HORÁRIA: 80 Horas
EMENTA
Integrar, através de uma atividade de projeto contextualizado, os conhecimentos de gestão e seus princípios desenvolvidos no semestre vigente do curso. Desenvolver habilidades de trabalho em grupo, comunicação oral e escrita, resolução de problemas, pensamento crítico, metodologia de desenvolvimento de projetos visando ao desenvolvimento das competências adquiridas relacionadas as disciplinas cursadas no semestre através de aplicação em projetos. Aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso de maneira interdisciplinar e transversal em um projeto prático. Desenvolvimento e apresentação de projeto integrando disciplinas e seus conteúdos, a partir de situações problemas e com apoio de metodologias ativas que permitam a integração do tripé: ensino, pesquisa e extensão.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<i>Não se aplica.</i>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<i>Não se aplica.</i>

- **7º Período**

DIREITO CIVIL VI
CARGA HORÁRIA: 60 Horas
EMENTA
Introdução ao Direito das Sucessões: conceito, natureza jurídica e princípios constitucionais da sucessão. Evolução histórica do Direito Sucessório. Abertura da sucessão: momento e lugar. Capacidade para suceder e causas de exclusão da sucessão. Herança: conceito, natureza jurídica e transmissão. Aceitação e renúncia da herança: espécies, efeitos e forma. Herança jacente e herança vacante. Petição de herança e direito do herdeiro aparente. Sucessão legítima: ordem de vocação hereditária, classes de herdeiros e concorrência sucessória entre cônjuge, companheiro e descendentes. Direito de representação e seus efeitos. Sucessão testamentária: conceito, natureza, requisitos e limites. Capacidade para testar. Espécies e formas de testamentos: público, cerrado, particular e especiais (marítimo, aeronáutico e militar). Codicilos, substituições, fideicomissos e direito de acrescer. Revogação e caducidade do testamento. Administração da herança e responsabilidade do herdeiro. Partilha e colação. Aspectos contemporâneos das sucessões: sucessão digital e repercussões do Direito de Família no Direito das Sucessões.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<ol style="list-style-type: none"> I. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil, v. 3: responsabilidade civil, direito de família, direito das sucessões. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553628155. II. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo Mário Veiga. Novo curso de direito civil, v. 7: direito das sucessões. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553627356. III. TEPEDINO, Gustavo; NEVARES, Ana Luiza Maia.; MEIRELES, Rose Melo Vencelau. Fundamentos do direito civil: direito das sucessões. V. 7. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. ISBN 9788530996789.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<ol style="list-style-type: none"> I. LOBO, Paulo. Direito civil: sucessões. v.6. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553622979. II. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões. v.6. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553621415. III. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil: direito das sucessões. (coleção sinopses jurídicas). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553620841. IV. PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil: Direito das Sucessões. v.VI. Rio de Janeiro: Forense, 2024. Ebook. ISBN 9786559649082. V. GIACOMELLI, Cinthia L. Ferreira; ZAFFARI, Eduardo Kucker; SOUTO, Fernanda Ribeiro et al. Direito Civil: Direito das Sucessões. Porto Alegre: SAGAH, 2021. Ebook. ISBN 9786556901329.

DIREITO DO TRABALHO I

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Conceito, natureza e princípios do Direito do Trabalho. Fontes do Direito do Trabalho: hierarquia e integração. Evolução histórica da legislação trabalhista no Brasil. Direito do Trabalho e Constituição Federal: princípios fundamentais e proteção da dignidade da pessoa humana no ambiente laboral. Contrato de trabalho: conceito, natureza jurídica e distinção entre relação de trabalho e relação de emprego. Requisitos, elementos e características da relação de emprego. Empregador e empregado: conceito, capacidade e poderes do empregador. Espécies de empregados. Contrato individual de trabalho: forma, validade e eficácia. Modalidades contratuais: por prazo determinado e indeterminado, temporário, intermitente e de aprendizagem. Alteração, suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Poder diretivo e deveres das partes. Remuneração, salário e princípios da proteção salarial. Jornada de trabalho, intervalos e descansos. Férias e 13º salário. Proteção ao trabalho da mulher, do menor e da pessoa com deficiência. Terceirização e novas formas de trabalho: autônomo, teletrabalho e plataformas digitais. Função social do trabalho e impactos da tecnologia nas relações laborais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. CARRION, Valentin; CARRION, Eduardo. **CLT: comentários à consolidação das leis trabalhistas**. 49. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553624034.
- II. MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual de direito e processo do trabalho**. 30. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book.;ISBN 9788553627202.
- III. ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito do Trabalho**. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2025. E-book. ISBN 9788553621842.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. MARTINS, Sérgio Pinto. **Direitos fundamentais trabalhistas**. 4. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book.;ISBN 9788553623860.
- II. HÜNING, Júlia Martins-Costa. **Direitos individuais trabalhistas e arbitragem**. São Paulo: Almedina Brasil, 2025. E-book. ISBN 9788584937820.
- III. GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553622849.
- IV. MARTINS, Sergio Pinto. **Manual de direito do trabalho**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553628977.
- V. FILHO, Ives Gandra da Silva Martins. **Manual de direito e processo do trabalho**. (Série IDP). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553629431.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Estudo do sistema recursal no processo civil brasileiro. Teoria Geral dos Recursos: conceito, natureza jurídica, fundamentos constitucionais e princípios gerais. Dos efeitos dos recursos: devolutivo, suspensivo, regressivo e translativo. Dos requisitos de admissibilidade e processamento dos recursos. Da sucumbência e dos honorários advocatícios em sede recursal. Dos recursos em espécie: apelação, agravo de instrumento, agravo interno, embargos de declaração, recurso ordinário, recurso especial e extraordinário. Dos embargos de divergência e do recurso adesivo. Dos processos nos tribunais e da ordem processual nos tribunais superiores. Processos de competência originária dos tribunais: mandado de segurança, ação rescisória, reclamação constitucional, conflitos de competência e ação direta de inconstitucionalidade. Incidentes processuais nos tribunais: uniformização de jurisprudência, julgamento de recursos repetitivos, incidente de assunção de competência (IAC) e incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR). Da formação, estabilidade e modificação da coisa julgada nas instâncias superiores. Dos meios de impugnação das decisões judiciais: ação rescisória, mandado de segurança, reclamação e correição parcial. Precedentes obrigatórios e sua aplicação prática. O papel do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) na consolidação da interpretação do direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. GONCALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de Direito Processual Civil: Processo de Conhecimento e Procedimentos Especiais**. v.2. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553626430.
- II. BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**. v.3. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620784.
- III. SÁ, Renato Montans de. **Manual de direito processual civil**. 10. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book.;ISBN 9788553625208.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. GOMES, Fabio Luiz; MORAIS, Fabíola Vianna. **Diálogos do Novo Direito Processual Civil**. São Paulo: Almedina Brasil, 2019. Ebook. ISBN 9788584935277.
- II. CUNHA, L. C. D.. **Código de processo civil comentado**. 2 ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2025.
- III. CÂMARA, Alexandre Freitas. **Manual de direito processual civil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. ISBN 9786559777167.
- IV. JR., H. T.. **Código de processo civil anotado**. 27 ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2024.
- V. GAJARDONI, Fernando da Fonseca; DELLORE, Luiz; ROQUE, Andre Vasconcelos et al. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2022. Ebook. ISBN 9786559644995.

DIREITO PROCESSUAL PENAL III

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Estudo dos procedimentos penais no ordenamento jurídico brasileiro. Procedimento comum ordinário, sumário e sumaríssimo: distinções, fases e princípios. Procedimentos especiais previstos na legislação penal: crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, crimes de imprensa, crimes contra a honra, Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), Estatuto do Desarmamento, e crimes de competência originária. Sentença penal: conceito, estrutura, espécies, efeitos e princípios. Coisa julgada: conceito, limites objetivos e subjetivos, relativização e revisão criminal. Das nulidades processuais: espécies, princípios, distinção entre nulidades absolutas e relativas, e consequências jurídicas. Teoria Geral dos Recursos no Processo Penal: conceito, princípios, efeitos e espécies de recursos. Recursos em espécie: apelação, recurso em sentido estrito, embargos infringentes e de nulidade, embargos de declaração, recurso ordinário constitucional, recurso especial e extraordinário. Ações autônomas de impugnação: habeas corpus, mandado de segurança, revisão criminal e correição parcial. Estudo crítico dos mecanismos de impugnação à luz dos princípios constitucionais do devido processo legal, contraditório, ampla defesa e presunção de inocência. Relação entre o processo penal e os direitos humanos: tutela judicial efetiva e garantias fundamentais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. PIEDADE, Antonio Sergio Cordeiro; GOMES, Ana Carolina Dal Ponte Aidar. **Direito Processual Penal**. (Coleção Método Essencial). Rio de Janeiro: Método, 2022. Ebook. ISBN 9786559645107.
- II. RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9786559770526.
- III. GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; REIS, Alexandre Cebrian Araújo. Esquematizado **Direito Processual Penal**. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553623101.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Processual Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2023. E-book. ISBN 9786559646838.
- II. JR., Vanderlei Garcia; ROSSINI, Luiz Felipe. **Direito processual penal**. São Paulo: Expressa, 2023. E-book. ISBN 9786553624191.
- III. LOPES JR., Aury. **Fundamentos do processo penal: introdução crítica**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. ISBN 9788553625611.
- IV. ALVIM, Eduardo Arruda; GRANADO, Daniel William; FERREIRA, Eduardo Aranha. **Direito processual civil**. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. E-book. ISBN 9788553611416.
- V. REIS, Alexandre Cebrian Araujo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito processual penal**. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553626638.

DISCIPLINA ELETIVA

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Componente curricular de natureza flexível, destinada à ampliação e ao aprofundamento dos estudos jurídicos e interdisciplinares, de acordo com o perfil do egresso e as demandas contemporâneas da sociedade. Possibilita ao discente a escolha de temas de interesse acadêmico e profissional, alinhados à sua trajetória de formação e às áreas de concentração do curso. As disciplinas eletivas poderão abordar temáticas emergentes e transversais, como direitos humanos, inovação tecnológica, direito digital, bioética, compliance, direito ambiental, direito e novas mídias, direito e inteligência artificial, direito da moda, direito desportivo, mediação e arbitragem, direito do consumidor, políticas públicas, diversidade e inclusão, dentre outras. Visa fomentar a

autonomia intelectual, a formação crítica e a interdisciplinaridade, integrando teoria e prática e incentivando a pesquisa e a extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Não se aplica.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Compreende a efetivação do processo sob o ponto de vista formal, proporcionando ao discente experiência prática com a rotina forense e o exercício simulado e/ou real das atividades jurídicas. Abrange a elaboração e análise de petições iniciais, contestações, réplicas, sentenças, recursos e ações autônomas, bem como procedimentos relacionados ao processo de execução. Ênfase nos aspectos práticos da atuação processual, estimulando o domínio técnico da linguagem jurídica e a aplicação dos princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa e devido processo legal. Inclui atividades supervisionadas no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), visitas técnicas a órgãos do sistema de justiça (Fórum, Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacias e Tribunais), participação e/ou assistência em audiências simuladas e reais, análise de autos findos e elaboração de relatórios jurídicos. Promove a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com foco na responsabilidade social, na cidadania e no acesso à justiça. Interação do funcionamento do processo e peticionamento eletrônico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Não se aplica.

PRÁTICA JURÍDICA CIVIL

CARGA HORÁRIA: 40 Horas

EMENTA

Atividades práticas e simuladas na área do Direito Civil e Processual Civil, integradas à rotina do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ). Estudo e discussão de casos concretos e de processos judiciais reais. Elaboração e análise de peças processuais cíveis — petição inicial, contestação, reconvenção, réplica, incidentes processuais, recursos e cumprimento de sentença — sob orientação docente. Aprofundamento da atuação prática nas fases postulatória, instrutória e decisória do processo civil, com ênfase na redação jurídica, argumentação e fundamentação legal. Desenvolvimento de atividades simuladas e reais relacionadas à prática forense cível, visitas técnicas a órgãos do sistema de justiça e participação em audiências, conciliatórias e de instrução, sob supervisão docente. Abordagem ética e técnica do exercício profissional dos operadores jurídicos na área cível, promovendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. VICTALINO, A. C.; PAULINO, C.; BARROSO, D.. **Prática civil**. 4 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.
- II. TARTUCE, Fernanda; DELORE, Luiz. **Manual de prática civil**. 20. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. ISBN 9788530997229.
- III. CHACON, Luis Fernando Rabelo. **Manual de prática forense civil**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. ISBN 9788553625093.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. SÁ, Renato Montans de; AGUIRRE, João. **Prática civil**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553629585.
- II. CARVALHO, Carla; DELLORE, Luiz. **OAB 2ª fase: prática civil**. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553621576.
- III. CHACON, Luis Fernando Rabelo. **Manual de prática forense civil**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553629936.
- IV. JÚNIOR, Gediel Claudino de Araujo. **Prática No Processo Civil**. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. Ebook. ISBN 9786559776191.

- V. GIACOMELLI, Cinthia Louzada Ferreira; USTARROZ, Daniel; FERREIRA, Gabriel Bonesi et al. **Prática Processual Civil**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. Ebook. ISBN 9786556901756.

- **8º Período**

DIREITO ADMINISTRATIVO I
CARGA HORÁRIA: 60 Horas
EMENTA
<p>O Estado moderno e a consolidação do Direito Administrativo como ramo autônomo do Direito Público. Conceito, evolução histórica e fontes do Direito Administrativo. Regime jurídico-administrativo e seus princípios estruturantes: supremacia e indisponibilidade do interesse público. Princípios constitucionais da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Poderes e deveres da Administração Pública: poder vinculado e discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. Ato administrativo: conceito, elementos, atributos, classificação, invalidação e revogação. Organização administrativa: Administração Direta e Indireta — autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. Serviços públicos: conceito, princípios, formas de prestação, concessão, permissão e autorização. Intervenção do Estado no domínio econômico e sua compatibilidade com a livre iniciativa e a ordem econômica constitucional. Análise crítica da atuação administrativa sob o enfoque do Estado Democrático de Direito e da tutela jurisdicional do cidadão.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>I. SPITZCOVSKY, C.. Direito administrativo. 7 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. II. MAZZA, A.. Manual de direito administrativo. 13 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. III. PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito administrativo descomplicado. 34. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. ISBN 9788530996512.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>I. SPITZCOVSKY, Celso; LENZA, Pedro. Direito administrativo. 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. ISBN 9788553628216. II. ALVES, Felipe Dalenogare. Manual de direito administrativo. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620760. III. ROSSI, Licínia. Manual de direito administrativo. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620067. IV. ZOCKUN, Carolina Zancaner; CABRAL, Flávio Garcia; SARAI, Leandro et al. Manual de direito Administrativo digital. São Paulo: Almedina, 2024. Ebook. ISBN 9788584937165. V. MACIEL, Igor Moura. Manual de direito administrativo. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553624184.</p>

DIREITO DO TRABALHO II
CARGA HORÁRIA: 60 Horas
EMENTA
<p>Estudo das relações coletivas de trabalho: conceito, princípios e autonomia coletiva da vontade. Organização sindical no Brasil: liberdade sindical e representatividade. Sindicatos: constituição, estrutura e funções. Negociação coletiva de trabalho: convenções e acordos coletivos. Greve: fundamentos constitucionais, limites e abusividade. Dissídios coletivos: natureza, competência e efeitos das decisões. Contribuições sindicais e financiamento das entidades representativas. Extinção do contrato de trabalho: formas, causas e efeitos. Aviso prévio. Verbas rescisórias e suas naturezas jurídicas. Estabilidade e garantias de emprego. Justa causa e rescisão indireta. Aviso prévio proporcional. Seguro-desemprego e FGTS. Prescrição e decadência no Direito do Trabalho. Seguridade Social: conceito, princípios constitucionais, regimes previdenciários e benefícios. Competência material da Justiça do Trabalho e suas funções ampliadas. Impactos da reforma trabalhista nas relações individuais e coletivas de trabalho.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>I. FILHO, Ives Gandra da Silva Martins. Manual de direito e processo do trabalho. (Série IDP). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553629431. II. MONTEIRO, Antonio Lopes. Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais. Rio de Janeiro: SRV, 2024. Ebook. ISBN 9786553628533. III. ROMAR, C. T. M.. Direito do trabalho. 9 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

I.	LUZ, Valdemar P. da. Manual do advogado : advocacia prática civil, trabalhista e criminal. Barueri: Manole, 2024. Ebook. ISBN 9786555769173.
II.	VIANA, Marcelo Muniz Baptista. Audiência trabalhista na prática : advogando para reclamante e reclamada. São Paulo: Expressa, 2023. Ebook. ISBN 9786553623989.
III.	PEREIRA, Guilherme da Hora. Direito de Greve: Discurso e Forma Jurídica . (Coleção Universidade Católica de Brasília). São Paulo: Almedina, 2023. Ebook. ISBN 9786556278612.
IV.	MARTINS, Sergio Pinto. Manual de direito do trabalho . São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553628977.
V.	LIMA, Adrienne; ALCASSA, Flávia; PAPPERT, Milena. LGPD no Direito do Trabalho . São Paulo: Expressa, 2022. Ebook. ISBN 9786553621954.

DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Análise do Direito Processual Constitucional como ramo autônomo e de integração entre o Direito Constitucional e o Processo. Estudo dos fundamentos constitucionais do processo: o devido processo legal, contraditório, ampla defesa, acesso à justiça e razoável duração do processo. Controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos: modalidades, sistemas, legitimidade ativa e efeitos das decisões. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI). Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC). Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO). Mandado de Injunção, Mandado de Segurança individual e coletivo, Habeas Corpus e Habeas Data. Intervenção federal e estadual. Análise do papel do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição. Jurisprudência constitucional e seus efeitos vinculantes. Efetividade dos direitos fundamentais no processo judicial e administrativo. Interação entre jurisdição constitucional, democracia e separação de poderes no Estado Democrático de Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. JÚNIOR, Paulo Hamilton Siqueira. **Direito processual constitucional**. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. E-book. ISBN 9786555599626.
- II. MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559771868.
- III. JR., Paulo Hamilton Siqueira. **Direito processual constitucional**, 7ª edição.. São Paulo: Editora Saraiva, 2016. Ebook. ISBN 9788547213152.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. MARTINS, Leonardo. **Direito Processual Constitucional Alemão**. Rio de Janeiro: Atlas, 2011. E-book. ISBN 9788522481149.
- II. SCHREIBER, Anderson; KONDER, Carlos Nelson. **Direito Civil - Constitucional**. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. E-book. ISBN 9788597005172.
- III. SALEME, Edson Ricardo. **Direito constitucional**. Barueri: Manole, 2022. E-book. ISBN 9786555766370.
- IV. SOUSA, Cássio Vinícius Steiner de; DUARTE, Melissa de Freitas. **Direito Processual Civil I**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. ISBN 9788595026346.
- V. ENZA, Pedro. **Direito constitucional**. 29. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553628100.

DIREITO PROCESSUAL PENAL IV

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Teoria geral dos recursos e dos meios de impugnação das decisões judiciais no processo penal. Espécies recursais: apelação, recurso em sentido estrito, embargos infringentes e de nulidade, embargos de declaração, recurso especial, recurso extraordinário e agravos. Princípios aplicáveis aos recursos penais: unirrecorribilidade, fungibilidade, voluntariedade, taxatividade, efeito devolutivo e suspensivo. Revisão criminal: conceito, cabimento, efeitos e procedimento. Habeas Corpus e seus aspectos processuais. Execução penal: princípios constitucionais, espécies de pena, direitos e deveres do condenado, incidentes de execução e benefícios legais. Controle jurisdicional da execução penal. Atuação dos Tribunais Superiores no processo penal e nas garantias fundamentais do acusado. Análise crítica da efetividade do processo penal à luz dos direitos humanos e das convenções internacionais de proteção à pessoa humana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

I.	REIS, Anna C. Gomes dos; MARINO, Aline Marques; GIACOMELLI, Cinthia L. Ferreira et al. Direito Processual Penal: Procedimentos e Recursos . Porto Alegre: SAGAH, 2021.
II.	RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal . Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9786559770526.
III.	GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; REIS, Alexandre Cebrian Araújo. Direito processual penal . (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553621705.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

I.	NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Processual Penal. Rio de Janeiro: Forense, 2024. Ebook. ISBN 9786559649280.
II.	JR., Vanderlei Garcia; ROSSINI, Luiz Felipe. Direito processual penal . São Paulo: Expressa, 2023. E-book. ISBN 9786553624191.
III.	PIECADE, Antonio Sergio Cordeiro; GOMES, Ana Carolina Dal Ponte Aidar. Direito Processual Penal . (Coleção Método Essencial). Rio de Janeiro: Método, 2022. Ebook. ISBN 9786559645107.
IV.	ALVIM, Eduardo Arruda; GRANADO, Daniel William; FERREIRA, Eduardo Aranha. Direito processual civil . São Paulo: Saraiva Jur, 2019. E-book. ISBN 9788553611416.
V.	REIS, Alexandre Cebrian Araujo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito processual penal . (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553626638.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Compreende a efetivação do processo sob o ponto de vista formal, proporcionando ao discente experiência prática com a rotina forense e o exercício simulado e/ou real das atividades jurídicas. Abrange a elaboração e análise de petições iniciais, contestações, réplicas, sentenças, recursos e ações autônomas, bem como procedimentos relacionados ao processo de execução. Ênfase nos aspectos práticos da atuação processual, estimulando o domínio técnico da linguagem jurídica e a aplicação dos princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa e devido processo legal. Inclui atividades supervisionadas no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), visitas técnicas a órgãos do sistema de justiça (Fórum, Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacias e Tribunais), participação e/ou assistência em audiências simuladas e reais, análise de autos findos e elaboração de relatórios jurídicos. Promove a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com foco na responsabilidade social, na cidadania e no acesso à justiça. Empreendedorismo e marketing jurídico: as tecnologias digitais, as redes sociais e o código de ética.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Não se aplica.

NEGOCIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Conceito, natureza e dinâmica dos conflitos. Métodos adequados de resolução de controvérsias: negociação, conciliação, mediação e arbitragem. Mudança de paradigma no tratamento dos conflitos e o papel do jurista na promoção da cultura da paz e do acesso à justiça. Princípios e fundamentos da mediação e da conciliação. O papel, perfil e atitudes do mediador. Técnicas e etapas do processo de mediação: entrevista inicial, comunicação eficaz, escuta ativa, empatia, identificação de interesses, construção de opções e formulação de acordos. Técnicas e estratégias de negociação aplicadas ao ambiente jurídico e institucional. Comunicação e linguagem em contextos de conflito. Arbitragem: conceito, natureza jurídica, convenção de arbitragem, cláusula compromissória, compromisso arbitral, árbitros, procedimento arbitral e sentença arbitral. Aplicabilidade dos métodos extrajudiciais de resolução de conflitos no sistema jurídico brasileiro. Mediação familiar, empresarial, comunitária e trabalhista.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- | | |
|----|---|
| I. | SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem . Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book. ISBN 9786559640089. |
|----|---|

II.	PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MAZZOLA, Marcelo. Manual de Mediação e Arbitragem . São Paulo: Saraiva Jur, 2021. E-book. ISBN 9786555598087.
III.	MESSA, Ana Flávia; ROVAI, Armando Luiz. Manual de Arbitragem . São Paulo: Almedina Brasil, 2021. E-book. ISBN 9786556273075.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
I.	MATOS, Francisco Gomes de. Negociação e conflito 1ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2014. Ebook. ISBN 9788502220195.
II.	CARDOSO, Paula B. Arbitrabilidade objetiva e administração pública . São Paulo: Almedina Brasil, 2025. E-book. ISBN 9788584938063.
III.	ZAKIA, José Victor Palazzi. A Igualdade na Arbitragem: o processo arbitral e o fenômeno repeat player . São Paulo: Almedina Brasil, 2021. Ebook. ISBN 9786556273761.
IV.	AGUIAR, Antônio Carlos; BASILE, César Reinaldo Offa. Negociação coletiva de trabalho . São Paulo: Saraiva Jur, 2018. E-book. ISBN 9788553601547.
V.	FICHTNER, José Antonio; MANNHEIMER, Sergio Nelson; MONTEIRO, André Luís. Teoria Geral da Arbitragem . Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-book. ISBN 9788530982881.

PRÁTICA JURÍDICA PENAL	
CARGA HORÁRIA: 40 Horas	
EMENTA	
<p>Estudo e aplicação prática dos institutos do Direito Processual Penal. Análise e discussão de casos concretos e processos judiciais reais. Elaboração de peças processuais penais nas diversas fases da persecução penal: inquérito, ação penal, recursos e execução. Atividades simuladas e práticas supervisionadas em ambiente controlado e no Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ). Acompanhamento e observação de audiências criminais, sessões do Tribunal do Júri e visitas técnicas a órgãos do sistema de justiça. Noções de prática forense penal, atuação do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Advocacia e do Poder Judiciário. Procedimentos comuns e especiais no processo penal. Técnicas de redação jurídica, argumentação e sustentação oral. Ética profissional e responsabilidade social do advogado criminalista. Integração entre teoria e prática com foco na aplicação dos princípios constitucionais do devido processo legal, contraditório e ampla defesa.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
I.	MESSA, Ana Flávia. Prática penal para exame da OAB . São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553629554
II.	NUCCI, Guilherme de Souza. Prática Forense Penal . Rio de Janeiro: Forense, 2024. Ebook. ISBN 9788530994976.
III.	MASSON, Cléber; VILHENA JÚNIOR, Ernani. Prática penal, civil e tutela coletiva: Ministério Público . ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. ISBN 9788530996949.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
I.	FERREIRA, Marcelo Zago Gomes; RESENDE, Flávio Rolim Pinheiro. Peça Prática Decifrada para Delegado de Polícia . (Coleção Decifrado). Rio de Janeiro: Método, 2023. Ebook. ISBN 9786559646388.
II.	SILVA, Luiz Cláudio; SILVA, Franklyn Roger Alves. Manual de Processo e Prática Penal , 6ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2012. Ebook. ISBN 9788530955984.
III.	MESSA, Ana Flávia. Prática penal para exame da OAB . São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553624498.
IV.	SILVA, Luiz Cláudio; SILVA, Franklyn Roger Alves. Manual de Processo e Prática Penal , 6ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2012. Ebook. ISBN 9788530955984.
V.	DEMERCIAN, Pedro Henrique; MALULY, Jorge Assaf. Teoria e Prática dos Juizados Especiais Criminais . Rio de Janeiro: Forense, 2008. Ebook. ISBN 9788530955977.

- **9º Período**

DIREITO ADMINISTRATIVO II	
CARGA HORÁRIA: 60 Horas	
EMENTA	
<p>Serviço público: conceito, princípios, titularidade, formas de prestação e regime jurídico. Concessões e permissões de serviço público: regime jurídico, contratos administrativos, obrigações e responsabilidade das concessionárias. Limitações ao direito de propriedade: poder de polícia, tombamento, servidão administrativa e</p>	

requisição. Desapropriação: fundamentos constitucionais, modalidades, procedimento e indenização. Intervenção do Estado no domínio econômico: princípios, instrumentos e formas de atuação estatal na ordem econômica. Bens públicos: classificação, regime jurídico e utilização. Servidores públicos: conceito, categorias, regimes jurídicos, direitos, deveres e responsabilidade disciplinar. Responsabilidade civil do Estado: teorias, hipóteses, ações regressivas e responsabilidade por omissão. Controle da Administração Pública: controle interno, externo, judicial e social. Processo administrativo: princípios, garantias, fases e sanções administrativas. Lei nº 9.784/1999 e seus princípios aplicáveis. Análise de casos práticos e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça sobre responsabilidade estatal e controle da Administração.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- IV. SPITZCOVSKY, C.. **Direito administrativo**. 7 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.
- V. MAZZA, A.. **Manual de direito administrativo**. 13 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.
- VI. PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito administrativo descomplicado**. 34. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. ISBN 9788530996512.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- VI. SPITZCOVSKY, Celso; LENZA, Pedro. **Direito administrativo**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. ISBN 9788553628216.
- VII. ALVES, Felipe Dalenogare. **Manual de direito administrativo**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620760.
- VIII. ROSSI, Licínia. **Manual de direito administrativo**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620067.
- IX. ZOCKUN, Carolina Zancaner; CABRAL, Flávio Garcia; SARAI, Leandro et al. **Manual de direito Administrativo digital**. São Paulo: Almedina, 2024. Ebook. ISBN 9788584937165.
- X. MACIEL, Igor Moura. **Manual de direito administrativo**. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553624184.

DIREITO AMBIENTAL

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Conceito, natureza jurídica e evolução histórica do Direito Ambiental. As conferências ambientais internacionais e o desenvolvimento sustentável: da Conferência de Estocolmo (1972) à Agenda 2030 da ONU. Princípios fundamentais do Direito Ambiental: prevenção, precaução, poluidor-pagador, usuário-pagador, participação, desenvolvimento sustentável e função socioambiental da propriedade. Fontes do Direito Ambiental e sua natureza multidisciplinar. Proteção constitucional do meio ambiente: meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental. Competência dos entes federativos em matéria ambiental. Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981). Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e instrumentos de gestão ambiental. Licenciamento ambiental e Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Espaços territoriais especialmente protegidos: unidades de conservação, áreas de preservação permanente (APPs), reservas legais, florestas, fauna e recursos hídricos. Poluição ambiental: atmosférica, hídrica, sonora, visual e por resíduos sólidos. Responsabilidade ambiental: penal, civil e administrativa. Crimes e infrações administrativas ambientais (Lei nº 9.605/1998). Instrumentos processuais de tutela ambiental: ação civil pública, mandado de segurança coletivo, mandado de injunção, ação popular e termos de ajustamento de conduta (TAC). Educação ambiental e sustentabilidade no contexto jurídico contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. SIRVINSKAS, L. P.. **Manual de direito ambiental**. 20 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.
- II. RODRIGUES, M. A.. **Direito ambiental**. 10 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.
- III. TRENNEPOHL, Terence. **Manual de direito ambiental**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620265.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. Ebook. ISBN 9786559773787.
- II. BARBOSA, Rildo Pereira. **Código florestal: prático e didático**. São Paulo: Expressa, 2023. Ebook. ISBN 9786558110101.
- III. ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. Ebook. ISBN 9786559773787.
- IV. CONDESSO, Fernando dos Reis. **Direito do Urbanismo e do Ambiente**. São Paulo: Almedina, 2020. E-book. ISBN 9789724084701.
- V. ABIEÇAB, Pedro; KURKOWSKI, Rafael Scwez. **Direito Ambiental**. (Coleção Método Essencial). Rio de Janeiro: Método, 2022. Ebook. ISBN 9786559645060.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Noções introdutórias de Direito Financeiro e sua relação com o Direito Tributário. Conceito, natureza jurídica e princípios do Direito Financeiro e do Direito Tributário. O Sistema Tributário Nacional na Constituição Federal de 1988. Competência tributária: espécies, limitações e repartição de receitas. Conceito e espécies de tributos: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais. Fato gerador, base de cálculo e sujeito passivo. Crédito tributário: constituição, lançamento, suspensão, exclusão, extinção e garantias. Obrigações tributárias principais e acessórias. Princípios constitucionais tributários: legalidade, anterioridade, isonomia, capacidade contributiva, vedação ao confisco, transparência e não discriminação tributária. Administração tributária e fiscalização. Processo administrativo fiscal e defesa do contribuinte. Dívida ativa e execução fiscal. Normas gerais de Direito Financeiro: receita e despesa públicas, orçamento público, lei orçamentária anual, plano plurianual e lei de diretrizes orçamentárias. Controle da atividade financeira do Estado e princípios da responsabilidade fiscal. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). Relação entre tributação, justiça fiscal e desenvolvimento econômico sustentável.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. FILHO, C. A. D. M. R.. **Direito financeiro e econômico**. 5 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.
- II. SABBAG, Eduardo. **Manual de direito tributário**. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553627769.
- III. FILHO, Carlos Alberto de Moraes Ramos. **Direito financeiro e econômico**. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553621804.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. PISCITELLI, Tathiane. **Direito Financeiro**. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. Ebook. ISBN 9786559775231.
- II. PAULSEN, Leandro; MELO, José Eduardo Soares de. **Impostos Federais, Estaduais e Municipais**. 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553625567.
- III. MORAES, Guaracy do Nascimento; ELTZ, Magnum; FERREIRA, Gabriel Bonesi et al. **Direito Financeiro**. Porto Alegre: SAGAH, 2022. Ebook. ISBN 9786556902135.
- IV. RELLANO, Luis Felipe Vidal. **Teoria Jurídica do Crédito Público e Operações Estruturadas: Empréstimos Públicos, Securitizações, PPPs, Garantias e Outras Operações Estruturadas no Direito Financeiro**. São Paulo: Editora Blucher, 2020. Ebook. ISBN 9786555500103.
- V. VALADÃO, Marcos Aurélio P.; BASTOS, Ricardo Victor F. (coords.). **Normas gerais de direito tributário e princípio da legalidade: análise de casos com repercussão geral**. São Paulo: Almedina Brasil, 2025. E-book. ISBN 9788584937462.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Evolução histórica e fundamentos do Direito Processual do Trabalho. Conceito, natureza jurídica, autonomia e finalidade do processo trabalhista. Fontes e princípios específicos do processo do trabalho: oralidade, simplicidade, informalidade, celeridade, economia processual e proteção. Interpretação e aplicação das normas processuais trabalhistas. Organização, composição e competência da Justiça do Trabalho. Atribuições do Ministério Público do Trabalho e da Advocacia Trabalhista. Atos, prazos e nulidades processuais. Partes, procuradores e jus postulandi. Petição inicial, defesa e reconvenção. Audiência trabalhista: estrutura, fases e dinâmica. Provas no processo trabalhista: conceito, princípios, meios e ônus da prova. Sentença e coisa julgada. Recursos no processo do trabalho: princípios, espécies e processamento. Execução trabalhista: princípios, sujeitos, meios executivos, penhora e embargos. Dissídios coletivos e soluções dos conflitos coletivos de trabalho. Ações autônomas no processo do trabalho. Aplicação subsidiária e supletiva do Código de Processo Civil ao processo trabalhista (art. 769 da CLT e art. 15 do CPC). Atualização conforme a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) e jurisprudência consolidada do TST e STF.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. MARTINS, S. P.. **Direito processual do trabalho**. 46 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.
- II. FILHO, R. P.; SOUZA, T. R. P.. **Curso de direito processual do trabalho**. 3 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.
- III. MARTINS, Sergio Pinto. **Direito processual do trabalho**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620616.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.
- II. LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620913.
- III. CALMON, Rafael. **Manual de direito processual das famílias**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553629981.
- IV. ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito processual do trabalho**. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2025. E-book. ISBN 9788553621729.
- V. GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de direito processual do trabalho** . São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553624641.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Compreende a efetivação do processo sob o ponto de vista formal, proporcionando ao discente experiência prática com a rotina forense e o exercício simulado e/ou real das atividades jurídicas. Abrange a elaboração e análise de petições iniciais, contestações, réplicas, sentenças, recursos e ações autônomas, bem como procedimentos relacionados ao processo de execução. Ênfase nos aspectos práticos da atuação processual, estimulando o domínio técnico da linguagem jurídica e a aplicação dos princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa e devido processo legal. Inclui atividades supervisionadas no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), visitas técnicas a órgãos do sistema de justiça (Fórum, Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacias e Tribunais), participação e/ou assistência em audiências simuladas e reais, análise de autos findos e elaboração de relatórios jurídicos. Promove a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com foco na responsabilidade social, na cidadania e no acesso à justiça. Audiências online, atendimento de cliente via plataformas digitais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Não se aplica.

ÉTICA E LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Estudo dos fundamentos da Ética, da Moral e do Direito e suas inter-relações na formação da cidadania e na prática profissional. A ética como princípio orientador da conduta humana e da atuação jurídica. Valores éticos, justiça e responsabilidade social. Deontologia jurídica e ética profissional. A ética do advogado: Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 8.906/1994), Código de Ética e Disciplina da OAB e Regulamento Geral da OAB. Direitos e deveres do advogado: prerrogativas, responsabilidades e sanções disciplinares. A ética no exercício da magistratura, do Ministério Público e da Defensoria Pública. O compromisso ético nas carreiras jurídicas e sua importância para a efetivação do Estado Democrático de Direito. Estudo de casos e análise crítica de dilemas éticos nas profissões jurídicas. Reflexões sobre a bioética, ética pública e ética corporativa no contexto contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. RODRIGUES, Willian G.; SALVI, Taísa L.; SOUTO, Fernanda R. et al. **Ética geral e jurídica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. Ebook. ISBN 9788595024564.
- II. GOLDBERG, Jacob Pinheiro; TARTUCE, Flávio. **Ética, Tecnologia e Direito**. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. Ebook. ISBN 9786559775613.
- III. DORETO, Daniella Tech; MELLO, Flaviana Aparecida de; LIMA, Andreia da Silva et al. **Direitos Humanos e Legislação Social**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. E-book. ISBN 9786556901305.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. GIACOMELLI, Cinthia Louzada Ferreira; ELTZ, Magnum Koury de Figueiredo. **Direito e legislação ambiental**. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2018. E-book. ISBN 9788595022942.
- II. SEITENFUS, Ricardo. **Legislação Internacional**. Barueri: Manole, 2009. E-book. ISBN 9788520446577.

- III. TEIXEIRA, Tarcísio. **Comércio eletrônico e legislação aplicável**. São Paulo: Expressa, 2020. E-book. ISBN 9786555593242.
- IV. GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; JÚNIOR, José Paulo Baltazar; LENZA, Pedro. **Esquematizado - Legislação Penal Especial**. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. ISBN 9786553623286.
- V. BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Curso de ética geral e profissional**. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. E-book. ISBN 9786555599602.

PRÁTICA FAMÍLIA, SUCESSÕES E EMPRESAS

CARGA HORÁRIA: 40 Horas

EMENTA

Desenvolvimento de atividades práticas e simuladas nas áreas do Direito de Família, Sucessões e Empresarial. Estudo e discussão de casos concretos e de processos judiciais reais. Elaboração de peças processuais e documentos jurídicos próprios das áreas cível e empresarial. Execução de trabalhos práticos sob orientação docente, integrando teoria e prática jurídica. Simulação de audiências e atendimento jurídico. Análise e solução de conflitos familiares, sucessórios e societários. Aplicação dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da solidariedade familiar, da livre iniciativa e da função social da empresa. Noções de mediação e conciliação nos conflitos familiares e empresariais. Vivência do exercício profissional dos operadores do Direito (advogados, magistrados, promotores, defensores e mediadores) nas respectivas áreas. Ênfase na ética, na técnica processual e na responsabilidade social da advocacia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- IV. VICTALINO, A. C.; PAULINO, C.; BARROSO, D.. **Prática civil**. 4 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.
- V. TARTUCE, Fernanda; DELORE, Luiz. **Manual de prática civil**. 20. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. ISBN 9788530997229.
- VI. CHACON, Luis Fernando Rabelo. **Manual de prática forense civil**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. ISBN 9788553625093.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- VI. SÁ, Renato Montans de; AGUIRRE, João. **Prática civil**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553629585.
- VII. CARVALHO, Carla; DELLORE, Luiz. **OAB 2ª fase: prática civil**. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553621576.
- VIII. CHACON, Luis Fernando Rabelo. **Manual de prática forense civil**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553629936.
- IX. JÚNIOR, Gediel Claudino de Araujo. **Prática No Processo Civil**. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. Ebook. ISBN 9786559776191.
- X. GIACOMELLI, Cinthia Louzada Ferreira; USTARROZ, Daniel; FERREIRA, Gabriel Bonesi et al. **Prática Processual Civil**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. Ebook. ISBN 9786556901756.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Estudo e aplicação dos fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa científica aplicada ao Direito. Desenvolvimento das competências necessárias à produção acadêmico-jurídica. Formulação do tema, problema, hipóteses, objetivos e justificativa da pesquisa. Estruturação do projeto de pesquisa e definição do referencial teórico. Análise e aplicação de técnicas de coleta, sistematização e interpretação de dados. Orientação individual e coletiva para elaboração do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Aplicação das normas técnicas da ABNT para formatação de trabalhos acadêmicos e jurídicos. Iniciação à escrita científica e à argumentação jurídica com base em pesquisa doutrinária, jurisprudencial e legislativa. Socialização de experiências de pesquisa e reflexão crítica sobre o papel da ciência jurídica na transformação social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. AMARAL, Luana Lopes et al. **Letramento acadêmico: prática de pesquisa e produção textual na universidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2025. E-book. ISBN 9786555416176.
- II. TIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 19. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2025. E-book. ISBN 9786555555790.
- III. BITTAR, Eduardo. **Metodologia da pesquisa jurídica**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553622320.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. BITTAR, Eduardo C. B.. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553622470.
- II. VARGAS, Caroline. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**: teoria e prática. São Paulo: Expressa, 2022. Ebook. ISBN 9786553620827.
- III. GIL, Antonio Carlos. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. Ebook. ISBN 9786559770496.
- IV. HÜBNER, M. M.. **Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado**. 5 ed.. São Paulo: Cengage Learning, 2020.
- V. NASCIMENTO, L. P. D.. **Elaboração de projetos de pesquisa**. 1 ed.. São Paulo: Cengage Learning, 2020.

- **10º Período**

DIREITO DO CONSUMIDOR

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Serviço público: conceito, princípios, titularidade, formas de prestação e regime jurídico. Concessões e permissões de serviço público: regime jurídico, contratos administrativos, obrigações e responsabilidade das concessionárias. Limitações ao direito de propriedade: poder de polícia, tombamento, servidão administrativa e requisição. Desapropriação: fundamentos constitucionais, modalidades, procedimento e indenização. Intervenção do Estado no domínio econômico: princípios, instrumentos e formas de atuação estatal na ordem econômica. Bens públicos: classificação, regime jurídico e utilização. Servidores públicos: conceito, categorias, regimes jurídicos, direitos, deveres e responsabilidade disciplinar. Responsabilidade civil do Estado: teorias, hipóteses, ações regressivas e responsabilidade por omissão. Controle da Administração Pública: controle interno, externo, judicial e social. Processo administrativo: princípios, garantias, fases e sanções administrativas. Lei nº 9.784/1999 e seus princípios aplicáveis. Análise de casos práticos e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça sobre responsabilidade estatal e controle da Administração.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito do consumidor**: direito material e processual: volume único. 14. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025.
- II. ALMEIDA, Fabrício Bolzan de. **Direito do consumidor**. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2024.
- III. GRINOVER, Ada Pellegrini; BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos e; MARQUES, Cláudia Lima et al. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor**. Rio de Janeiro: Forense, 2022. Ebook. ISBN 9786559645527.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. FILHO, José Augusto Peres. **Direito do Consumidor**. (Coleção Método Essencial). Rio de Janeiro: Método, 2022. Ebook. ISBN 9786559645596.
- II. MANOLE, Editoria Jurídica da Editora. **Código de Defesa do Consumidor**. Barueri: Manole, 2024. Ebook. ISBN 9788520462027.
- III. EDUCAÇÃO, Saraiva. **Código de proteção e defesa do consumidor**. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553624214.
- IV. MANOLE, Editoria Jurídica da Editora. **Código de Defesa do Consumidor**: Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. Barueri: Manole, 2023. Ebook. ISBN 9788520462973.
- V. HOURI, Paulo R. Roque A.. **Direito do Consumidor na Sociedade da Informação**. São Paulo: Grupo Almedina, 2022. Ebook. ISBN 9786556276380.

DIREITO INTERNACIONAL

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Estudo dos fundamentos, princípios e fontes do Direito Internacional Público e Privado. Aspectos históricos da formação do Direito Internacional e sua evolução contemporânea. Sujeitos do Direito Internacional: Estados, organizações internacionais e indivíduos. Direitos, deveres e responsabilidades internacionais dos Estados. Relação entre o Direito interno e o Direito internacional: monismo, dualismo e incorporação de tratados. Organizações internacionais: Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos

(OEA), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e outros organismos multilaterais. Direito dos Tratados: elaboração, ratificação, reservas, vigência, interpretação e extinção. Sistema internacional e interamericano de proteção dos direitos humanos. Soluções pacíficas e não pacíficas de controvérsias internacionais. Condição jurídica do estrangeiro e princípios da cooperação internacional. Direito Internacional Privado: nacionalidade, domicílio, conflitos de leis no espaço e jurisdição internacional. Papel do Brasil no contexto internacional e sua inserção nos sistemas regionais e globais. Considerações éticas e jurídicas sobre a pessoa humana nas relações internacionais contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. REZEK, F.. **Direito internacional público**. 19 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.
- II. RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito internacional privado: teoria e prática**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553623228.
- III. CASELLA, Paulo Borba. **Direito Internacional além do paradigma Vestfaliano Tomo**. São Paulo: Almedina, 2024. Ebook. ISBN 9788584936847.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. ACCIOLY, H.; NASCIMENTO, G. E. D.; SILVA, ; CASELLA, P. B.. **Manual de direito internacional público**. 26 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.
- II. DOLINGER, J.; TIBURCIO, C.; ALBUQUERQUE, F.. **Direito internacional privado** . 16 ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2024.
- III. TEIXEIRA, Carla Noura. **Manual de direito internacional público e privado**. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553624511.
- IV. ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de direito internacional público**. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553624542.
- V. MAGALHÃES, José Carlos de. **Direito Internacional Contemporâneo e suas Repercussões no Direito Interno**. São Paulo: Almedina, 2023. Ebook. ISBN 9786556279787.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO E SEGURIDADE SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Estudo da evolução histórica e dos fundamentos constitucionais da Seguridade Social no Brasil. Análise da Seguridade Social como gênero, abrangendo os ramos da saúde, da previdência e da assistência social. Direito Previdenciário: conceito, natureza jurídica, princípios, fontes e normas constitucionais e infraconstitucionais. Sistema de Custeio da Seguridade Social: contribuintes, segurados obrigatórios e facultativos, empregadores e entidades equiparadas. Gestão e financiamento da Seguridade Social. Regimes de Previdência: Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Benefícios previdenciários: benefícios programáveis e não programáveis; aposentadorias, pensão por morte, auxílio-doença, salário-maternidade, auxílio-acidente, entre outros. Processo administrativo previdenciário e judicialização dos direitos sociais. Assistência Social: princípios, diretrizes e benefícios assistenciais (LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social). Direito à saúde e sua efetivação como direito fundamental, com base no Sistema Único de Saúde (SUS). Análise crítica da Seguridade Social brasileira à luz da dignidade da pessoa humana, da justiça social e da sustentabilidade financeira do sistema.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. MARTINS, S. P.. **Direito da seguridade social**. 42 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.
- II. SANTOS, Marisa Ferreira dos; LENZA, Pedro (coord.). **Direito previdenciário**. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553628032.
- III. LAZZARI, João Batista.; CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. **Direito previdenciário**. 4.ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. ISBN 9788530997069.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. ALENCAR, Hermes A. **Cálculo de benefícios previdenciário**. 15. ed. São Paulo : Saraiva Jur, 2025. E-book. ISBN 9788553627660.
- II. AGOSTINHO, Theodoro. **Manual de direito previdenciário**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620135.
- III. ALENCAR, Hermes Arrais. **Manual de direito previdenciário**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553629004.
- IV. MARTINS, Sergio Pinto. **Direito da seguridade social**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620746.
- V. SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Direito previdenciário**. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553621750.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV
CARGA HORÁRIA: 60 Horas
EMENTA
Compreende a efetivação do processo sob o ponto de vista formal, proporcionando ao discente experiência prática com a rotina forense e o exercício simulado e/ou real das atividades jurídicas. Abrange a elaboração e análise de petições iniciais, contestações, réplicas, sentenças, recursos e ações autônomas, bem como procedimentos relacionados ao processo de execução. Ênfase nos aspectos práticos da atuação processual, estimulando o domínio técnico da linguagem jurídica e a aplicação dos princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa e devido processo legal. Inclui atividades supervisionadas no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), visitas técnicas a órgãos do sistema de justiça (Fórum, Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacias e Tribunais), participação e/ou assistência em audiências simuladas e reais, análise de autos findos e elaboração de relatórios jurídicos. Promove a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com foco na responsabilidade social, na cidadania e no acesso à justiça. O uso da inteligência artificial de maneira ética e responsável.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<i>Não se aplica.</i>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<i>Não se aplica.</i>

PRÁTICA TRABALHISTA E TRIBUTÁRIA
CARGA HORÁRIA: 40 Horas
EMENTA
Desenvolvimento de atividades práticas e simuladas nas áreas Trabalhista e Tributária, voltadas à aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos nas disciplinas correspondentes. Estudo, análise e discussão de casos concretos e processos judiciais e administrativos. Elaboração de peças processuais e documentos jurídicos específicos das áreas trabalhista e tributária. Simulação de audiências e atendimento jurídico orientado. Atuação prática sob a supervisão docente, com ênfase nas rotinas processuais, nos prazos, nas estratégias de argumentação e na aplicação dos princípios constitucionais e legais. Compreensão do exercício profissional dos operadores do Direito — advogado, magistrado, procurador, auditor fiscal e demais agentes — nas respectivas áreas de especialização. Desenvolvimento de competências técnicas, éticas e argumentativas voltadas à resolução de conflitos trabalhistas e tributários, à luz da legislação, doutrina e jurisprudência atualizadas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<ol style="list-style-type: none"> I. PAULSEN, L.. Tratado de direito penal tributário brasileiro. 2 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. II. REIS, Anna C. Gomes dos; ARAÚJO, Kleber Soares de; OLIVEIRA, Lauro E. Cavalcanti de et al. Direito Processual do Trabalho. Porto Alegre: SAGAH, 2021. Ebook. ISBN 9786556901510. III. NUNES, Cleucio Santos. Curso completo de direito processual tributário. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553621491.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<ol style="list-style-type: none"> I. CREPALDI, Silvio Aparecido. Planejamento tributário: teoria e prática. São Paulo: Saraiva Uni, 2023. Ebook. ISBN 9788571441439. II. SABBAG, Eduardo. Série Método de Estudo Oab Prática Tributária, 11ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2018. Ebook. ISBN 9788530982188. III. CASSONE, Vittorio; ROSSI, Júlio César; CASSONE, Maria Eugenia Teixeira. Processo Tributário Teoria e Prática, 15ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. Ebook. ISBN 9788597012729. IV. CALMON, Rafael. Manual de direito processual das famílias. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553629981. V. ROCHA, Afonso de Paula Pinheiro; HIRATA, Carolina Marzola; FELISBINO, Rafael Camargo. Direito Processual do Trabalho. (Coleção Método Essencial). Rio de Janeiro: Método, 2022. Ebook. ISBN 9786559645862.

PSICOLOGIA DO DIREITO
CARGA HORÁRIA: 60 Horas
EMENTA

Estudo da Psicologia Jurídica: definição, origem, fundamentos e desenvolvimento histórico no Brasil e no mundo. Relações interdisciplinares entre Psicologia e Direito na compreensão do comportamento humano diante das normas, instituições e processos jurídicos. Responsabilização, culpa, imputabilidade e reparação sob a perspectiva psicológica. Temas centrais da Psicologia nos tribunais: credibilidade do testemunho, comportamento criminal, mediação de conflitos, violência doméstica, adoção, alienação parental e perícias psicológicas. A influência dos fatores psíquicos na tomada de decisão judicial e na aplicação do Direito. Psicologia aplicada ao Direito Penal, Civil, de Família e do Trabalho. A atuação do psicólogo jurídico nas diversas varas da Justiça (Infância e Juventude, Família, Criminal, Execuções Penais e Trabalho). Dimensões éticas e deontológicas da prática interdisciplinar entre Direito e Psicologia. O papel do profissional do Direito na escuta qualificada, empatia e promoção da dignidade humana no sistema de justiça.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. PINHEIRO, Carla. **Manual de psicologia jurídica**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553622931.
- II. FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. **Psicologia Jurídica**. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. Ebook. ISBN 9786559775569.
- III. GOLDBERG, Jacob Pinheiro. **O Direito no Divã: Ética da emoção**. São Paulo: Grupo Almedina, 2022. Ebook. ISBN 9786554270106.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. PUTHIN, Sarah Reis; PIRES, Luciana Ryzdz; AMARAL, Sabine Heumann do et al. **Psicologia jurídica**. Porto Alegre: SER SAGAH, 2018. Ebook. ISBN 9788595025783.
- II. HUSS, Matthew T.. **Psicologia forense: pesquisa, prática clínica e aplicações**. Porto Alegre: ArtMed, 2010. Ebook. ISBN 9788536325545.
- III. MYERS, David G.; DEWALL, C. Nathan. **Psicologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2023. Ebook. ISBN 9788521638377.
- IV. HOTHERSALL, David. **História da Psicologia**. Porto Alegre: AMGH, 2019. Ebook. ISBN 9788580556285.
- V. LOPES, Daiane Duarte; LEITE, Vania A. Marques; LOPES, Joseuda B. Castro et al. **Psicologia e a pessoa com deficiência**. Porto Alegre: SER SAGAH, 2018. Ebook. ISBN 9788595025325.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

CARGA HORÁRIA: 60 Horas

EMENTA

Desenvolvimento da pesquisa científica jurídica em fase conclusiva. Elaboração, estruturação e redação final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme as normas técnicas da ABNT e as orientações metodológicas institucionais. Aprofundamento teórico e crítico sobre o tema escolhido, com análise doutrinária, legislativa e jurisprudencial. Socialização do conhecimento científico produzido, por meio da apresentação e defesa oral do trabalho perante banca examinadora. Integração entre teoria, prática e pesquisa na construção do saber jurídico, visando ao desenvolvimento da autonomia intelectual, da argumentação científica e da ética na produção acadêmica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- I. GIL, Antônio Carlos. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9786559770496.
- II. VARGAS, Caroline. **Metodologia da Pesquisa Jurídica: teoria e prática**. São Paulo: Expressa, 2022. E-book. ISBN 9786553620827.
- III. BITTAR, Eduardo C. B.. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito**. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. ISBN 9786553622470.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I. NICÁCIO, Camila Silva; DIAS, Maria Tereza Fonseca; GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. **(Re)pensando a Pesquisa Jurídica**. São Paulo: Grupo Almedina, 2020. Ebook. ISBN 9786556270319.
- II. NASCIMENTO, L. P. D.. **Elaboração de projetos de pesquisa**. 1 ed.. São Paulo: Cengage Learning, 2020.
- III. HÜBNER, M. M.. **Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado**. 5 ed.. São Paulo: Cengage Learning, 2020.
- IV. CHING, Hong Yuh. **Gestão da Aprendizagem Casos Práticos**. Rio de Janeiro: Atlas, 2020. Ebook. ISBN 9788597023626.
- V. THIOLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa**. São Paulo: Cortez Editora, 2022. Ebook. ISBN 978655553055.

